



ISRAEL ASSUME AUTORIA 'NÃO INTENCIONAL' DE ATAQUE A ONG EM GAZA

Carro de comboio da World Central Kitchen, organização que distribui comida, atingido no território palestino, em episódio com sete mortes; Netanyahu disse que 'isso acontece em guerras', e presidente israelense pediu desculpas. [Mundo A10](#)

Região Norte terá subsídio extra no Minha Casa

O governo Lula (PT) vai ampliar os subsídios do Minha Casa, Minha Vida na região Norte, onde o programa historicamente fica abaixo das metas traçadas. Os motivos seriam a preponderância da renda informal e o custo mais elevado dos imóveis em razão da logística e da restrição de oferta. Na avaliação do Ministério das Cidades, o desconto maior facilitaria o acesso das famílias ao financiamento. [Mercado p.1](#)

Déficit zero requer união dos Poderes, afirma Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) pediu um pacto entre os três Poderes para atingir a meta de zerar o déficit primário. Na segunda (1º), uma decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, impediu a reabertura da folha salarial dos municípios a partir deste mês. [Mercado p.3](#)

Dólar fecha estável em dia de atuação do BC no câmbio

[Mercado p.4](#)

Sabesp analisará expansão para fora de São Paulo

[Mercado p.5](#)

Gabinete de Derrite tem mais PMs que 588 cidades

Secretário da Segurança Pública de SP mantém 241 assessores policiais; gestão Tarcísio diz seguir critérios técnicos

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, tem a sua disposição como assessores mais policiais militares do que o efetivo da PM em 588 municípios paulistas, 91,2% das 645 cidades do estado. Em novembro, havia 241 assessores PMs no gabinete do secretário do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Apenas 57 cidades utilizam efetivo superior ao chamado "exército de capitães" de Derrite. Em outros governos, policiais deslocados cuidavam da segurança do secretário, de sua família e da sede da pasta. Sob Tarcísio, passaram a ter outras funções.

Uma delas é a de especialista em postagem nas redes sociais. O trabalho prevê gratificações que podem elevar em até R\$ 7.000 o salário dos policiais. A movimentação dos agentes é criticada por especialistas. Carolina Ricard, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, afirma ser grave o que considera o "uso extremamente político" da corporação. A gestão Tarcísio diz que usa critérios técnicos para o envio de PMs às assessorias, sem prejuízo à segurança pública. O governo também cede policiais a órgãos como Assembleia Legislativa e Promotoria. [Cotidiano B1](#)

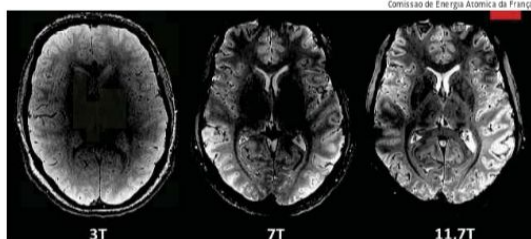


Imagem mais precisa (à dir.) comparada a comum (à esq.) e a obtida por máquina intermediária

Ciência B6

Cérebro é registrado com precisão inédita por ressonância mais potente do mundo

Ilustrada C1

A viúva de Gal fala

Em meio a batalha judicial, Wilma Petrillo diz querer conciliação com filho da cantora

Para 76%, licença-paternidade deveria ser maior que 5 dias

Pesquisa Datafolha mostra que 76% dos entrevistados acham que a licença para pais teria de ser maior do que os cinco dias previstos em lei. A maioria (84%) ainda concorda que, para as mães, o período deveria subir de 120 para 180 dias.

De acordo com levantamento, 67% acham que homens e mulheres deveriam ter direito ao mesmo tempo de licença. Por outro lado, 69% avaliam que as mães são as principais responsáveis por cuidar dos filhos recém-nascidos. [Mercado p.2](#)

Estado pede perdão pela 1ª vez a indígenas vítimas de violência

A Comissão de Anistia julgou procedentes nesta terça (2) os dois pedidos inéditos de reparação aos povos guarani-kaiowá e krenak, vítimas de tortura, estupro e expulsão de seus territórios pelo Estado brasileiro. [Política A8](#)

Ministério da Cultura, SP-Arte, Itaú, Vivo, Igigami e Vivara apresentam

20ª

Começa hoje!
Compre seu ingresso online

SP-ARTE

Pavilhão da Bienal

03-07 abril

Itaú vivo IGA ATTEM VIVARA SP-ARTE

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

9771461572261

Johanna Nublat

Sociedade tem de mudar, diz autista

"A sociedade precisa mudar. A começar pela forma como vê o autista. Os de suporte menor são tratados como gênios. Os de maior são descartados como incapazes", diz Caroline de Souza, 30, autista nível 2 de suporte. [Corrida B8](#)

EDITORIAIS A2

Militares não são poder moderador no Brasil
Sobre julgamento de tese bolsonarista no Supremo.

Olho no dólar
A respeito de subida da divisa e intervenção do BC.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Lúcia Helena Trajano,

Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

EDITORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (finanças, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benetz (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Militares não são poder moderador no Brasil

Na atual conjuntura, STF se vê instado a deliberar sobre interpretações tresloucadas do artigo 142 da Constituição e forma maioria sobre o óbvio

Chega às raias do esdrúxulo, para não dizer ridículo, que o Supremo Tribunal Federal precise gastar horas a fio para formar maioria em torno do óbvio: as Forças Armadas não têm a atribuição de funcionar como um poder moderador no Brasil e a Constituição não permite intervenção militar sobre Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Na atual conjuntura de polarização, entretanto, chega-se a julgar até o evidente, pois grassam em alguns setores da sociedade noções tortuosas acerca do Estado de Direito, alimentadas por fanatismo, quando não por rematada má-fé.

Em uma dessas interpretações tortuosas, tomou-se o artigo 142 da nossa Carta Magna para convertê-lo — ou melhor, subvertê-lo — em amparo legal ao apetite golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus seguidores.

Rebeldião ainda em aos escombros da ditadura militar (1964-1985), o artigo em questão estabelece que as Forças Armadas são instituições organizadas sob a autoridade suprema do presidente da República e destinadas “à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Conceda-se que o texto poderia ter saído mais claro; dá não de corre, porém, que sejam defensivas leituras abusivas de seu sentido, como se tal contendo párasse acima das demais normas. No

que consiste em mais uma obviedade, é preciso interpretá-lo à luz do espírito democrático que permeia toda a Constituição de 1988.

Eis o que tem feito os ministros do Supremo que já se manifestaram sobre o tema, em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PDT em 2022. O partido, diante da escalada do golpismo bolsonarista, pretendeu por uma pedra definitiva no assunto.

Coube ao ministro Luiz Fux, relator do processo, assumir a dianteira. Em seu voto, afirmou, sem ambiguidades, que as teses da intervenção militar e da atuação moderadora das Forças Armadas estão “em completo desconpasso com o desenho institucional estabelecido pela Constituição”.

Seu colega Flávio Dino, de modo mais enfático, definiu como “delirante construção teórica” a ideia de que as Forças Armadas poderiam exercer o poder moderador.

Em linha parecida, Gilmar Mendes sustentou que “a hermenêutica da baioneta não cabe na Constituição” e pontificou que rejeitar a distorção do artigo 142 é imperativo, dada a “tentativa abjeta e infame de invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023”.

A eles já se somaram outros ministros, com o que se formou maioria no STF a favor do que nunca esteve em dúvida: o Brasil é uma democracia, na qual os Poderes são apenas três, todos eles civis.

Olho no dólar

Alta da divisa, que motivou ação do BC, tem razões externas; Brasil deve buscar real menos volátil

Altas e quedas das cotações do dólar costumam ser associadas a erros ou méritos do governante de turno, mas em geral também há fatores externos em ação, não raro mais determinantes.

É o que se nota na recente escalada da moeda americana ante o real. Na segunda-feira (1º), a divisa chegou a R\$ 5,06, maior nível desde outubro — o que levou o Banco Central a anunciar a primeira intervenção no mercado de câmbio durante o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Pelo que se pode observar, não existem novos fatos ou percepções sobre a política econômica doméstica que motivem essa tendência. Segundo a leitura mais consensual, a mudança das taxas reflete mais a força da economia dos EUA que um enfraquecimento da brasileira.

Na segunda foram divulgados dados sobre o vigor do setor industrial americano, que se somam a outros indicadores favoráveis, em particular do mercado de trabalho.

Isso significa perspectiva de juros elevados por mais tempo para conter a inflação na maior potência econômica global, o que obvi-

amente favorece as aplicações em dólar e a procura pela divisa.

O mesmo movimento ajuda a explicar a queda da Bolsa de Valores, dada a retirada de investimentos por parte de estrangeiros.

Entretanto a motivação externa não significa que a alta do dólar deva deixar de merecer atenção e providências. Ela tende a encarecer os produtos importados e a dificultar o combate à inflação doméstica e, no limite, a trajetória de redução dos juros.

Nos próximos dias saberemos se o BC pretende tomar novas medidas nessa área. A experiência do câmbio flutuante ensina, de todo modo, que se deve avançar de maneira pontual, em momentos de maior instabilidade ou riscos para a liquidez, sem pretender impor cotações artificiais.

Para além das dividas imediatas, a política econômica precisa contribuir para que o real seja uma moeda menos volátil e suscetível aos humores de mercado, com avanços nas reformas das receitas e dos gastos públicos, além de abertura da economia e da corrente de comércio internacional.



Leandro Assis e Tristão Oliveira

Pragmatismo espacial

Hélio Schwartsman

Deu no Mensageiro Sideral, o indispensável blog astronômico de Salvador Nogueira: os planos da Nasa para voltar à Lua com uma missão tripulada até o fim da década estão pressionando o orçamento da agência, que compensa cortando verbas de outros programas, notadamente os telescópios espaciais.

Decidir a destinação de dinheiro para a ciência é algo próximo de um exercício impossível. E que com frequência compramos bananas com laranjas. O que é mais importante? Estudar a fisiopatologia de uma doença tão devastadora quanto a malária ou desvendar os segredos das partículas subatômicas? Quando lidamos com incommensuráveis, é difícil até esboçar uma resposta que seja objetiva e consistente.

Para os dilemas da Nasa, porém, eu creio que a resposta existe. Entusiastas das missões tripuladas vão discordar, mas não consigo reprimir meu pragmatismo. Não nego que levar o homem à Lua e além possa gerar conhecimento e tecnologias úteis, mas o principal apelo

para fazê-lo é satisfazer a obsessão humana em produzir narrativas em que sejamos os heróis — uma forma de busca pela transcendência.

Se o preço a pagar por esse tipo de extravagância psicológica fosse reduzido, eu não teria nada a apontar. Mas não é. Uma missão tripulada, especialmente uma que pretenda trazer os astronautas de volta em segurança, custa proibitivamente mais do que voos e programas não tripulados, que têm gerado toneladas de conhecimento relevante. A astronomia era uma antes dos telescópios espaciais e passou a ser outra depois. Aliás, não só a astronomia. A cosmologia também avançou significativamente com esses aparelhos. Algo parecido vale para as missões de sondas.

Eu reuccio que, dada a avassaladora do Universo, a ideia de colonizar outros mundos jamais passará de uma fantasia. E não precisamos tirar pessoas da Terra para fazer avançar nosso conhecimento sobre o Universo. É a transcendência possível.

heio@uol.com.br

A farra das pré-campanhas

Bruno Boghossian

Em novembro de 2021, o Podemos alugou um auditório, contratou uma produtora, mandou fazer cartazes e comprou o lanche para a cerimônia de filiação de Sérgio Moro. O ex-juiz discursou como pré-candidato a presidente e aproveitou para voltar aos holofotes, meses depois de pedir demissão do governo Bolsonaro.

Um calhamaço de notas fiscais, uma calculadora e um pouco de bom senso jurídico seriam suficientes para esclarecer se aquelas e outras despesas, ainda na pré-campanha, deram uma vantagem indevida à Moro na eleição de 2022. A turma envolvida na ação que corre no TRE do Paraná parece mais afeita a certos contorcismos.

O PL, que pede a cassação do mandato de Moro, incluiu na conta de abuso de poder econômico milhões de reais em serviços que nem chegaram a ser prestados por um marqueteiro. Já o time do Senador alega que gastos anteriores não deram grandes benefícios ao ex-juiz — como se a pré-campanha ocorresse num universo paralelo.

A viúva de Gal

Mariliz Pereira Jorge

O filho de Gal Costa, Gabriel, e a susto viúva, Wilma Petrillo, protagonizam um drama que, infelizmente, trouxe o nome da cantora para os holofotes por uma disputa que envolve herança e acusações. Não tenho interesse em me aprofundar, a única coisa que deveria importar é o legado deixado pela artista fantástica que o país perdeu.

Mesmo à distância é impossível não ler nas entrelinhas do debate público a misoginia, a licença para o exercício do “etarismo do bem”. As denúncias que recaem sobre Petrillo questionam sua ética e caráter, mas as críticas mostram como qualquer mulher se transforma num alvo fácil quando sua aparência entra em pauta.

Em entrevista ao Fantástico, a empresária minimiza as acusações e as relaciona à inveja provocada por sua beleza. Pode-se apontar soberba na sua análise simplista sobre o imbróglio que envolve seu nome, mas a reação foi a mais trivial num país em que tudo de ruim é sinônimo de velho. A internet correu pa-

relator do caso, Luciano Falavinha, ficou mais perto dos advogados de defesa. Depois de abrir o leito rejeitando um julgamento sobre “acertos e erros” da Lava Jato, o juiz descartou parte das despesas efetuadas com a movimentação política de Moro e afirmou que ele não tirou proveito da pré-candidatura a presidente para se eleger senador.

Pode ser que o tribunal concorde. Se isso ocorrer, Moro será salvo (ao menos até a chegada do processo ao TSE) por uma leitura bondosa de regras elaboradas pela meta de para o período de pré-campanha. Graças a isso, há juizes que veem relevância em despesas com mídia ou pesquisas antecipadas e outros, como é o caso de Falavinha, que tratam os gastos como algo genérico.

Moro só teria um julgamento justo se a lei fosse clara e houvesse margem menor para interpretações divergentes ou artimanhas políticas. Seja qual for o desfecho, o caso só deve reforçar a farra das pré-campanhas abastecidas de forma generosa com dinheiro público.

ra resgatar fotos antigas, há reportagem (7) sobre o furor nas redes que avaliou que Petrillo foi uma mulher bonita. Comose a beleza de outrora fosse o habeas corpus para que possa se defender.

Já disse, juventude é o verdadeiro padrão. Aparentemente, uma mulher não pode se achar bonita aos 77 anos, caso de Petrillo, porque envelheceu. Não pode carregar em seu DNA emocional a imagem que bem entenda. Autoestima na maturidade é pecado quando ainda se relaciona ideia à decadência. Pelo visto, uma mulher pode até ter indole duvidosa, mas é menos grave se não tem aparência da bruxa má, uma velha.

Se faz botar, velha. Se não pinta o cabelo, velha. Se é feminista, velha. Se quer respeito, velha. Se quer ser objetificada, velha. Se tem namorado mais novo, velha. Se é lesbica, velha. Se é mau carter, velha. Se tem autoestima, velha. Sabemos que só tem voz e vez a novinha. Mas também sabemos que novinha é tudo puta. Não tem escapatória.

Economia é linguagem

Deirdre McCloskey

Economista e professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

O professor Bart Wilson, da Universidade Chapman, na Califórnia, e eu estamos escrevendo um ensaio dirigido aos nossos colegas economistas sobre o que chamamos de “humanidade”.

Wilson e eu, e muito poucos outros, como o Prêmio Nobel Vernon Smith, tentamos há décadas convencer os economistas a olhar além de um behaviorismo estreito, o dogma metodológico de que os seres humanos devem ser estudados como se fossem fórmulas, forjadas ou moléculas, ou mesmo rochas, sempre de fora.

O behaviorismo pressupõe que o economista não sabe o que se passa na cabeça dos humanos. Os behavioristas dizem: “Olhe apenas para os atos externos deles. Falar não tem sentido”.

Mas é claro que, como humanos, temos pelo menos alguma ideia do que se passa na cabeça do nosso marido, do nosso colega de trabalho ou do nosso filho. Afinal, fazemos mais do que sinalizar ofertas. Conversamos o dia todo, temos “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, assistimos filmes, rimos com os amigos, fazemos negócios com outros humanos conversando, conversando, conversando.

Mas eu disse que Wilson e eu tentamos “há décadas” transitar esse ponto obvio. Estou no caso desde 1983. Nossos colegas acham que é de certa forma anticientífico analisar todas as evidências disponíveis de uma ciência humana.

Nasmanapassada, contudo, Wilson e eu fizemos um grande avanço. Acreditamos agora que podemos convencer gentilmente outros economistas a levarem a sério o pensamento e a fala humanos, o amor e o riso, e a deixarem de tratar sua ciência como semelhante ao estudo das formigas.

De repente, percebemos que podemos lhes falar sobre a enorme literatura científica e humanística — que aponta a linguagem como a característica distintiva dos humanos. É verdade que os humanos têm muito em comum com nossos primos grandes símios. Mas os primos não podem, como nós, pensar simbólica e abstratamente. Sobre economia, digamos.

Obviamente, o resultado dessa façanha exclusivamente humana é a cultura material e verbal que compartilhamos e comercializamos.

Imagine seres humanos sem linguagem, grunhindo e apontando, na melhor das hipóteses. Grunhir e apontar, contrariamente à suposição implícita dos nossos colegas behavioristas, não são suficientes para gerar uma economia. Negociar acordos, conceber produtos, imaginar um novo emprego, esperar a inflação, acreditar na ação estatal de cima para baixo e acreditar no comércio livre são pensamentos e discursos juntos.

Economia é melhor, sim?

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

O curioso caso da comissão de reforma do Código Civil

Simples divulgação de propostas motivou críticas e profusão de fake news

João Ricardo Aguirre

Professor de direito da Universidade Mackenzie, fez pós-doutorado em direito civil pela USP

No conto "O Curioso Caso de Benjamin Button", de Scott Fitzgerald, o personagem principal nasce idoso e rejuvenesce com o tempo, em história imortalizada no cinema e que revela a peculiar trajetória do protagonista que vai remando ao longo dos anos.

Assim como Button, o atual Código Civil nasceu velho, com a comissão de elaboração instituída em 1969, seus trabalhos envolvendo-se até 1975 — ano do anteprojeto —, e, somente no ano de 2002, transformando-se na lei 10.406. Da instauração da comissão à vigência foram longos 34 anos, a evidenciar um antiquado ideário. Não havia internet nem smartphone, e a biotecnologia engatinhava, em três singelos exemplos que transformaram a vida da coletividade nas últimas duas décadas. A própria Constituição de 1988 foi promulgada 13 anos após a entrega do anteprojeto ao governo, ainda militar e eleito pelo voto indireto.

Seria injusto dizer que nada se atualizou nas quase três décadas de tramitação do projeto, mas parte significativa do que se alterou no texto original não reflete a realidade social do novo milênio, momento de sua entrada em vigor. O que diz respeito à aplicação dessas normas nos dias de hoje, quase seis décadas da instauração de sua comissão?

Areposta, obviamente, passa pela necessidade de atualização de suas normas, o que vem sendo feito pelo Legislativo, pontualmente, e, de forma mais ágil, pelos tribunais. Com esse objetivo, por iniciativa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), instalou-se a Co-

missão de Juristas responsável pela atualização e revisão do Código Civil, tendo os ministros do STJ Luís Felipe Salomão e Marco Aurélio Bellizze como presidente e vice e, como relatores-gerais, os professores Rosa Nery e Flávio Tartuce, além de 34 membros nomeados para as subcomissões.

Como todo processo de seleção, a escolha deixou poucos honrados e muitos elindrados, causando da primeira onda de insatisfação com críticas aos eleitos, à comissão e aos trabalhos que nem sequer começaram. Não raro, alguém que se considere preterido transforma-se em crítico mordaz de currículos e trajetórias.

No curioso caso da comissão de reforma do Código Civil, a simples divulgação das propostas apresentadas pelas subcomissões já se tornou motivo para nova torrente de críticas na segunda onda de descontentamento, só sobrepujada pela revelação das propostas sugeridas pela relatoria-geral, resultando em ver-

dade em tsunami de juízos — alguns pontuais, outros bem fundamentados e, lamentavelmente, uma profusão de falsas notícias.

Aparta dos costumes, obviamente, é o centro das fake news, com arautos alardeando o fim da família e a adoção de normas contrárias aos valores e princípios do ordenamento. Mas as alevisas atingem todas as áreas, como acontece, por exemplo, com a proposta de reconhecimento de natureza especial aos animais como seres sencientes, em proposição consonante com recentes alterações de outros ordenamentos, como é o caso de França e Portugal.

Existem críticos, contudo, que fazem objeções fundamentadas, trazendo sugestões e, até, insinuando-se contra a necessidade de atualização do código. Isso é o que se espera em nosso ordenamento: que todos exerçam seu direito à expressão e opinião e participem de forma ativa do processo democrático, dando sua efetiva contribuição para o aprimoramento da norma.

Importante lembrar que nem sequer foi apresentado o texto final da comissão, pois ainda haverá deliberação do colegiado sobre as diversas propostas apresentadas para depois ser remetido à Casa Legislativa, onde, certamente, haverá grandes debates e contendas.

Espera-se, entretanto, que não fiquemos outras décadas no aguardo dessa atualização, a fim de que, como em Benjamin Button, o tempo, ao invés de consumi-lo, o rejuvenesça para que possa atender às demandas e aos anseios de nossa sociedade atual.

[...]

A pauta dos costumes, obviamente, é o centro das fake news, com arautos alardeando o fim da família e a adoção de normas contrárias aos valores e princípios do ordenamento

Cigarro eletrônico não é opção para quem quer parar de fumar

Estudos têm fragilidades metodológicas, e há risco de uso concomitante

Gustavo Faibichew Prado

Coordenador da Comissão de Câncer da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, e médico pneumologista com doutorado na USP; coordenador da Pneumologia do Hospital Alemão Oswaldo Cruz

Os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), chamados popularmente de vapes e e-cigs, de comercialização proibida no Brasil desde 2009, são atualmente considerados um problema de saúde pública global.

Sob a alegação de serem substancialmente menos nocivos por não envolver combustão do tabaco, e cuidadosamente desenhados para serem agradáveis aos olhos e disponíveis numa infinidade de aromas e sabores, os DEFs vêm sendo dirigidos prioritariamente ao público jovem, contornando as barreiras criadas ao longo de décadas de políticas de conscientização sobre os riscos do consumo do cigarro convencional. No Brasil, apesar da proibição, a prevalência do uso desses dispositivos foi estimada em 6,7%.

O que já sabemos sobre os vapes é que a maioria tem na composição altíssimas concentrações de nicotina — modificada para se tornar muito mais rapidamente absorvida. Assim, eles causam dependência e, provavelmente, até mais que os cigarros convencionais. Mas os problemas não se restringem à nicotina: há uma variedade de aditivos, além de substâncias tóxicas derivadas do aquecimento e oxidação dos e-líquidos e metais advindos da resistência e das baterias.

Embora não tenhamos dados de longo prazo sobre o uso desses dispositivos, já sabemos sobre os danos causados à saúde mesmo por curtos períodos de consumo, como alterações cardiocirculatórias, quei-

maduras na face, tosse e a "Evali": acrílico em, em inglês, para "injúria pulmonar aguda associada aos cigarros eletrônicos".

Na maior compilação já publicada sobre os riscos associados ao uso de vapes, pesquisadores da Universidade da Califórnia realizaram uma revisão de mais de uma centena de trabalhos e constataram que não há diferença entre cigarros convencionais e e-cigs no risco do desenvolvimento de doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais (AVCs), distúrbios metabólicos e doenças orais. Há apenas uma diferença modesta em favor dos DEFs no risco de asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), recaiando sobre essas o fato de que tal-

[...]

A maioria tem na composição altíssimas concentrações de nicotina — modificada para se tornar muito mais rapidamente absorvida. Assim, eles causam dependência e, provavelmente, até mais que os cigarros convencionais

vez ainda não tenhamos tempo suficiente de acompanhamento para emergir os efeitos crônicos dos cigarros eletrônicos.

Sob a premissa pouco sustentável de que poderiam servir como tratamento para cessação do tabagismo, alguns estudos avaliaram o efeito da oferta desses dispositivos para fumantes. Além de graves fragilidades metodológicas, os trabalhos evidenciaram dois fenômenos preocupantes: a migração dos cigarros para os vapes e o consumo dual, ou seja, a concomitância do uso dos cigarros comuns e e-cigs.

A última linha argumentativa dos defensores dos cigarros eletrônicos ampara-se no conceito, até hoje não comprovado, de "redução de danos", mas as evidências mostram o contrário: o uso concomitante de DEFs e cigarros comuns comparados aos cigarros (isoladamente) eleva em média de 20% a 25% o risco de doença cardiovascular. AVC, asma, distúrbios metabólicos e doenças da cavidade oral — e, em mais de 40%, o risco de DPOC. Ou seja, uma verdadeira adição de danos.

Cigarros eletrônicos não são seguros, induzem dependência e não servem como tratamento de cessação do tabagismo. Provocam adoecimento e óbitos e sobotam os esforços das nossas políticas nacionais de controle de tabagismo, reconhecidas mundialmente como um modelo exitoso diante do maior fator de risco evitável de mortes no mundo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas ao al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 07020-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Trator espalha lixo no aterro sanitário Nu 2 da Ecoparque (da Orizon, em Paulínia) onde lixo será convertido em biogás. Eduardo Knapp/folhapress

Manobras inéditas

"Pioineira a levar navio até Antártida pela manobras entre icebergs e cobra igualdade de gênero" (Cotidiano, 1º/4). Bravo! Capitão-tenente Sabrina, que seu exemplo inspire a graduação e promoção de mais mulheres a postos como o seu; o Brasil precisa de muitas e muitas capitães, tenentes, oficiais, engajadas com a pesquisa e o servir ao próximo. Eunice Mitsue Siotani (São Paulo, SP)

Questões energéticas

"Anda não vi plano no Brasil para petróleo bancar transição energética, diz Ana Toni" (Mercado, 31/3). Esta governinho ruim. Não é exatamente esta secretária que deveria formular a transição? Henrique Marinho (Brasília, DF)

Não deixam o Brasil acumular riquezas, como ele vai ter fundo para a transição? Luis Augusto Batista Couto (Belém, PA)

Condução e privilégios

"Ricos (não) merecem o que têm?" (Michael Farney, 1º/4). Seu texto espelha a realidade muito bem. Só que olhar para ela dá um desânimo. Como fazer nascer uma nova humanidade? Uma que pensa no coletivo? Você tem uma leitura realista, que tal escrever sobre exemplos de virtude no Brasil e no mundo? Como, quem e quantos estão colaborando por um mundo melhor? Há luz no fim do túnel? Luz Heli Maria de Paiva Oliveira (São José dos Campos, SP)

Nosso Congresso hoje é composto de lobistas e milionários. Caiem por terra, então, os ideais de representação popular, da casa do povo, da ordem democrática e da justa distribuição das riquezas. Poder político para quem já goza do próprio poder econômico é a raiz da injustiça. Ana Maria Beghetti Pacheco (Curitiba, PR)

Texto brilhante, trata de coisas óbvias que as pessoas fingem não ver. O discurso hipocrita da meritocracia omite que não há mérito e ampliar na frente e chegar primeiro por que nasceu rico, homem e branco. Ricardo Knudsen (São Paulo, SP)

Funcionalismo público

"Apenas 6,7% dos servidores públicos federais são da Geração Z" (Mercado, 31/3). Até onde eu sei, essa geração não está proibida de fazer concurso. É só estudar, galera, que vocês aumentam esse percentual. Luciano Fernandes (Salvador, BA)

Gestão de tempo

"Pessoas mais complicadas que relógio suíço às vezes é só chata mesmo" (Bia Braune, 31/3). Eu sou tão chato que nem me espelho no espelho, mas, diferentemente do relógio de horas, estou sempre atrasado ou adiantado demais. E tem gente que ainda me dá corda... José Eduardo de Oliveira (Patos de Minas, MG)

A beleza de um relógio suíço é a mecânica analógica, algumas vezes artesanal, que ainda conseguimos entender com os olhos, ou tentar entender. O relógio digital é muito mais eficiente, mas é frio. Acho que hoje o relógio mecânico e digital possuem dois propósitos distintos, a poesia ou a eficiência. Gilberto Rosa (Rio de Janeiro, RJ)

Metano

"Aterros sanitários impulsionam aquecimento do planeta mais do que se sabia, mostra estudo" (Ambiente, 1º/4). Precisamos reduzir todo o consumo possível! Aderval Rossetto (Catanduva, SP)

Já passamos do ponto de não reter no, trata-se, portanto, de desacelerar o fim. O final já está traçado. Marcelo Magalhães (Rio de Janeiro, RJ)

Gostaria de parabenizar a Folha pela reportagem. A emissão de metano é um grande desafio, mas também pode ser uma extraordinária oportunidade. No Pl. 4516/2023, do Combustível do Futuro, que tive a honra de relatar, inclui o Programa Nacional de Descarbonização do Gás Natural e de Incentivo ao Biometano para inserir o biometano na matriz energética brasileira. Com o aproveitamento do biometano, podemos transformar um passivo ambiental em fabuloso ativo energético. Arnaldo Jardim, deputado federal (São Paulo, SP)

Investimentos

"Três fatores devem direcionar a forma como um idoso investe" (De grão em grão, 31/3). Excelente! Como pessoa idosa, tenho mantido meus investimentos em IPCA com vencimento até 2029, no máximo. O artigo me trouxe uma perspectiva nova, que não fui capaz de pensar por conta própria. Gostaria de alongar meus investimentos, mas não sei onde buscar produtos com escalonamento anual, como sugere no texto. Fatima Pereira (Rio de Janeiro, RJ)

E o investimento para quem tem vida muito incerta? Tipo alguém com uma idade biológica semelhante à sua, mas cuja expectativa de vida seja de alguém com idade entre 90 e 95 anos. Ou seja, que quer ter suas reservas mais ou menos seguras para o potencial futuro, mas de fácil sucessão para seus filhos na alta eventualidade. Fundos de previdência fazem sentido neste cenário, ou tem outra sugestão? Angelica Francesca Maris (Florianópolis, SC)

Reparação

"Sucrúria famosa porvidos em Bonito (MS) morre de causas naturais, aponta perícia" (Ambiente, 1º/4). Embora lamentando a morte de um animal tão extraordinário de nossa fauna, é um alívio saber que a Anajulia não foi vitimada por um gesto de desprezo humano por outras espécies animais — conforme noticiado inicialmente, com a agora desmentida versão de que a sucrúria teria sido aboita de tuios. Jonas Nunes dos Santos (Juiz de Fora, MG)

Desigualdade de gênero

"Os casais e as questões de gênero" (Vera Iaconelli, 1º/4). Mais um texto fundamental para a compreensão desse fôssil em que nos metemos. Luana Santos (São Paulo, SP)

Como começar a falar de algo que se encontra corporificado em diferentes níveis, em ambos os sexos? Os homens sem querer abrir mão dos seus privilégios e as mulheres sem seerguarem pelo seu desejo. Anete Araújo Guedes (Belo Horizonte, MG)

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofohla.com.br

Fio desencapado

A crise da Enel gerou um embate entre o prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD). Nunes não gostou de saber que o ministro ligou na segunda (1º) para seu adversário Guilherme Boulos (PSOL) para conversar sobre atuação da empresa de energia, responsável por apagões. A esnoba de Silveira, revelada pelo PAINEL, foi proposta: o ministro se irritou quando o emedebista enfatizou que o contrato da Enel é com a União e fiscalizado por entes federais.

CHOQUE Na avaliação do prefeito, o ministro demorou a dar atenção ao tema e agora decidiu tomar medidas apenas por interesse político-eleitoral. "A cidade por meses vem sofrendo com o descalço dessa empresa e em nenhum momento o ministro se dignou em ter alguma atitude. Mas para passar a mão no telefone e fazer política, usando o sofrimento da população, ele foi bem rápido", disse ao PAINEL.

IMPRESIONÁVEL Articuladores de uma proposta de emenda para reformular o artigo 142 da Constituição, que trata das Forças Armadas, os deputados petistas Carlos Zarattini e Alencar Santana defendem que a mudança ainda é necessária, mesmo após o STF formar maioria para rejeitar a hipótese de poder moderador dos militares.

TÓGA VERMELHA Para Santana, a emenda é importante para reavivar reviravoltas. "No futuro, do ponto de vista jurídico, pode ter uma nova interpretação", diz. Zarattini vai na mesma linha e afirma que a emenda daria solidez à decisão junto aos próprios bolsonaristas. "O bolsonarista acha que o STF é um bando de comunistas".

JOGRAL Prefeitos de capitais e grandes cidades gravaram um vídeo em que alertam para o crescimento da dengue e pedem medidas contra a epidemia. Fazem parte da iniciativa, concebida pela Frente Nacional de Prefeitos, 15 gestores, de partidos que vão do Republicano ao PSOL.

VOZ DA EXPERIÊNCIA Ex-prefeito de São Bernardo (SP) e ex-presidente da Anvisa, William Dib (PSB) deve ser ovice do petista Luiz Fernando Teixeira na eleição na cidade do ABC. A indicação de Dib, ministro do Trabalho, Luiz Marinho, etmo a anuência do presidente Lula, que colocou a reconquista de seu berço político como prioridade. A indicação de Dib, ex-tucano, daria uma sinalização para o eleitorado decentro.

RINQUE Ex-secretário nacional de Justiça, o advogado Augusto de Arruda Botelho foi contratado pela multinacional Paper Excellence para atuar na disputa que trava há seis anos como grupo I&F para assumir o controle acionário da Eldorado Celulose. O caso, avaliado em cerca de R\$ 15 bilhões, é a maior disputa societária no país na atualidade.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01022-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofohla.com.br | (0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | (0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | (0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL Digital Ilimitado Digital Premium
PLANO MENSAL R\$29,90 R\$44,90

EDIÇÃO IMPRESSA Venda avulsa a, sáb. dom. Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP R\$6,90 R\$9,90 R\$ 1.095,90
DF, ES, RJ R\$6,90 R\$9,90 R\$ 1.374,90
SE, GO, MT, MS, RS R\$12 R\$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO R\$13 R\$ 1.868,90
Outros estados R\$13,50 R\$ 2.335,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)



O presidente Lula (PT) ao lado de Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF. Ueslei Marinho - 22.02.23/Reuters

PF acumula atritos com PRF, GSI, Exército, Abin e Promotoria do Rio

Na atual gestão Lula, Polícia Federal entrou em rota de colisão com outras instituições em disputas por poder e por espaço

Italo Nogueira e
Matheus Teixeira

RIO DE JANEIRO E **BRASILIA** A Polícia Federal nos 15 primeiros meses do terceiro governo Lula (PT) acumulou atritos com outras instituições, como Exército, Polícia Rodoviária Federal, GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e Abin (Agência Brasileira de Inteligência), além do Ministério Público e da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Investigações de integrantes de outros órgãos, tentativa de ampliar poderes e disputa por espaço próximo ao mandatório são alguns dos motivos que botaram a PF em rota de colisão com outras corporações com as quais, muitas vezes, a instituição precisa trabalhar em conjunto.

Com o GSI e os militares, por exemplo, as rusgas surgiram pela briga para decidir quem seria responsável por fazer a segurança pessoal de Lula e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

No início do governo, o petista assinou um decreto com validade de seis meses para criar a Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República, que passou para a PF a incumbência de boa parte da proteção presidencial.

Embora desde o início estivesse previsto que o formato só duraria durante o primeiro semestre, a cúpula da polícia tentou estender a medida. A PF é chefiada pelo delegado Andrei Rodrigues, que fez a segurança de Lula na campanha eleitoral de 2022, ocupou cargos do alto escalão na gestão de Dilma Rousseff (PT) e é uma pessoa de confiança do chefe do Executivo.

A influência dele, porém, não foi suficiente e a coordenação da proteção do presidente Lula voltou para o GSI, comandado pelo general Marcos Antonio Amaro.

Em relação à Janja, a disputa com a PF já custou até a demissão do número 2 da agência, o ex-diretor-adjunto Alessandro Moretti, em janeiro.

Ele foi citado em um relatório da polícia sobre o suposto uso do órgão no governo Jair Bolsonaro (PL) para espionar adversários políticos.

No documento, é narrado que, em uma reunião com re-

PRINCIPAIS ATRITOS DA PF SOB LULA

GSI Briga para decidir quem seria responsável por fazer a segurança pessoal de Lula e Janja

Abin Relatório da PF sobre a briga por espaço de Abin governo Bolsonaro (PL) para espionar adversários políticos

PRF PF indicou 23 policiais rodoviários por uma operação conjunta em Varigã (MG) que resultou na morte de 26 suspeitos.

Exército Investigações que apuram se Bolsonaro tramou um golpe miram aliados do ex-presidente que pertencem às Forças Armadas

Polícia Civil do Rio de Janeiro Relatório da Polícia Federal apontou existência corrupção na Divisão de Homocídios da Polícia Civil

presentantes de servidores da Abin, em março do ano passado, Moretti teria dito que a investigação sobre a agência tinha "fundo político" e iria passar. Para a polícia, houve "conluio de parte dos investigadores" com parte da alta gestão da Abin, que teria causado prejuízos à investigação e também à própria agência.

A PF sob Andrei Rodrigues, assistente ainda ao acirramento na relação com a PFE. O clima entre as duas corporações que estão na guarda-chuva do Ministério da Justiça azedou em fevereiro após a PF indicar 23 policiais rodoviários por uma operação conjunta em Varigã (MG) que resultou na morte de 26 suspeitos.

No relatório, o delegado do caso afirmou que o órgão não tem poder para tocar apurações e fez críticas à atuação dos integrantes da PF durante esse episódio.

"Para a equipe de investigação [ficou] a certeza de que houve uma investigação ilegal perpetrada por órgão sem atribuição constitucional para tal encargo, alijada dos órgãos de controle e sem registros oficiais", diz o texto.

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais reagiu e acusou a PF de abandonar a população, além de ter afirmado que bancará os custos das acusações para contestar laudos que os comprometem pelas mortes.

O plano de fundo da briga é uma portaria assinada pelo então ministro da Justiça Sérgio Moro, em 2019, que formaliza a ampliação dos poderes da PFE. Nos bastidores, a cúpula da Polícia Federal defende a revogação da norma para que o trabalho da corporação seja limitado ao patrulhamento de rodovias.

Como o Exército, a situação é ainda mais delicada. As investigações que apuram se Bolsonaro tramou um golpe de Estado miram diversos aliados do ex-presidente que pertencem às Forças Armadas, inclusive militares de alta patente.

A relação da PF com órgãos de investigação do Rio de Janeiro também está estreme- cida. O relatório da Polícia Federal apontou o uso do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), definiu como um "ecossistema criminoso". Segundo as investiga-

ções, o centro seria o balcão de negociações em que se transformou a Divisão de Homocídios da Polícia Civil.

O distanciamento da PF e a Polícia Civil fluminense é histórico no estado. Momento marcante desse rompimento foi o indiciamento pela PF em 2011, do então chefe de Polícia Civil Allan Turnowski. Ele foi afastado do cargo sob suspeita de vaziar informações sobre uma operação da PF. O Ministério Público posteriormente acabou arquivando a investigação contra ele, gerando um afastamento das duas corporações.

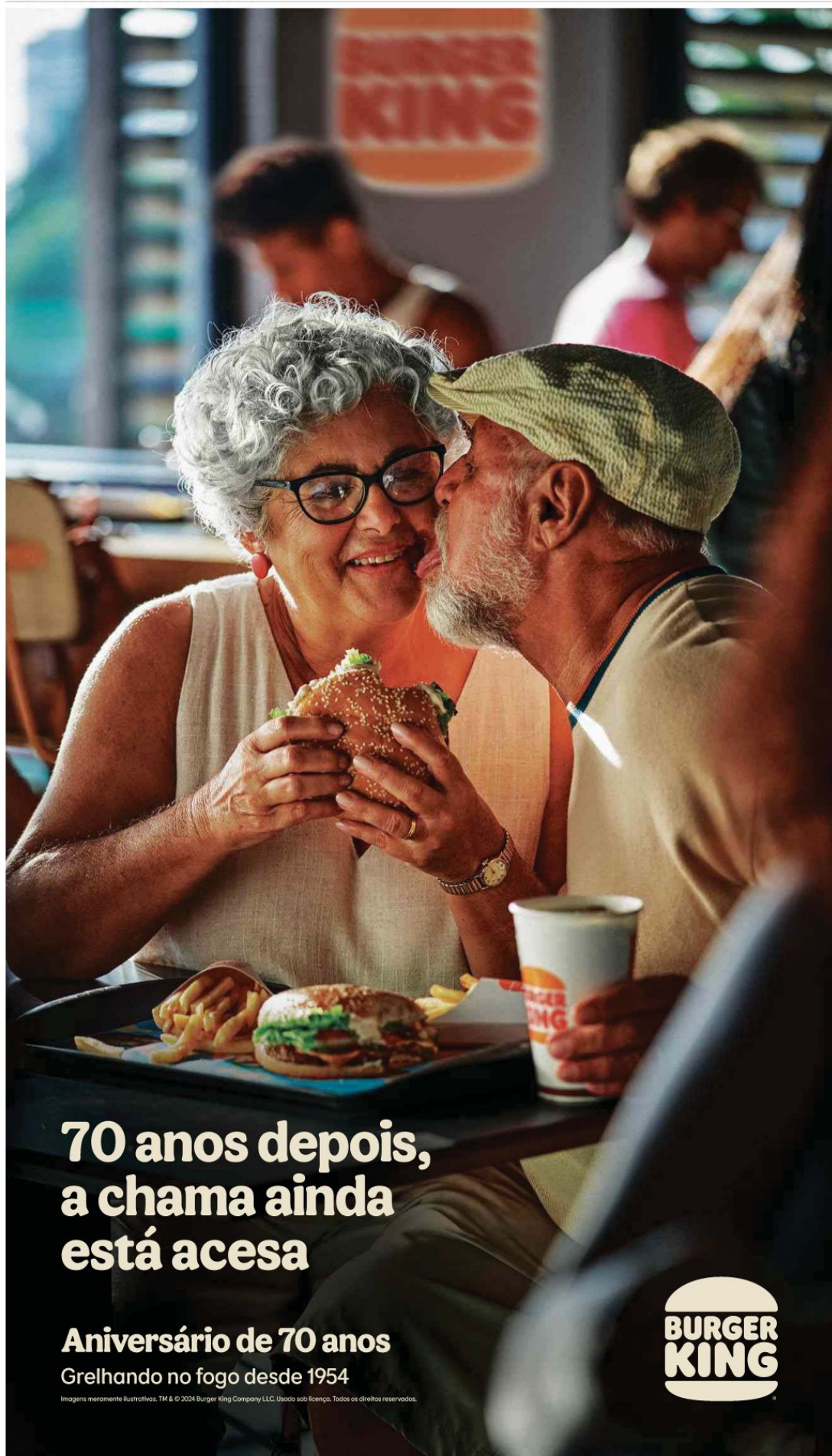
Soma-se a isso a disputa pelo protagonismo no combate a facções criminosas. Como parte da briga de espaço, delegados da Polícia Civil se queixavam do excesso de federais na estrutura da Secretaria de Segurança na gestão José Mariano Beltrame (2007-2016). O atual titular da pasta, Victor Cesar Carvalho dos Santos, também é delegado federal.

Nessa disputa, a PF acabou estreitando laços com o Ministério Público do Rio de Janeiro. As duas instituições realizaram investigações conjuntas, principalmente voltadas ao combate às milícias. Além da apuração da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL), PF e MP-RJ atuaram lado a lado em inquéritos contra Luiz Antônio da Silva Braga, o Zinho, apontado como líder da maior milícia do estado.

Esse relacionamento institucional, porém, foi posto à prova após a divulgação na semana passada do relatório da PF sobre a morte da vereadora. A principal queixa de membros da instituição se deve ao fato de a resistência à federalização da investigação, logo após o crime, ter sido considerada agora uma forma de dificultar a apuração.

O MP-RJ divulgou uma nota, na quinta-feira (28), na qual afirma que "não medirá esforços para enfrentar as visões tentativas de desqualificar o trabalho executado".


O texto não faz críticas diretas à PF e diz que a posição busca "refutar as alegações que têm sido ventiladas a partir do relatório" do órgão. A nota, porém, ecôa o inômodo de diferentes promotores que se envolveram no caso.



**70 anos depois,
a chama ainda
está acesa**

Aniversário de 70 anos
Grelhando no fogo desde 1954

Imagens meramente ilustrativas. TM & © 2024 Burger King Company LLC. Usado sob licença. Todos os direitos reservados.





Mauro Cid deixa a Polícia Penal do DF após colocar tornozeleira eletrônica, em setembro passado. Pedro Ladeira - 9 set. 23 / Folhapress

Casos de Cid e Marielle expõem lacunas de delações premiadas

Formato de acordo foi aperfeiçoado, mas ainda deixa espaço para dúvidas

Ana Gabriela Oliveira Lima e Angela Pinho

SÃO PAULO O Instituto da delação premiada foi aperfeiçoado desde a sua implementação em 2013, mas ainda tem lacunas expostas em casos recentes, como o de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) investigado por uma série de crimes pela Polícia Federal, e o de Marielle Franco (PSOL).

Entre as dúvidas que suscitam debate entre especialistas estão a quantidade de provas necessárias para, somadas ao depoimento do delator, ensejar uma prisão preventiva;

as implicações de uma rescisão da delação; os benefícios oferecidos em negociação; a separação precisa das etapas de negociação; e os casos de divergências entre diferentes autoridades envolvidas nos acordos.

No Brasil, as delações precisam de provas de corroboração para subsidiarem medidas cautelares como a prisão preventiva. A exigência aparece expressa no pacote anticrime de 2019, que trouxe uma série de medidas para aperfeiçoar o instituto.

Como a Folha mostrou, um relatório da Polícia Federal usado para prender os suspeitos de terem mandado matar Marielle expôs dificuldades

de provas para confirmar a delação de Ronaldo Lessa.

"Pessoas foram presas preventivamente oriundas de uma colaboração premiada [no caso Lessa]. O que se espera é que o Judiciário tenha, ainda que minimamente, analisado a existência de provas de corroboração apresentadas pelo colaborador", afirma Luís Walter da Rosa, mestre em direito do Estado pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e autora de livros sobre acordos penais e colaboração premiada.

No caso de Mauro Cid, uma dúvida levantada e ainda em aberto é sobre os efeitos de uma possível rescisão da delação, acentuada após vazamen-

O instituto da delação é de uma catastrófica insegurança jurídica

Maurício Dieter, professor da Faculdade de Direito da USP e advogado criminalista

to de áudios do tenente-coronel com críticas à condução da investigação pela PF e ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Segundo Luisa, ainda não é claro quais são as consequências de uma rescisão.

"Adesponder da maneira como o acordo é extinto, o Estado pode usar ou não as provas que foram entregues pelo colaborador", afirma.

A especialista cita ainda como lacunas o enrijecimento excessivo da margem de benefícios que se pode negociar com o delator e a insegurança a respeito do que deve acontecer quando a polícia e Ministério Público discordam sobre se vale a pena firmar uma colaboração.

Para Maurício Zanoide, professor de processo penal da USP, o fato de o Brasil não ter uma cultura sólida em acordos penais explica algumas das brechas na lei.

Ele entende ser necessária a separação das equipes da polícia ou do Ministério Público que negociam a colaboração e aquelas que fazem as investigações, o que não é a prática.

"É preciso haver o isolamento das ambições negocial e investigatória, já que elas requerem equipes treinadas em aspectos diferentes", afirma.

Outra brecha seria a ausência de uma separação precisa das etapas de negociação, o que pode acarretar problemas como a pressão exercida por parte de autoridades sobre o colaborador. "Não há uma definição clara sobre qual é o momento exato em que se deve finalizar a fase de coleta de informação e definir quando o acordo vai ser firmado", afirma.

Segundo o professor da Faculdade de Direito da USP e advogado criminalista Maurício Dieter, a principal lacuna das delações é a ausência de métricas sobre as consequências em caso de descumprimento do acordo de colaboração por alguma das partes.

Ele argumenta que a lei ainda deixa muita margem de subjetividade e defende um acompanhamento mais preciso do juiz que homologa o acordo. "O instituto da delação é de uma catastrófica insegurança jurídica".

STF derruba decisão que afetaria investigações sobre 8/1 e PCC

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou nesta terça-feira (2) uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que colocava em risco ações sobre crimes financeiros e que afetaria processos sobre os ataques de 8 de janeiro e os da facção criminosa PCC (Primeiro Comando de Capital).

Por unanimidade, os integrantes da turma decidiram acompanhar o relator do processo, Cristiano Zanin, que havia determinado a cassação da decisão do STJ. Zanin já havia derrubado a decisão de forma individual. Aturm referendou seu entendimento.

Votaram nesse sentido, além do próprio Zanin, os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes.

Em agosto do ano passado, a Sexta Turma do tribunal entendeu que a polícia não pode solicitar dados diretamente ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), também chamado de UIF (Unidade de Inteligência Financeira), sem autorização da Justiça.

Como mostrou a Folha, a decisão do STJ tinha o potencial, segundo investigadores, para anular uma série de investigações de crimes como lavagem de dinheiro e corrupção.

Essa decisão, que tratava de uma cerverja investigada no Para, foi questionada pelo Ministério Público do estado ao Supremo.

Os ministros entenderam que a posição do STJ foi no sentido contrário da já manifestada pelo STF em julgamentos sobre o tema em 2021, quando o Supremo avaliou, pedindo ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para anular provas no caso da "rachadinha".

No julgamento desta terça (2), Zanin citou que investigadores manifestaram preocupação a respeito do processo e disse que, no caso em que estava sendo julgado, a requisição de dados ao Coaf foi regular. Os outros ministros da turma concordaram.

"O STJ, com todo respeito, deu aquela desviada de interpretação entendendo que só poderia ser compartilhada se fosse decisão do pelo Coaf, o que não foi o decidido pelo Supremo Tribunal Federal", disse Moraes ao votar.

Flávio Dino afirmou que "seria ilógico se o compartilhamento de ofício pelo órgão que não é de persecução penal possa ser feito, mas a solicitação pelo órgão de persecução penal não possa ser feita".

Antes, a PGR (Procuradoria-Geral da República) também já havia se manifestado pela derrubada da decisão. Segundo o órgão, os ministros do STJ já entenderam que é legal o compartilhamento dos relatórios de inteligência, desde que essas informações já tenham sido previamente informadas ao Coaf pelas instituições financeiras.

A Procuradoria disse também que "não há fundamento razoável" para se considerar ilícitos relatórios de Coaf solicitados a pedido de autoridades que fazem investigação penal.

"A UIF não realiza atos de investigação nem acessa informações bancárias das pessoas investigadas", diz a manifestação do órgão, assinada pela subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques. JM

Juiz decreta prisão de Protógenes em ação de Dantas

José Marques

BRASÍLIA Um juiz federal de São Paulo decretou a prisão preventiva do ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, em uma ação sobre suposta violação de sigilo funcional apreendida por Daniel Dantas, banqueiro que foi alvo em 2008 da Operação Satiagraha.

A operação, cujas investigações eram lideradas por Protógenes, foi posteriormente anulada. O ex-delegado chegou a ter outra prisão decretada em 2017, que foi revogada em segunda instância.

Protógenes, que hoje vive na Suíça, foi alvo de uma queixa-crime apresentada pelo banqueiro em 2019, que o acusa de suposto vazamento de informações sigilosas em seis ocasiões para a imprensa.

A ação, no entanto, ficou travada porque as autoridades brasileiras não conseguem citá-lo, o que é necessário para que ele responda ao processo.

Isso fez a defesa de Dantas e o Ministério Público Federal pedirem à Justiça a prisão preventiva (sem termo determinado) de Protógenes por entenderem que ele "estaria de maneira incessante se esquivando da citação" e que pode haver prescrição do caso. A Justiça acatou o pedido. Segundo o juiz Nilson Martins Lopes Júnior, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, em sua decisão, "foram realizadas todas as diligências para localizar o réu", mas não houve sucesso.

Ainda assim, em um pedi-



O então deputado Protógenes Queiroz participa de debate na Câmara. Sérgio Lima - 28 mar. 23 / Folhapress

do de habeas corpus no TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), a defesa do ex-delegado havia pedido que o processo fosse trancado.

"Conclui-se, portanto, que o réu não só teria ciência das imputações contra ele alegadas nestes autos, mas também se estaria se furtando intencionalmente de comparecer", disse o magistrado.

O juiz determinou que fosse expedido ofício à Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) para in-

clusão de Protógenes na difusão vermelha, lista que reúne foragidos da Justiça em várias nações, além do bloqueio do passaporte do ex-delegado.

A primeira tentativa das autoridades de encontrarem Protógenes foi por meio de cooperação jurídica com a Suíça, mas as autoridades do país disseram que foi impossível localizá-lo em um endereço onde ele residiria.

Em uma segunda tentativa, já em 2021, a Suíça disse que não iria citar Protógenes,

devido a "alegações de sérias ameaças a ele e a sua família".

"[A] veracidade [dessas afirmações], no entanto, não estamos em condições de determinar", disseram as autoridades suíças na ocasião. A Justiça brasileira ainda pediu que a Suíça informasse qual o e-mail do ex-delegado, para a realização de citação por vídeo conferência.

Em 2023, a Justiça intimou pessoalmente advogados brasileiros de Protógenes em outro processo para que eles in-

formassem onde vivia o ex-delegado, mas eles disseram não saber o paradeiro do cliente.

Em dezembro passado, o juiz Lopes Júnior fez uma última tentativa de citação a Protógenes por meio de edital, que é quando se afixa, na sede da Justiça, as informações que a pessoa deveria receber. Caso o ex-delegado não comparecesse, o magistrado disse que iria deliberar sobre o pedido de prisão preventiva.

Daniel Dantas, que processa o ex-delegado, foi alvo de duas operações relacionadas. Em 2004, ele foi alvo da Operação Chacal, que o investigou por supostas de contra-far uma empresa de investigações privadas para espionar a Telecom Italia em uma disputa pelo controle da Brasil Telecom. Parte das acusações foram arquivadas. Em outra parte, ele foi absolvido.

Algumas das provas da Chacal foram usadas na Operação Satiagraha, comandada por Protógenes e que em 2008 levou à prisão de Dantas, do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta (morto em 2009) e do investidor Naji Nahas.

Na Satiagraha, a PF diz ter identificado suspeitas de fraudes no mercado de capitais, baseadas principalmente no recebimento de informações privilegiadas.

Protógenes foi afastado da Satiagraha e, em 2010, se elegeu deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

A reportagem não conseguiu localizar Protógenes. Ele sempre afirmou que não cometeu irregularidades.

A tragédia de Sergio Moro

Seja qual for a decisão do TRE, a corrupção ganha

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar; entre eles "A Ditadura Encurralada"

Está em curso o julgamento do processo que poderá terminar na cassação do mandato do senador Sergio Moro. Se ele for condenado, a corrupção ganha porque o símbolo da maior operação de combate à corrupção da história nacional foi apanhado em malfeitorias eleitorais. Se ele for absolvido, a corrupção também ganha, porque, tendo cometido ilegalidades, saiu inteiro. Essa situação parece absurda, mas segue uma lógica de-

monstrada na segunda metade do século passado pelo economista sueco Gunnar Myrdal. Leis complexas e ambíguas são produzidas pelo Estado e por burocratas para preservar a prática da corrupção.

Passados dez anos, no Supremo Tribunal Federal descostura-se o manto de moralidade da Operação Lava Jato. Confissões são desconstruídas e muitas são congeladas. Em poucas palavras, no cumprimento de leis complexas e

ambíguas, o jogo virou.

Há duas semanas completaram-se dez anos da explosão do caso da compra, pela Petrobras, da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Neste ano da graça de 2024, a empresa saiu Tráfuga acabou de pagar US\$ 126 milhões para a Justiça americana por conta do seu esquema multinacional de captação. A repórter Julia Affonso revelou que a Tráfuga molhou a mão de um diretor da Petrobras com US\$ 1,5 milhão em opera-

ções de compra e venda de óleo.

Como as leis são complexas e ambíguas, em 2022 o Superior Tribunal de Justiça suspendeu o processo. Apesar das confissões de executivos, a defesa dos investigados argumentou "práticas espúrias de parte dos procuradores da República, integrantes da força-tarefa Lava Jato, e da autoridade judiciária, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal como contaminadoras de sua atuação e das provas por eles produzidas".

Bingo. Era o caso da Lava Jato, alvorada para os réus. Passaram-se dois anos e as roubafeiras com a Tráfuga explodiram nos Estados Unidos. Lá, o Departamento de Justiça afirmou que "por mais de uma década, a Tráfuga subornou autoridades brasileiras para obter negócios ilegalmente e obter mais de US\$ 61 milhões em lucros". No Brasil, o caso dorme em berço esplêndido.

O juiz Sergio Moro divulgou a delação premiada do petista Antonio Palocci às vésperas da eleição de 2018 e foi para o Ministério da Justiça de Jair Bolsonaro. O magistrado, que surgiu em 2004 defendendo uma faxina no sistema político nacional, viu-se acusado pelo Poderes de ter torcido R\$ 45 mil do fundo partidário em roupas, inclusive uma bermuda. Moro fez uma carreira lite-

ralmente meteórica e, como sucede com os meteoros, produziu brilho, barulho e buraco. O metabolismo nacional levou de anos para digerir a República de Curitiba, que ousou encarcerar os barões da corrupção organizada. Cassou o mandato do ex-procurador e deputado Deltan Dallagnol e pôde cassar Sergio Moro.

Moro e os procuradores pagam pelo que fizeram de errado. Até aí, é o jogo jogado, mas criou-se uma situação na qual a culpa de um alívio os crimes dos outros. Resultado: os lábios de 2014 viram vítimas dos réus de 2024.

Os réus de 2014 confessaram seus crimes e acertaram pagam multas proporcionais aos prejuízos que causaram à União para abastecer seus cofres. Uma coisa era uma coisa e outra coisa, outra coisa.

dom. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | seg. Deborah Bizarria, Camila Rocha | ter. Joel Pinheiro da Fonseca | qua. Elio Gaspari | qui. Conrado H. Mendes | sex. Marcos Augusto Gonçalves | sáb. Demétrio Magnoli



Sergio Moro (União Brasil-PR) deixa seu gabinete no Senado. Pedro Ladeira - 1º.abr.24/Folhapress

Intenção de Moro, gastos e lacunas ficam em foco no TRE-PR

Voto de relator coloca em evidência temas que devem nortear debate de juizes sobre cassação do senador

Catarina Scottucci e Benata Galf

CURITIBA E SÃO PAULO O voto do relator das ações que pedem a cassação do mandato do senador Sergio Moro (União Brasil), nesta segunda-feira (2º), colocou em evidência temas que devem nortear o debate dos juizes do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná sobre se o ex-juiz teria ou não praticado abuso de poder econômico na eleição de 2022, como alegam PT e PL, autores das representações. Único a se manifestar até o momento, o juiz Luciano Carrasco Falavinha, foi contra o pedido de cassação. Suspendeu após pedido de vista, o julgamento será retomado nesta quarta-feira (3). Outros seis magistrados ainda vão votar.

As acusações do PT e PL se baseiam especialmente no fato de Moro ter primeiro ensaiado uma candidatura ao Planalto, o que teria então gerado despesas de pré-campanha desproporcionais para uma cadeira de senador pelo Paraná, cargo que de fato ele disputou nas urnas.

Um dos argumentos levantados por Falavinha é sobre a necessidade de comprovar que Morotinha intenção, desde o início, de migrar de uma candidatura ao Senado. Segundo o relator, sem esse re-

quisito, não seria possível somar as despesas das pré-campanhas aos diferentes postos. Nas ações, PT e PL listam gastos de pré-campanha de Moro desde novembro de 2021, quando ele se filiou ao Podemos. Falavinha aponta 10 de junho de 2022 como a data em que a agenda de Moro teria se voltado ao Paraná, após ter rejeitado a transferência de domicílio eleitoral para São Paulo.

O relator argumenta que a mudança de cargo almejado faz parte do jogo político que não há provas de que Moro fingiu intenção de disputar o Planalto, postura que, segundo ele, "estaria ligada a tentativa de engodo no eleitor e na Justiça Eleitoral".

Ele cita ainda Adriano Janones (Avante) e Eduardo Leite (PSDB) como exemplos de políticos que chegaram a ensaiar pré-candidaturas presidenciais, mas ao final disputaram no nível estadual.

Em seu parecer, o Ministério Público — o que foi favorável à cassação de Moro — diz reconhecer que "tais alterações têm ocorrido no jogo político democrático", mas argumenta que o que torne a pré-campanha da chapa de Moro abusiva "é o investimento vultoso de recursos financeiros realizado para a promoção pessoal", em de-

R\$ 2 milhões

foi o valor dos gastos na pré-campanha de Sergio Moro segundo os cálculos do Ministério Público

R\$ 224,8 mil

foi o valor considerado por Luciano Carrasco Falavinha, relator do caso de Moro no TRE-PR, para a pré-campanha do senador

R\$ 141 mil

foi o custo da pré-campanha de Moro segundo a sua defesa

“ Os autores não trouxeram os gastos das próprias pré-campanhas para demonstrar eventual excesso dos investigados

Luciano Carrasco Falavinha relator do caso de Sergio Moro no TRE-PR

trimento dos demais candidatos ao Senado do Paraná.

Ao longo de seu voto, Falavinha trouxe a soma de cerca de R\$ 224,8 mil para atos de pré-campanha de Moro para o cargo de senador, apontando que o valor corresponde a 5% do teto de gastos de campanha ao posto de legislador. No cálculo do Ministério Público, as despesas totalizam, no mínimo, pouco mais de R\$ 2 milhões (e quase 40% do teto dos gastos) — valor ainda inferior às somas feitas por PL e PT. Já a defesa de Moro, que leva em conta apenas a pré-campanha ao Senado, falou em gastos de R\$ 141 mil.

Alinhado à posição da defesa, Falavinha também entendeu, por exemplo, que apenas despesas voltadas ao Paraná poderiam ser somadas. Gastos com segurança e escolta, entre outros itens, também foram desconsiderados.

Em mais de um momento de seu voto, o relator citou ainda a ausência de legislação regulamentando as pré-campanhas e disse que a jurisprudência sobre o tema tampouco esgotou o debate.

Ele cita a inexistência, na legislação, de uma data para compreensão de pré-candidaturas e seus limites de gastos. Também diz que, embora o limite de gastos da campanha camadanha possa ser um dos parâmetros a ser adotado, "ainda não há ideia consolidada acerca de qual percentual de gastos da campanha que seria considerado razoável".

A falta de regras foi explorada pela defesa de Moro em sustentação durante o julgamento, em contraposição a PT e PL, que dizem que a jurisprudência da Justiça Eleitoral dá balizas sobre o caso. Eles citam especialmente o julgamento da então senadora Selma Arruda, que acabou cassada em 2019 pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

—o relator, por sua vez, não viabilizou entre os processos. Também sugeriu que, embora não haja regras definidas sobre o valor possível de uma pré-campanha, a jurisprudência indica que 12% do limite legal da campanha seria considerado razoável. E, em uma interpretação mais elástica, de até 30%.

Outra razão apresentada pelo relator para rejeitar as ações judiciais tem ligação com a ausência de informações sobre os gastos da pré-campanha realizada por outros candidatos no Paraná, como Paulo Martins, que concorreu pelo PL, e Rosane Ferreira (PV), que disputou pela federação encabeçada pelo PT.

“Os autores não trouxeram os gastos das próprias pré-campanhas para demonstrar eventual excesso dos investigados”, observou Falavinha. Independente do resultado no TRE, cabe recurso ao TSE, e os efeitos da decisão só passam a ser válidos após o esgotamento dessa apelação.

Ação sobre empresa que admitiu propina anda nos EUA e trava no Brasil

Flávio Ferreira

SÃO PAULO A empresa comercializadora de petróleo Tráfuga confessou nos EUA ter pago subornos no Brasil, mas o processo da Lava Jato que envolve os ex-executivos da companhia está parado aguardando uma definição sobre qual setor da Justiça deverá julgar o caso. A causa criminal começou em 2018 sob a acusação da prática de "crimes de corrupção e lavagem de ativos praticados para beneficiar a Tráfuga em operações de compra e venda de óleo combustível realizadas com a Petrobras no mercado internacional".

Os ex-executivos da Tráfuga Márcio Pinto de Magalhães e Mariano Marcondes Ferraz são réus na ação penal. Os dois foram acusados de oferecer vantagens indevidas ao ex-gerente da Petrobras Marcus Antonio Pacheco Alcoforado, também acusado no processo. Ferraz firmou acordo de colaboração na operação.

Em maio de 2022, o juiz federal Luiz Antonio Bonat, que sucedeu Sergio Moro em Vara Federal de Curitiba, interrompeu o andamento do caso porque o STF (Superior Tribunal de Justiça) havia enviado à Justiça Federal outras causas que aparentemente resultariam de uma linha investigativa semelhante do processo da Tráfuga. O magistrado pediu então que as partes se manifestassem sobre o tema.

Mais de um ano depois, em outubro de 2023, outro juiz federal que atuou na causa, Fábio Nunes de Martinho, pediu que o Ministério Público se posicionasse sobre outros temas. Um deles era "eventual reflexo nessa ação penal da decisão proferida pelo STF [Supremo Tribunal Federal] que anulou as provas obtidas pelo acordo de leniência da Odebrecht".

Outro assunto era a eventual repercussão da Operação Spoofing na causa, com "possíveis nulidades processuais, além da sustentada incompetência deste juízo". A Spoofing recolheu arquivos hackeados de celulares de autoridades e foi adegada em 2019 pela PF após vazamento de mensagens da Lava Jato, que mostro proximidade entre o então juiz Moro e os investigadores.

Em novembro passado, o Ministério Público se manifestou em favor do prosseguimento da ação no Paraná, mas ainda não houve decisão judicial sobre o tema.

Nos Estados Unidos, a empresa firmou um acordo com o Departamento de Justiça em Miami na quinta-feira (28), no valor de cerca de US\$ 127 milhões (R\$ 635 milhões).

A trading de petróleo se declarou culpada de uma década de subornos no Brasil. "Estes incidentes históricos não refletem os valores da Tráfuga nem a conduta que esperamos de cada funcionário. Eles são particularmente decepcionantes, dados os nossos esforços sustentados ao longo de muitos anos para incorporar uma cultura de conduta responsável", disse o CEO Jeremy Weir, em comunicado.

Outros executivos da Tráfuga Márcio Pinto de Magalhães e Mariano Marcondes Ferraz são réus na ação penal. Os dois foram acusados de oferecer vantagens indevidas ao ex-gerente da Petrobras Marcus Antonio Pacheco Alcoforado, também acusado no processo. Ferraz firmou acordo de colaboração na operação.

Rodrigo Berkowitz, ex-operador da Petrobras, se declarou culpado nos EUA, em meio a negociações de recebimento de subornos e concordou em cooperar com os investigadores.

Em 2020, a Tráfuga também se tornou alvo de ação civil pública do Ministério Público Federal no Paraná sobre suposto favorecimento ilícito. A companhia disse que as acusações "não foram apuradas e evidenciadas".

A Tráfuga revelou a investigação nos EUA em dezembro, dizendo que seria resolvida "em breve" e que havia feito uma provisão de US\$ 177 milhões.

Falva procurou as defesas dos ex-executivos da Tráfuga e do ex-gerente da Petrobras acusados na ação penal aberta no Paraná.

A defesa de Márcio Pinto de Magalhães disse reafirmar a inocência dele, "amplamente comprovada pelo conjunto probatório".

"O Sr. Márcio foi vítima da atuação persecutória no contexto da Operação Lava Jato, inclusive já tendo ocorrido o reconhecimento e anulação pelo Supremo Tribunal Federal, de parte das ilegalidades pelas quais foi atingido".

O advogado Carlos Eduardo Machado, que defende Mariano Marcondes Ferraz, disse que os emails juntados aos autos mostram que funcionários da Petrobras pressionaram a Tráfuga a fazer pagamentos, sob pena de não realizar negócios com a Petrobras.

Machado também disse que o cliente dele sempre defendeu a realização de acordos com as autoridades do Brasil e do exterior.

política



A anciã indígena Dona Miguela diante do túmulo de seus familiares assassinados durante conflitos de terra em Caarapó (MS)

Christian Braga - 7/nov/19/Arpa/CDM

Comissão de Anistia concede reparação inédita a indígenas

Órgão reavalia pedidos por vítimas de tortura, estupro e expulsão

João Gabriel

BRASÍLIA Após os 60 anos do golpe militar, com atos abafados pelo governo Lula (PT), a Comissão de Anistia julgou procedente os dois pedidos inéditos de perdão coletivo para atos cometidos pelo Estado contra povos indígenas.

O colegiado concedeu nesta terça-feira (2) reparação aos povos guarani-kaiowa e krenak pela violência que sofreram no período autoritário (1964 a 1988).

Os dois casos envolvem povos expulsos de seus territórios e foram indeferidos em 2022, no governo Bolsonaro.

Agora, foram reavaliados. O pedido de anistia é um instrumento de reparação e preservação da memória e da verdade. Por meio dele, o Estado pede perdão às vítimas dos crimes a ditadura militar.

Em 2023, o regimento da Comissão de Anistia — colegiado que analisa os pedidos — passou a prever explicitamente reparações coletivas. Este foi o primeiro julgamento de perdão para atos contra povos indígenas.

A expulsão sistemática dos guarani-kaiowa do território Guyurakó começou na Era Vargas. A terra chegou a ser delimitada e declarada pe-

la Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), mas a demarcação acabou barrada no STF (Supremo Tribunal Federal) em 2014.

No ano seguinte, o procurador Marco Antonio Delfino de Almeida, do MPF (Ministério Público Federal), entrou com o pedido de perdão na Comissão de Anistia. O processo é relatado por Maira Pankararú, única indígena a compor o colegiado.

O documento mostra, baseado em estudos da Funai e relatos, como os guarani-kaiowa de Guyurakó, a partir de 1940, foram alvo da política brasileira de remoção de in-

dígenas de áreas de interesse do agronegócio. O movimento se intensificou a partir da década de 1970, na ditadura, com o Plano de Integração Nacional e a soja.

Os indígenas eram expulsos dos locais onde habitavam e

confinados em reservas delimitadas pelo governo federal. O local original, então, era passado a fazendeiros. Os guaranis-kaiowa relatam casas queimadas, parentes agredidos e tiros durante as remoções.

O documento diz que o Serviço de Proteção ao Índio e a Funai, "aliando-se aos interesses dos fazendeiros", adotaram uma política de "deslocar para o interior das reservas por um território muito mais amplo, ocupado segundo sua forma tradicional de residência". A expulsão "eliminou um contingente significativo da população" que ocupava anteriormente Guyurakó.

Hoje, os guarani lutam pela retomada do território e vivem em áreas não protegidas, como nas beiras de rodovias.

Em 2016, o MPF denunciou uma milícia armada que atuava em prol da latifúndio contra os guarani-kaiowa.

O ministro Gilmar Mendes é um dos defensores da tese no STF de que haja um marco temporal, sujeito a condi-

cionantes ambientais. O primeiro voto a favor de barrar a demarcação de Guyurakó no Supremo foi dele, em 2014, que citou o precedente de Raposa Serra do Sol e acabou seguido pela maioria.

"A data da promulgação da Constituição Federal (5.10.1988) é referencial insubstituível do marco temporal para verificação da existência da comunidade indígena", diz o acórdão. "Há mais de 75 anos, não existe comunidade indígena e, portanto, posse indígena na área contestada".

O procurador Marco Delfino diz que a anistia poderia mudar os rumos da demarcação. "A partir do momento que a comissão, o Estado, pede desculpas pela remoção, reconhece o que ocorreu e se contrapõe a argumentação do ministro Gilmar Mendes, entendendo que o fato pode provocar alterações de posicionamento".

O pedido de anistia feito em 2015 pelo procurador Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, procurador do MPF, fala em etnocídio. Um mês antes do Ato Institucional II, foi inaugurado o Reformatório Krenak, cujo objetivo era "recuperar" indígenas subversivos. Há relatos de trabalho forçado, maus-tratos, tortura e desaparecimento.

Apropriada Funai admitiu, em documento do período da ditadura militar, que era um "regime de trabalho forçado e de repressão". Apesar disso, o órgão manteve posição jurídica da gestão Bolsonaro contra a reparação ao povo em ação de danos morais movida pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais. O processo, que condenava a União por "graves violações de direitos aos povos indígenas", está travado na segunda instância.

Se a fundação retirasse a interposição suspensiva, poderia dar seguimento à reparação determinada pela Justiça em 2021. "Os indígenas não confinados, assim como os presos, receberam tratamento desumano, análogo à escravidão, foram torturados, houve ameaças, também ao desaparecimento de pessoas e a estupro", diz ação civil pública que trata do caso.

Colaborou Mariana Holanda

Conselho reabre apuração sobre morte de Rubens Paiva na ditadura militar

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou nesta terça-feira (2) a realuração da apuração sobre o assassinato do ex deputado Rubens Paiva por agentes da ditadura militar.

O caso havia sido arquivado em 1971, ano da prisão e assassinato de Paiva, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Em 25 de janeiro daquele ano, o engenheiro e parlamentar que tinha sido cassado após o golpe de 1964, teve a sua casa no Rio invadida, foi levado a uma unidade militar para depoimento e desapareceu. Relatos e apurações da Comissão Nacional da Verdade e do Ministério Público Federal apontam que os militares montaram uma farsa para encobrir o assassinato sob tortura e ocultação do corpo.

A decisão do conselho ocorre após o presidente Lula (PT) vetar atos relacionados aos 60 anos do golpe de 1964 para não se indispor com as Forças Armadas. Integrantes do governo planejavam desde então ativar ministérios por pedido de desculpas públicas às vítimas da ditadura.

O Ministério da Justiça se absteve na votação desta terça-feira. Representante da pasta no conselho, Roseli Faria disse que qualquer defensor dos direitos humanos seria favorável à reabertura da

apuração, mas que o ministério não havia alcançado uma "posição oficial". Ela pediu desculpas e disse que "desconfortavelmente" teria de se abster.

Filha do ex parlamentar, Vera Paiva participou da sessão. "O fato de a gente não ter um túmulo, lugar onde possa honrar a memória, é a tortura que eles [os agentes da ditadura] queriam perpetuar", disse.

Representante do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Hélio Leitão disse durante a votação que é preciso pressionar por políticas de memória e verdade. Ele afirmou que o veto de Lula a atos relacionados ao golpe "dá bem a nota do retrocesso e limitações impostas pelo 8 de janeiro".

O assassinato de Rubens Paiva é um dos mais conhecidos crimes da ditadura. Apenas nos anos 1990 o Estado brasileiro oficializou a inclusão do ex parlamentar em lista de desaparecidos em razão de atividades políticas no regime, e a família recebeu uma certidão de óbito. Também obteve na Justiça uma indenização.

Paiva, à época com 41 anos, não tinha atuação na luta armada. O pretexto de sua prisão foi o envio, por exilados no Chile, de cartas para o Brasil endereçadas a ele. As correspondências tinham sido apreendidas por militares no mesmo dia da prisão com duas mulheres em um voo vindo de Santiago, também detidas.



Anielle Franco ao lado de Lula durante ato de filiação da ministra ao PT

Mauro Pinheiro/APP

Lula troca afagos com Paes e filha Anielle no Rio

RIO DE JANEIRO E SALVADOR O presidente Lula (PT) trocou afagos com o prefeito Eduardo Paes (PSD) e participou da filiação da ministra Anielle Franco (Igualdade Racial) ao PT, nesta terça-feira (2), no Rio de Janeiro.

O presidente, no entanto, esfriou a pressão da ala da sigla que defende a indicação de Anielle para a vice na chapa do prefeito Eduardo Paes (PSD), pré-candidato à reeleição. O nome da ministra é defendido pela primeira-dama Janja, mas não foi apoiado no PT RJ.

"A Anielle tem uma coisa nova. É jovem e ela pode construir uma perspectiva muito importante no estado do Rio de Janeiro. Tenho certeza que ela não tem nenhuma pretensão de disputar nenhum cargo em 2024. Ela quer ser ministra até 2026",

disse ele à noite, em evento no Circo Voador.

Paes quer indicar o deputado Pedro Paulo (PSD), seu braço direito, como vice da chapa. O prefeito avalia que um vice do PT pode nacionalizar a campanha, que terá como o principal adversário o deputado Alexandre Ramagem (PL), ex-diretor da Abin na gestão Jair Bolsonaro (PL) e fortemente ligado ao ex presidente.

Reforça a leitura o fato de Paes pretender disputar o governo estadual em 2026, motivo pelo qual sua vaga à vice é visada politicamente. Em seu discurso, Anielle não comentou planos políticos futuros. Lembrou seu passado como apoiadora do PT e a lembrança da irmã, a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em 2018. "Minha trajetória não co-

meçou no 14 março [dia do homicídio de Marielle], nem no dia 14 de janeiro [quando tomou posse como ministra]. Ela se forja na favela da Maré, quando ainda muito nova minha mãe me protegia de receber bola perdida", disse ela.

"Chego aqui também por Marielle Franco. Não pela covardia e brutalidade que fizeram com ela. Mas pelo que significa, pelo que ela me ensinou, pelo que ela é".

Mais cedo, na inauguração do Impa Tech, primeiro curso de graduação do Impa (Instituto de Matemática Pura Aplicada), o presidente exaltou projetos de seu governo na área da educação e rebateu críticas de que está "fazendo o mesmo" em seu terceiro mandato como presidente da República.

Yuri Eiras, Italo Nogueira e João Pedro Pitombo

Justiça nega indenização de Lula a Bolsonaro

BRASÍLIA A Justiça do Supremo Federal negou nesta terça (2) o pedido de indenização feito por Jair Bolsonaro (PL) contra Lula (PT) devido ao caso dos móveis do Palácio da Alvorada.

A juíza Gláucia Barbosa Rizzo da Silva entendeu que o processo deveria ter sido movido contra a União, não contra o chefe do Executivo, e determinou a extinção do processo. A defesa vai recorrer.

O ex presidente e ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro acionaram a Justiça após a Presidência da República encontrar todos os 261 bens do patrimônio do Palácio da Alvorada que estavam desaparecidos. O suposto sumiço dos móveis havia sido motivo de críticas de Lula e da atual primeira-dama, Janja em 2023.

Em sua decisão, a juíza disse que "a suposta prática do ato de desrespeito a bens públicos" e que "esta circunstância atrela às manifestações" de Lula ao exercício do cargo. Ela apontou "ilegitimidade passiva" da ação e disse que "eventual pretensão de indenização e retribuição deverá ser exercida em desfavor do Estado (União Federal)".

Na ação, protocolada no último dia 22, Bolsonaro e Michelle pediam retribuição de R\$ 20 mil a ser direcionada ao Instituto Carinho, que acolhe crianças. Marianna Holanda



Ricardo Nunes visita obras em São Miguel Paulista

Rubens Cavallari-14.mar.24/Folhapress

Mudanças na gestão Nunes podem dar abrigo a bolsonarista

Secretarias devem ser ocupadas por integrantes da gestão, mas aliado do ex-presidente também é cotado

Carolina Linhares

SÃO PAULO O prefeito Ricardo Nunes (MDB) vai realizar sete trocas no secretariado até sábado (6), prazo para que titulares das pastas que quiseram concorrer na eleição de outubro deste ano se desvinculem dos cargos. Cinco dos auxiliares que estão de saída vão disputar o pleito.

Na maior parte dos casos, Nunes vai optar por soluções caseiras para substituir os secretários, promovendo secretários adjuntos ou outras pessoas que já integram as pastas. Dessa forma, as secretarias comandadas por algum partido aliado devem continuar sob o mesmo domínio. Há espaço, porém, para que o prefeito resolva contemplar seu principal aliado na eleição, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A ala do PL ligada a Valdemar Costa Neto já integra a estrutura da prefeitura, mas os bolsonaristas, que cobram de Ricardo Nunes espaço eleitoral, ainda não.

De acordo com auxiliares do prefeito, o nome do coronel da PM Ricardo Mello Araújo, que Bolsonaro indicou Nunes para ser vice na chapa, é cotado para a Secretaria de Segurança Urbana, ainda que ele não tenha sido formalmente sondado ou convidado para o cargo. Já a possibilidade de Mello Araújo ser efetivamente o vi-

ce está cada vez mais distante, dizem os envolvidos nas articulações — muitos aliados de Nunes preferem que seja uma mulher e que não seja alguém ligado à segurança pública, tema que muitas vezes é negativo perante o eleitorado. Há o entendimento de que, pelo peso e tamanho da sigla, o PL e Bolsonaro, assim como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), têm preferência na indicação de um nome, mas outros partidos também pleiteiam a vice.

Entre os cotados está o secretário de Relações Internacionais, Aldo Rebelo (licenciado do PDT), a delegada Raquel Gallinati (PL), a vereadora Rute Costa (PL) e a secretária estadual de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes (PL), que deixará a gestão Tarcísio para tentar a reeleição como vereadora e deve ser substituída por Valéria Bolsonaro (PL), deputada estadual.

Sonaira estava aliada ao Republicanos, mas trocou de partido a pedido de Bolsonaro para estar apta a ocupar a vice de Nunes pelo PL eventualmente. Rute Costa também trocou o PSDB pelo PT durante a janela partidária.

Além de Sonaira, o governo Tarcísio pode ter outra baixa no secretariado para a eleição municipal, o secretário de Desenvolvimento Social, Gilberto Nascimento Jr.

Veja quem sai e quem entra nas gestões Nunes e Tarcísio

GESTÃO RICARDO NUNES Secretaria de Segurança Urbana

- Sai: Elza Paulina de Souza
- Entra: Alcides Fagotti Junior (secretário-adjunto) ou Ricardo Mello Araújo (coronel bolsonarista)

Secretaria de Desenvolvimento Social

- Sai: Carlos Bezerra Junior
- Entra: Marcelina Santos (chefe de gabinete)

Secretaria da Cultura

- Sai: Aline Torres
- Entra: Não definido

SP Urbanismo

- Sai: Cesar Angel Boffa de Azevedo
- Entra: Pedro Martin Fernandes (diretor de Desenvolvimento Urbano)

Fundação Paulista de Educação e Tecnologia

- Sai: Alexandre Pereira da Silva
- Entra: Pedro Nepomuceno (chefe de gabinete)

Secretaria de Urbanismo

- Sai: Marcos Duque Gadelho
- Entra: Elisabete França (secretária executiva)

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

- Sai: Aline Cardoso
- Entra: Não definido

GESTÃO TARCÍSIO DE FREITAS

Secretaria de Políticas para a Mulher

- Sai: Sonaira Fernandes
- Entra: Valéria Bolsonaro (deputada estadual)

Secretaria de Desenvolvimento Social

- Sai: Gilberto Nascimento Jr.
- Entra: Não definido

A titular da pasta municipal da Segurança, Elza Paulina de Souza, vai concorrer ao cargo de vereadora pelo MDB. Em seu lugar, porém, em vez de Mello Araújo, também pode assumir seu secretário-adjunto, Alcides Fagotti Junior.

A escolha por pessoas que já estejam nas secretarias, segundo aliados de Nunes, tem a ver com a continuidade da gestão, dado que os novos secretários só tem garantidos nove meses no posto e não haveria tempo para mudanças de programas e prioridades.

Além de Elza, vai concorrer à Câmara Municipal a secretária de Cultura, Aline Torres, pelo MDB; o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra Junior, que é do PSDB, mas deve migrar para o PSD; e o presidente da SP Urbanismo, Cesar de Azevedo, pela União Brasil.

Nos três casos, devem assumir pessoas que já integram as secretarias. Na SP Urbanismo, o presidente será um dos atuais diretores, Pedro Martin Fernandes. Já a substituição no Desenvolvimento Social será a chefe de gabinete de Bezerra, Marcelina Conceição Santos, que também é tucana.

Cissa, como é conhecida, foi anunciada para o posto de superintendente pelo prefeito no último dia 8, quando Ricardo Nunes cumpria agendas relacionadas ao Dia da Mulher.

O presidente da Fundação Paulista de Educação, Tecnologia e Cultura, o ex-deputado Alexandre Pereira da Silva vai deixar o posto para concorrer à Prefeitura de Jundiaí pelo Solidariedade, partido presidido pelo seu pai, Paulinho da Força. Vai assumir o cargo o seu chefe de gabinete, Pedro Nepomuceno.

Outros dois secretários serão substituídos aproveitando a leva de trocas para a eleição. Marcos Gadelho (Urbanismo e Licenciamento), que sai por razões pessoais, dará lugar a Elisabete França, atual secretária executiva do Programa Mananciais e que já foi secretária e diretora da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

No início do ano, o deputado estadual Tomé Abduch (de publicanos) chegou a ser convidado por Nunes para a vaga de Gadelho, num gesto ao governador Tarcísio de Freitas e a Bolsonaro, mas não topou. Já Aline Cardoso (Desenvolvimento Econômico e Trabalho) não tem um substituto definido ainda — a sua pasta é ligada ao PSDB, partido pelo qual foi vereador.

Formalmente, o PSDB decidiu não apoiar a reeleição de Nunes, mas boa parte dos filiados do partido vai fazer campanha para o prefeito mesmo assim, por considerar que ele representa a continuidade da gestão Bruno Covas (PSDB) e porque a máquina municipal abriga uma série de tucanos.

Janela partidária esvazia Congresso, e lideranças voltam para seus estados

Victoria Azevedo

BRASÍLIA Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado voltaram nesta semana a seus redutos eleitorais diante do fim da janela partidária na sexta-feira (5), prazo limite para que vereadores que querem concorrer às eleições municipais deste ano troquem de partido sem risco de perder o mandato.

O período é importante para as legendas na busca de fortalecimento nos estados, para ampliar a quantidade de prefeituras e também consolidar estratégias de longo prazo, de olho em futuras eleições. As movimentações são intensas entre todos os partidos, de liberais a bolsonaristas.

O pleito municipal exerce influência direta no cotidiano parlamentar. Boa parte dos membros do Congresso, especialmente da Câmara, conta com o apoio de prefeituras para seus planos eleitorais. A maioria dos 513 deputados, por exemplo, se declara municipalista e, ao longo dos mandatos, busca atender aos pedidos de aliados nos estados.

Além disso, muitos parlamentares são dirigentes estaduais de seus partidos e, por isso, se deslocam a seus redutos nesse processo. Além deles, inclusive, são pré-candidatos a prefeituras.

Para que os deputados pudessem intensificar as negociações em torno de alianças, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), firmou um acordo com os líderes da Casa para que não houvesse sessões nesta semana. As reuniões das comissões permanentes também foram canceladas.

O Senado tem realizado sessões simplificadas, quando parlamentares não precisam necessariamente estar fisicamente no plenário para as votações, além de audiências nas comissões.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente nacional do PP, disse à reportagem que o objetivo é conquistar mais prefeituras.

“Na eleição passada, quase nos tornamos o maior partido, perdemos para o MDB por pouco. Agora, nosso foco é ficar em primeiro lugar nessa eleição. Estamos tendo crescimento em todos os estados”, afirma ele.

O PP é um dos partidos fortes do centro e foi base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR),

diz que não há uma atenção específica do partido para algum estado ou município nessa janela. Ao ser questionada se há uma influência da figura de Lula (PT) nesse processo de filiações, ela afirma que “obviamente é um charme, mas filiar sem critério não nos fortalece”.

Para ela, o momento é de articulações com objetivos a longo prazo. “Já vivemos uma situação dessa no passado. Nas primeiras dificuldades as pessoas deixaram o partido. Queremos ampliar nossa relação com aliados para termos caminhadas duradouras”, afirma.

Presidente do MDB, o deputado Balaia Rossi (SP) reconhece que há uma influência de quadros nacionais da legenda nesse processo, mas diz que as lideranças estaduais acabam tendo um peso maior neste momento. “O MDB trabalha muito com as realidades dos estados. Os deputados federais, senadores e deputados estaduais são quem acabam organizando o partido”, diz.

Nas redes sociais, lideranças do Congresso (de partidos da direita à esquerda) publicaram registros de eventos de filiação dos quais participaram nesta semana.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), por exemplo, publicou na segunda-feira (1º) fotos de encontro com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), nasde do secretário estadual do partido. “A direita está unida no Rio de Janeiro, trabalhando em conjunto para eleger nossos prefeitos e vereadores”, escreveu.

O deputado Gervásio Maia (PSB-PB) também compartilhou fotos. “Acreditamos na garra e na determinação dos novos filiados. O Partido Socialista está cada vez mais forte”, disse.

“

Na eleição passada, quase nos tornamos o maior partido, perdemos para o MDB por pouco. Agora, nosso foco é ficar em primeiro lugar nessa eleição. Estamos crescendo em todos os estados

Ciro Nogueira
Senador (PP-PI)

Dirceu revive beija-mão no Congresso depois de 19 anos

BRASÍLIA O ex-ministro José Dirceu voltou ao Congresso nesta terça-feira (2) em mais uma demonstração de que tem conseguido restabelecer força no meio político.

Após 19 anos semipresença do Legislativo brasileiro, o ex-chefe da Casa Civil do primeiro governo Lula (PT) participou como protagonista de uma sessão no Senado em celebração à democracia, que lembrou os 60 anos do golpe militar. Ele foi comemorado com aplausos no plenário.

Dirceu recebeu elogios do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e fez um discurso em que defendeu mudanças nas Forças Armadas e criticou a relação das militares com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Não basta a desmilitarização e avolta aos quartéis. Isso aconteceu em 1988. O comprometimento das Forças Armadas com o governo Bolsonaro

e o 8 de janeiro está aí”, disse, em referência aos atos golpistas do início de 2023.

A ida de Dirceu ao Parlamento ocorre em meio às movimentações dele para ampliar sua influência nos bastidores e viabilizar uma candidatura a deputado federal ou até mesmo ao Senado por São Paulo em 2026, segundo interlocutores do ex-ministro.

Dirceu está inegável por condenações no mensalão e na Lava Jato, mas atua perante o STF (Supremo Tribunal Federal) para recuperar os direitos políticos. Mesmo senão obtiver sucessão na empreitada judicial, manterá grande influência nos bastidores de Brasília, na avaliação de integrantes do alto escalão do governo. Esse prestígio ficou demonstrado, por exemplo, pelo rol de convidados que esteve presente em seu aniversário. No último dia 13 de março, Dirceu recebeu vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), o presi-

dente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entre outros políticos que estão à frente das principais decisões do país para celebrar seus 78 anos.

O ex-ministro também tem reforçado as articulações junto a políticos importantes do PT e deve ser protagonista no debate sobre a sucessão da atual presidente do partido, Gleisi Hoffmann, no próximo ano.

No discurso no Senado nesta terça-feira (2), Dirceu afirmou que o governo Lula precisa fazer uma “revolução social, desconcentrar a renda, a riqueza e a propriedade” para “consolidar a democracia brasileira”.

“O nosso povo resiste, luta. Se temos democracia, é por isso. Como a extrema direita e o conservadorismo cresceram no mundo todo, inclusive na América do Sul, nós temos agora a eleição na Argentina de um governo de extrema direita (em referência a Javier Milei), e preciso relembrar a luta política, social que faz a lei. Esse é o nosso papel”, afirmou.

Matheus Teixeira



José Dirceu discursa em seu retorno ao Congresso após 19 anos

Geraido Magela/Agência Senado

mundo

Israel assume autoria 'não intencional' de ataque a comboio de ajuda em Gaza

Ação deixou 7 mortos; Bibi diz que 'isso acontece em guerras', e presidente Herzog pede desculpas

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO Um ataque aéreo de Israel no centro da Faixa de Gaza na segunda-feira (1º) matou sete pessoas que trabalhavam no WCK (World Central Kitchen), ONG do chef-espanhol José Andrés, afirmou a organização nesta terça-feira (2). O comboio foi atingido quando saía de um armazém em Deir al-Balah, onde descarregou mais de 100 toneladas de alimentos que entraram no território palestino pelo mar. Além de palestinos, há entre as vítimas pessoas da Polónia, do Reino Unido e da Austrália, além de um cidadão com nacionalidade dos Estados Unidos e do Canadá. Eles viajavam em três veículos, dois deles blindados com o logotipo da WCK, e haviam coordenado o deslocamento com o Exército de Israel, disse a organização em um comunicado. As identidades de seis deles foram reveladas: a australiana Lalazwmi Frankom, 44, o polonês Damián Sobol, 35, o palestino Saif Issam Abu Taha, 27, e os britânicos John Chapman, James Henderson e James Kirby —estes, identificados pela BBC.

Um vídeo mostra os danos de um projétil israelense deixado em um dos carros, logo ao lado do símbolo da ONG estampado na lataria. "Este não é apenas um ataque contra a WCK; é um ataque às organizações humanitárias que atuam nos locais mais terríveis em que os alimentos são usados como arma de guerra", disse Erin Gore, chefe executiva da entidade. "Isso é imperdoável".



O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu disse lamentar as mortes. Segundo ele, "isso acontece em tempos de guerra". "Estamos investigando minuciosamente o assunto, estamos em contato com os governos [dos países das vítimas estrangeiras] e faremos tudo para garantir que isso não aconteça novamente", afirmou ele em pronunciamento.

Mais tarde, as forças de segurança do país admitiram ter cometido "um grave erro" ao atingir o comboio, segundo elas "provocado por uma identificação equivocada durante a noite, em meio a uma guerra, em condições muito complexas". "Isso não deveria ter acontecido", declarou o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Herzli Halevi. Antes, militares haviam afirmado ao jornal Haaretz que o ataque fora resultado da indisciplina de parte dos comandantes da operação terrestre em Gaza.

O presidente de Israel, Isaac Herzog, conversou com o chefe José Andrés, e "expressou sua profunda tristeza e suas sinceras desculpas pela trágica morte da equipe da

WCK", segundo comunicado de seu gabinete. O presidente também "enviou suas condolências às famílias e amigos das vítimas. No sistema político israelense, Herzog exerce um papel cerimonial. Como ele não faz parte do gabinete de guerra, não tem controle sobre decisões militares, que passam por Netanyahu".

Após o ataque, a WCK informou que pausará suas operações na região imediatamente. De acordo com autoridades do Chipre, de onde a ajuda humanitária partiu em direção ao território palestino, embarcações com as 240 toneladas restantes de recursos que ainda seriam desembarcadas deram meia volta.

No mês passado, a organização disse que havia servido mais de 42 milhões de refeições em Gaza ao longo de 175 dias.

O presidente dos EUA, Joe Biden, falou por telefone com Andrés, fundador da WCK, para prestar suas condolências, e a Casa Branca disse estar "indignada" com o ataque, apesar de fazer a ressalva de que não há evidências que comprovem que Israel atingiu o comboio intencionalmente.

"Essas pessoas são heróis", disse o chefe da diplomacia dos EUA, Antony Blinken, em referência aos funcionários da ONG. "Não deveríamos ter uma situação em que quem que está tentando ajudar os outros enfrente riscos tão grandes".

O Exército israelense disse estar fazendo revisões para compreender as circunstâncias do que chamou de "incidente trágico". Segundo eles, um órgão independente inves-

“ Isso aconteceu em tempos de guerra. Estamos investigando minuciosamente o assunto [...] e faremos de tudo para garantir que isso não aconteça novamente ”

Benjamin Netanyahu primeiro-ministro de Israel

tigará as mortes. "As Forças de Defesa fizeram grandes esforços para permitir a entrega segura de ajuda humanitária e têm trabalhado em estreita colaboração com a WCK nos seus esforços vitais para fornecer alimentos e ajuda humanitária ao povo de Gaza", disseram os militares.

Israel nega que esteja dificultando a distribuição de ajuda alimentar em Gaza. Tel Aviv afirma que o problema é causado pela suposta incapacidade logística dos grupos de ajuda internacional.

Essas entidades, por sua vez, dizem que as autoridades israelenses impõem obstáculos e não garantem a segurança do transporte da ajuda. Ao menos 174 funcionários da ONU e 348 profissionais de saúde foram mortos no conflito, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.

O Hamas, que controla Gaza desde 2007, emitiu comunicado dizendo que o ataque tenta aterrorizar funcionários de agências internacionais, dissuadindo-os de suas missões.

Líderes dos países de origem das vítimas se pronunciaram. O primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, disse que o incidente é "completamente inaceitável", enquanto o premiê do Reino Unido, Rishi Sunak, declarou que estava "chocado e entristecido". O Reino Unido convocou o embaixador de Israel para explicações —na praxe diplomática, um gesto de descontentamento do Estado anfitrião.

Com Reuters



Veículo da ONG World Central Kitchen atingido por Israel em Deir al-Balah, na Faixa de Gaza. AFP

'Fome no mundo é falha da ONU', afirma chef de ONG atacada

Marília Miraglia

ILHAS CAYMAN Celebração mesmo entre chefes multietnolados, o espanhol José Andrés, 54, vem ganhando projeção mundial pelo trabalho com a WCK (World Central Kitchen), ONG que perdeu sete de seus integrantes em um ataque aéreo de Israel na Faixa de Gaza. A organização fornece refeições em áreas de conflito e em situações de crises humanitárias e climáticas em diferentes países no mundo —da Ucrânia a Porto Rico. "Em pleno 2024 existir fome no mundo é uma falha real da ONU", diz Andrés. O cozinheiro conversou com a Folha em meados de janeiro, enquanto participava do festival Cayman Cookout, evento de gastronomia que acontece há 15 anos no hotel Ritz-Carlton, Grand Cayman.

"O sistema está fadado dar errado. Nós enviamos migalhas dos países ricos para os países pobres", afirma Andrés, que defende subsídios a pequenos agricultores.

A jornalista viajou a convite do Ritz-Carlton, Grand Cayman

Por telefone, Biden alerta Xi sobre suposta interferência eleitoral

Fernanda Perrin

WASHINGTON Em meio a relatos de interferência chinesa nas eleições americanas, Joe Biden e Xi Jinping conversaram por telefone na terça (2). Além de alertar Pequim sobre uma suposta influência indevida no pleito de novembro, o americano manifestou preocupação com o apoio chinês aos esforços russos de reconstrução de sua indústria de defesa. Autoridades do governo Biden afirmam, sob condição de anonimato, que a Casa Branca tem alertado líderes estrangeiros, em todas as suas conversas, contra tentativas de interferir ou influenciar a eleição americana.

"Temos sido consistentemente claros sobre nossas preocupações com a segurança da nossa eleição e os

esforços de alguns atores, incluindo alguns da China, de afetar isso", disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby, nesta terça.

Questionado se houve uma mensagem nova sobre esse tema na conversa entre Biden e Xi, ele disse que não tinha nada para repassar.

Nas redes sociais, chineses estão se passando por apoiadores do ex-presidente Donald Trump para espalhar teorias da conspiração, atacar Biden e fomentar divisões domésticas, segundo reportagem publicada pelo New York Times na segunda (1ª). A estratégia teria sido lançada com a influência russa no pleito de 2016, vencido pelo republicano.

Esse é o primeiro contato direto entre os dois líderes desde a reunião bilateral realizada em novembro passado na

Califórnia e o primeiro telefonema desde julho de 2022. O objetivo da conversa desta terça, que durou hora e 45 minutos, foi dar continuidade aos esforços de aproximação entre as potências após um período de estreitamento das relações. Em nota, ambos os lados definiram a ligação como "cândida e construtiva".

De acordo com Kirby, o TikTok, alvo de um projeto de lei no Congresso americano, foi um dos temas da conversa. Biden reiterou suas preocupações sobre o acesso a dados pessoais de americanos e reforçou que não se trata de banir o app —se o texto em tramitação for aprovado, os controladores chineses, representantes pela empresa ByteDance, serão obrigados a vender sua parte se quiserem continuar a operar nos EUA.

Membros do governo Biden se dizem apreensivos com o impacto da aliança entre Pequim e Moscou sobre a segurança da Europa no longo prazo. Na avaliação dessas autoridades, a China chegou a tomar ações concretas, mas retrocedeu recentemente, fornecendo insumos para a indústria bélica russa em seus esforços contra a Ucrânia.

Em relação ao Oriente Médio, os americanos buscam pressionar a China a usar sua influência sobre o Irã para encerrar os ataques dos rebeldes houthi contra civis no mar Vermelho. O temor dos EUA é que a continuidade dessas ações possa desestabilizar ainda mais a região, palco da guerra entre Israel e Hamas, e afetar rotas comerciais.

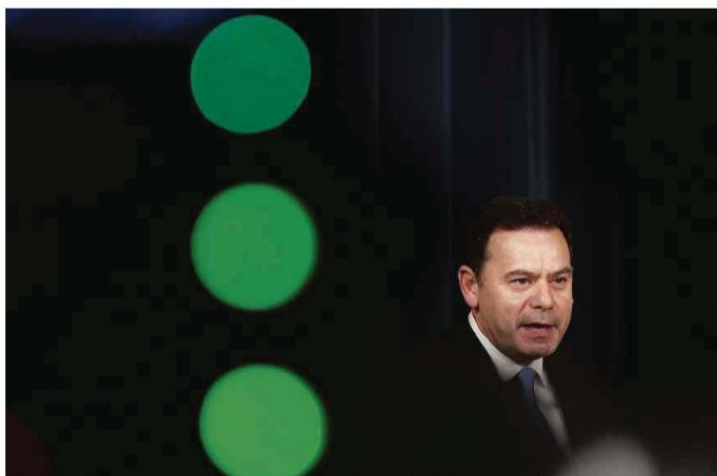
Biden também reiterou seu compromisso com a paz e a

“ Temos sido consistentemente claros sobre nossas preocupações com a segurança da nossa eleição e os esforços de alguns atores, incluindo alguns da China, de afetar isso ”

John Kirby porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA

estabilidade de Taiwan, tendo em vista especialmente a posse do presidente eleito, Lai Ching-te, em maio. A China vem adotando uma postura crescentemente dura contra a ilha, que considera uma província rebelde e parte integrante de seu território.

Em comunicado, Pequim afirmou que Xi ressaltou para Biden que Taiwan é "a primeira linha vermelha que não deve ser cruzada nas relações entre China e EUA" e que o país não vai acompanhar passivamente "atividades separatistas e encorajamento e apoio externo a elas". Nos próximos dias, a secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, deve fazer uma visita oficial à China. Nas semanas seguintes, será a vez do secretário de Estado, Antony Blinken.



O primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, discursando durante cerimônia de posse, em Lisboa. Pedro Nunes/Reuters

Montenegro toma posse em Portugal mirando imigração

Novo premiê faz discurso visto como aceno à ultradireita, excluída de coalizão

Giuliana Miranda

LISBOA Com um discurso em que defendeu a regulação da imigração e propôs uma agenda nacional de combate à corrupção, Luís Montenegro, líder da Aliança Democrática (AD), coligação dos partidos da direita tradicional lusa, tomou posse como primeiro-ministro de Portugal na tarde desta terça-feira (2).

Embora o novo premiê tenha dito desde a campanha que não pretende governar com o apoio da legenda de ultradireita Chega, o teor do discurso foi interpretado por alguns analistas como um aceno à bancada do partido populista, que é a terceira maior do Parlamento.

Depois de enumerar propostas para incentivar as famílias portuguesas a terem mais

filhos, Montenegro, que é também presidente do PSD (Partido Social Democrata), expôs sua visão para a imigração.

"A imigração é outro vetor importante. Tem de ser regulada. Atrativa para profissionais qualificados, proativa para jovens estudantes e capaz de reunir famílias, melhorando a sua integração na nossa comunidade", afirmou. "Queremos um país humanista e acolhedor, que não está nem de portas fechadas nem de portas escancaradas".

Nos mais de oito anos em que o Partido Socialista esteve no poder, houve uma série de políticas que favoreceram a imigração. Em 2023, Portugal, que tem cerca de 10,3 milhões de habitantes, ultrapassou a marca de mais de 1 milhão de residentes estrangeiros legais —destes, mais de

400 mil são brasileiros.

A imigração foi um dos principais alvos do Chega, o que acabou trazendo o tema para o centro da última campanha eleitoral. O partido populista propôs o estabelecimento de cotas para estrangeiros, a criação do "crime de residência ilegal em solo português" e a revogação do acordo de mobilidade entre os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), ao abrigo do qual há mais 100 mil brasileiros vivendo em Portugal.

Presidente do Chega, o deputado André Ventura esteve presente na posse e descreveu o discurso como positivo, "tocando em vários aspectos que interessam à sociedade portuguesa, desde a juventude à luta contra a corrupção". "A imigração, que foi tocada pelo primeiro-ministro tam-

bém, e eu não poderia deixar de sublinhar isso como positivo", acrescentou.

Embora diga que seu partido não será uma força de bloqueio no Parlamento, Ventura afirmou que o Chega fará oposição. A decisão foi tomada após a ultradireita ser excluída das conversas que buscavam formar uma coalizão.

Sem os 50 deputados da direita, os demais partidos de esquerda ficaram com 3 deputados a menos do que a esquerda.

A cientista política Ana Paula Costa, pesquisadora do Instituto Português de Relações Internacionais, diz que o PSD defendia medidas migratórias mais restritivas mesmo antes da ascensão da ultradireita.

"Nos governos do PSD as políticas de imigração ficaram com viés mais securitário, com mais narrativa de se-

gurança e de controle de fronteiras. Isso foi até alvo de questões diplomáticas entre Brasil e Portugal, por exemplo, em governos passados", afirmou.

Até agora, temos a palavra de Luís Montenegro de que não haverá acordo com o Chega para governar. Mas não sabemos se, caso seja preciso apoio para votar uma lei específica, haverá um entendimento. E aí vem a nossa preocupação com as políticas para os imigrantes", completou.

Sem o apoio da legenda populista, o novo governo teve dificuldades já na primeira sessão oficial da legislatura, quando não conseguiu eleger o presidente do Parlamento, o terceiro cargo mais importante do Estado.

O impasse, que se arrastou por mais de 24 horas e empurrou a votação para o dia seguinte, só foi resolvido depois que a Aliança Democrática fechou um acordo com os socialistas. OPS, que agora se tornou a maior força da oposição afirmou, contudo, que a direita não deve contar com ele para governar.

Embora todos os líderes partidários tenham sido convidados para a cerimônia de posse, realizada no Palácio da Ajuda, em Lisboa, as lideranças das legendas de esquerda —além do PS, Bloco de Esquerda, Livre e Partido Comunista Português— não compareceram. Em 2022, o então líder do PSD, Rui Rio, participou da posse do socialista António Costa.

No evento, Montenegro cobrou responsabilidade da oposição, sobretudo do PS, "que governou durante 22 dos últimos 28 anos". O novo premiê afirmou que a legenda precisa decidir se vai "ser oposição democrática ou bloqueio democrático". A legislatura dura até 2028 mas, diante da estreita margem parlamentar no novo governo, muitos analistas consideram provável a convocação de eleições antecipadas.

O novo primeiro-ministro desafiou os partidos a criarem uma agenda nacional de combate à corrupção.

As eleições que levaram Montenegro ao poder foram convocadas de forma antecipada, após o socialista António Costa renunciar em meio a uma operação do Ministério Público que investiga suspeitas de corrupção atingindo o núcleo de seu governo.

Líder luso foi salva-vidas antes de entrar para a política

LISBOA Após sair vencedor das eleições mais acirradas da democracia portuguesa, o advogado Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves, 51, tornou-se formalmente primeiro-ministro de Portugal nesta terça-feira (2).

Casado e pai de dois filhos, Montenegro é natural do Porto, segunda maior cidade portuguesa. Na juventude, atuou como salva-vidas.

Sua primeira experiência de liderança aconteceu justamente quando vigiava o mergulho dos banhistas. Ao descobrir que a lei determinava uma remuneração mais elevada pelo trabalho aos domingos e feriados, o jovem Luís Montenegro iniciou uma campanha que culminou com um aumento salarial para a categoria.

Além da natação, o premiê jogou futebol na infância e na adolescência e esteve nas divisões de base de um clube de Espinho, cidade na região central de Portugal. Amigos revelam que, quando criança, ele tinha o apelido de "ervilha", porque era mais baixo e gordinho do que seu irmão, cuja alcunha era "feijão verde".

Formado em direito pela Universidade Católica Portuguesa, começou a carreira política em Espinho, em cuja Assembleia Municipal foi vereador e deputado. Sua estreia parlamentar aconteceu quando tinha 29 anos, em 2002, durante a administração de Durão Barroso, do Partido Social Democrata (PSD). Em 2011, já no Executivo do também social-democrata Pedro Passos Coelho, Montenegro foi escolhido líder parlamentar de seu partido e porta-voz do governo na casa.

Após a saída de Durão Barroso, Montenegro foi eleito líder parlamentar de seu partido e porta-voz do governo na casa. Em 2018, após a saída de Durão Barroso, Montenegro foi eleito líder parlamentar de seu partido e porta-voz do governo na casa.

No momento em que assumiu o posto de líder do então maior partido da oposição, Montenegro estava sem assento parlamentar e sem a visibilidade de que o posto proporcionava. Relativamente pouco conhecido do grande público, decidiu então rodar o país para se apresentar ao eleitorado luso.

Uma de suas paixões, o futebol, está relacionada a uma das principais polémicas de sua vida pública. Quando ocupava o posto de líder parlamentar do PSD, Montenegro foi declarado formalmente suspeito de ter recebido vantagens indevidas em uma investigação de viagens de Lisboa à França durante a Eurocopa de 2016, vencida por Portugal. O caso, no entanto, foi arquivado pelo Ministério Público e acabou não indo a julgamento.

No fim de 2023, a RTP (TV pública de Portugal) revelou que o Ministério Público abriu um inquérito para investigar possíveis irregularidades no IVA (imposto de valor acrescentado) de um imóvel pertencente a Montenegro em Espinho, o que pode ter evitado que ele pagasse cerca de € 100 mil (R\$ 545 mil) em impostos.

O líder social-democrata afirmou que cumpria todos os requisitos fiscais e negou irregularidades. "São especulações absurdas que nascem de interesses", afirmou.

INCÊNDIO EM BOATE DEIXA AO MENOS 29 MORTOS NO CENTRO DE ISTAMBUL



Ozan Kose/AFIP

Ao menos 29 pessoas morreram nesta terça (2) em um incêndio no porão de um prédio residencial no centro de Istambul, na Turquia. O incidente atingiu a boate Masquerade durante obras de reforma.

O incêndio começou às 12h47 (6h47 em Brasília), segundo o governador da província de Istambul, Davut Gül. As chamas se espalharam rapidamente pelos 16 andares do prédio com uma fumaça preta.

Ainda de acordo com o governador, oito pessoas foram presas, incluindo o chefe e o gerente da boate, assim como o chefe da empresa responsável pela obra. Uma investigação foi aberta.

Alvo de investigação, jornalista peruano denuncia perseguição

Gustavo Gorriti, cujas reportagens ajudaram a derrubar ex-presidentes, é acusado de interferir em Lava Jato local

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Conhecido por suas pioneiras reportagens sobre o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso e sobre a corrupção no Peru, que levaram alguns dos ex-presidentes do país à prisão, o jornalista Gustavo Gorriti, 76, tornou-se alvo de uma investigação da Procuradoria Nacional, em um movimento visto como orquestrado por políticos ligados ao ex-ditador Alberto Fujimori, 85, que governou de 1995 a 2000. A acusação é de que Gorriti teria interferido e direcionado as investigações da Equipe Especial Lava Jato no Peru em troca de informações privilegiadas para publicar em seu site, o IDL Reporteros. A apuração se estende também a dois promotores que fizeram parte da força-tarefa: Rafael Vela e José Domingo Pérez.

Para o jornalista, a nova ameaça a seu trabalho provém também do fujimorismo, agora liderado pela filha de Al-

berto, Keiko, e de grupos políticos vinculados a ele, como o Renovação Popular, comandado pelo atual prefeito de Lima ex-candidato a presidente Rafael López Aliaga, de ultradireita; ele também aponta para Vladimir Cerrón, padrinho político do ex-presidente esquerdista Pedro Castillo e líder do Peru Livre, que rachou e agora vota junto com a direita no Parlamento.

"Começou com uma campanha violenta de difamação contra mim e contra a equipe que trabalha comigo, por parte desses políticos e seus partidos, que foram denunciados por nosso trabalho", afirma Gorriti à *Folha*. Essa campanha, segundo ele, ocorre principalmente por meio de tabloides sensacionalistas, por muitos deles não de propriedade de políticos, alguns do atual Congresso, e também nas redes sociais.

A pressão foi tanta que a Procuradoria decidiu abrir uma investigação contra Gor-

riti. Na última década, ele dedicou-se a investigar os vínculos entre os acusados na Operação Lava Jato no Brasil com políticos peruanos. Na lista dos que foram alvo de denúncias por parte do IDL Reporteros estão a própria Keiko, ex-candidata a presidente, e os ex-líderes Alejandro Toledo, Pedro Pablo Kuczynski e Alan García —este acabou se suicidando antes de ser preso, em 2019. Eles teriam recebido propina da Odebrecht em campanhas eleitorais em troca de permitir que a empreiteira brasileira ganhasse as licitações de obras públicas.

A Procuradoria agora pede a quebra do sigilo das comunicações de Gorriti nos últimos dez anos. A defesa dele afirma que isso significa um atentado à liberdade de expressão e ao resguardo das fontes, ambas garantidas pela Constituição. Devido a ataques e ameaças anteriores, o jornalista recebeu da CIDH

(Comissão Interamericana de Direitos Humanos), no ano passado, amparo de medida cautelar, na qual o órgão requisitou ao Estado peruano proteção a seu trabalho e a sua integridade física.

Gorriti compara as atuais ofensivas com o que ocorreu na Guatemala. O país centro-americano havia permitido a formação da Cicig (Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala), integrada por promotores locais e conselheiros internacionais, indicados pelas Nações Unidas. Em 2015, uma das investigações da Cicig levou à prisão o então presidente Otto Pérez Molina, que acabou renunciando antes de ter seu impeachment aprovado pelo Congresso. Hoje, Pérez Molina está preso.

Os governos que o sucederam, de Jimmy Morales e Alejandro Giammattei, diluíram a entidade, pois também carregam denúncias de corrupção. Na gestão deste último, que terminou em janeiro, foi preso e condenado o jornalista José Rubén Zamora, diretor do *El Periódico*, que também se dedicava a investigações de corrupção.

"É exatamente o que queremos fazer comigo", diz Gorriti. "Dizem que vou exigir que eu de a senha do meu celular e querem ver todas as minhas mensagens. Obviamente vou dizer que não, pois a lei está do meu lado". Ele descreve o atual Congresso peruano como corrupto e tomado pela direita e ultradireita. "Eles têm a presidente encucalada, morta de medo".

Relógios de luxo levam à renúncia de 6 ministros no Peru

Seis ministros do gabinete da presidente do Peru, Dina Boluarte, renunciaram aos seus cargos em meio a investigação de enriquecimento ilícito envolvendo o chefe do Executivo. O escândalo, apelidado de "Relojesgate", começou após reportagem do veículo peruano *La Encerrona* revelar suposta coleção de relógios de luxo da marca Rolex que Boluarte não teria registrado em suas declarações de bens. Na madrugada de sábado (30), autoridades arrombaram a casa da presidente.

Segundo um documento da polícia, cerca de 40 agentes e promotores atuaram para "apreender relógios Rolex". A presidente afirma ser vítima de um "ataque sistemático" e que não renunciará à liderança do país. As pastas cujos titulares renunciaram foram os Ministérios do Interior, da Mulher, da Educação, da Produção, do Desenvolvimento Agrário e do Comércio Exterior e Turismo. Boluarte empossou os novos ministros logo em seguida. Ainda que seja indicada pelo escândalo, Boluarte não poderá ser julgada até julho de 2026, quando seu mandato termina, conforme estabelece a Constituição.

Dina Boluarte, que substituiu Pedro Castillo em 2022, também está sob investigação da Procuradoria, acusada de enriquecimento ilícito. A polícia realizou uma busca em sua casa e afirma ter encontrado evidências de crime, como a existência de três relógios Rolex —o "Relojesgate" já levou à renúncia de seis ministros de seu gabinete.

"Aqueles que a sustentam hoje são essa aliança de direita e ultradireita no Congresso, e eles o fazem porque não querem eleições novas [o próximo pleito presidencial está previsto para 2026]. Mas é preciso lembrar que se trata de um Parlamento que tem mais de 90% de rejeição popular", afirma Gorriti.

Autor de "Sendero: História de la Guerra Milenaria en el Perú", o jornalista foi sequestrado em 1992, quando trabalhava para a revista "Caretas", uma das mais importantes do país. O motivo: havia publicado uma denúncia de que Vladimir Montesinos, então chefe do serviço de inteligência e homem-fortaleza de Fujimori, estava vinculado ao narcotráfico.

Em 2021, Montesinos foi condenado a 17 anos por esse crime, mas a sentença foi considerada cumprida por que o fujimorista já estava preso desde 2001, sentenciado em outros processos. Já Fujimori, que em 2009 recebeu 25 anos por corrupção e por ordenar massacres que deixaram 25 mortos, foi libertado em dezembro do ano passado, por razões humanitárias.



O presidente da Argentina, Javier Milei, discursa em Buenos Aires por ocasião do 42º aniversário da Guerra das Malvinas. LUIZ ROBERTO/APP

Milei fala em 'nova era de reconciliação' com as Forças Armadas na Argentina

Júlia Barbon

BUENOS AIRES Nesta terça (2), dia em que a Guerra das Malvinas completou 42 anos, o presidente Javier Milei usou seu discurso transmitido em rede nacional para convocar uma "nova era de reconciliação" com as Forças Armadas na Argentina e convidou militares a participarem de um pacto que pretende fazer com lideranças do país em maio. "Convoco o conjunto da sociedade e a liderança política para que neste 2 de abril inauguramos uma nova era de reconciliação com as Forças Armadas que transcenda esse governo", disse, acrescentando que se deve dar às Forças "o lugar, reconhecimento e o apoio que merecem".

A fala marca um giro na postura do governo argentino em relação à instituição e à

data, um feriado nacional no país vizinho. Dois anos atrás, quando o conflito completou 40 anos, por exemplo, a efeméride foi permeada por uma discussão sobre acusações a oficiais que teriam torturado ex-combatentes.

Milei afirmou nesta terça que "a direção política faz até o impossível para sujar o nome" das instituições militares e que antes "vestir um uniforme era motivo de orgulho", mas que governos anteriores apagaram da memória coletiva "hostilizando e humilhando" as Forças Armadas. Ele então decidiu trocar o nome de um salão da Casa Rosada que se chamava Povos Originários para Heróis das Malvinas, em meio à batalha cultural que travou contra o kirchnerismo. Também já mudou o nome do Salão das Mulheres, no Dia das

Mulheres, e afirmou que quer renomear o Centro Cultural Néstor Kirchner.

"Aos heróis das Malvinas as nossas Forças Armadas lhes digo: esse tempo terminou, vocês são orgulho para nossa nação e nessa nova Argentina terão o respeito que lhes foi fortemente negado", afirmou, sendo aplaudido por apoiadores e apelando a um tema sensível para os argentinos.

A Guerra das Malvinas foi desatada em 1982 por parte da ditadura do país, iniciada pelo golpe de 1976 e na época liderada pelo general Leopoldo Galtieri.

Como o regime vinha caindo em descrédito em meio à crise econômica, aos anos de autoritarismo e ao desaparecimento de cidadãos, Galtieri apelou para o sentimento de patriotismo e afirmou que enviaria tropas para "retomar"

as ilhas Malvinas —ou Falkland, para os britânicos e habitantes locais.

No início a estratégia funcionou, mas o governo de Margaret Thatcher mandou soldados para expulsar os argentinos, e a opinião pública foi se dando conta de que um massacre se aproximava. A guerra terminou em menos de três meses, com a rendição de Buenos Aires e um saldo de 649 mortos do lado argentino e 25 do britânico.

Até hoje, os argentinos sentem que o aniquilamento hesperante, apesar de ser habitado por britânicos e seus descendentes há várias gerações, tendo inclusive votado em referendo a determinação de continuar com o status de estado associado ao Reino Unido. Por isso, Milei retomou a "revisitação inabastável" pela soberania do país sobre as ilhas, sem "meras palavras em fóruns internacionais com nenhum impacto na realidade". "Comprometo-me a que, durante o nosso governo, possamos ter um ro-

teiro claro para que as Malvinas voltem para as mãos argentinas", afirmou.

Segundo o jornal *La Nación*, esse plano incluiria uma relação bilateral mais próxima com o Reino Unido, a retomada dos voos às ilhas para os familiares dos mortos (cujos corpos seguem enterrados ali) e a conclusão da identificação dos restos dos soldados ainda sem nome, junto à Cruz Vermelha.

A Guerra das Malvinas faz parte de um episódio pessoal conhecido na vida de Milei. Ele mesmo contou ao portal *Perfil* em 2018 que, no dia em que os militares invadiram as ilhas, ele assistia a feito na TV aos 11 anos e opinou que o invasão era um delírio e terminaria em derrota. O comentário resultou em uma das piores surras que sofreu de seu pai, e terminou com sua irmã, Karina, internada no hospital.

Nesta terça, Milei também convidou os militares a participarem do chamado "pacto de maio", um grande acordo com dez princípios liberais para o país que o presidente quer assinar com governadores em 25 de maio, na província de Córdoba. A ideia é chegar a consensos para destravar seu pacote de reformas da "lei ônibus" no Congresso.

"Quero estender um convite especial não só aos membros do Estado Maior e das Forças Armadas, mas também às organizações de veteranos das Malvinas, para que sejam testemunhas e estandartes da nova Argentina", afirmou.

Seu discurso neste 2 de abril foi também um aceno à sua vice, Victoria Villarreal, em uma nova tentativa de afastar boatos de rusgas nas últimas semanas. Ela é filha, netas sobrinha de militares e ficou conhecida na política pela sua defesa das vítimas de guerrilhas durante a ditadura.

Durante a campanha eleitoral, Milei passou a negar o número de 30 mil mortos e desaparecidos, adotado por movimentos sociais como o das Mães da Praça de Maio. Em vez de isso, também se orgulha de que a Argentina lembrou o aniversário do golpe, a Casa Rosada divulgou um vídeo de 12 minutos que novamente rejeitou a cifra, com a mensagem "por uma memória completa para que haja verdade e justiça".

“Aos heróis das Malvinas e às nossas Forças Armadas lhes digo: esse tempo [de hostilização e humilhação] terminou, vocês são orgulho para nossa nação e nessa nova Argentina terão o respeito que lhes foi fortemente negado

Javier Milei
presidente da Argentina

'Exército' de Derrite tem mais efetivo do que 91% das cidades

Governo Tarcísio afirma que alocação de pessoal não prejudicou segurança

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O número de assessores policiais militares à disposição do secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PL), é superior ao efetivo empregado pela Polícia Militar em 588 municípios paulistas, ou 91,2% das 645 cidades do estado.

Conforme dados sigilosos obtidos pela Folha, Derrite tinha à disposição 2.41 assessores PMs, em novembro passado, o (número mais recente). Um ano antes, eram 183 policiais na função.

Por outro lado, conforme dados fornecidos pela própria Polícia Militar via LAI (Lei de Acesso à Informação), apenas 57 municípios paulistas têm um efetivo superior ao "exército de capitães" do secretário, forma como esse contingente costuma ser chamado no meio policial.

O governo paulista afirma que alocação do efetivo para as assessorias não trouxe prejuízo às operações realizadas

nas cidades no ano passado.

Normalmente, a assessoria incluía responsáveis pela segurança do secretário, de seus familiares e da sede da pasta. Na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), porém, os policiais militares foram nomeados para funções diversas, incluindo especialistas em postagem de imagens nas redes sociais.

Esse tipo de serviço prevê gratificações extras de salário. Oficiais da equipe da SSP chegam a ganhar, por exemplo, cerca de R\$ 7.000 a mais no salário mensal.

A assessoria da Secretaria da Segurança é uma das 13 existentes no estado de São Paulo. São homens e mulheres que fazem a segurança de prédios e de agentes públicos, como desembargadores, juízes, promotores, deputados, vereadores e do prefeito da capital paulista.

No governo Rodrigo Garcia (PSDB) eram 12 assessorias. Uma nova foi criada na gestão Tarcísio no final do

ano passado para atender à cúpula da Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado, batizada com o nome de APMSEFAZ.

De acordo com coronéis ouvidos pela reportagem, a nova assessoria é desnecessária diante do perfil da pasta, mas foi uma forma de o secretário agradecer ao apoio da Fazenda na concessão do reajuste à polícia no ano passado.

Ainda conforme oficiais ouvidos, a gestão planeja a criação de uma nova assessoria, agora destinada ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral). O principal objetivo seria manter boas relações com a Corte.

Coronéis afirmaram à Folha que a escolha dos efetivos de todas as assessorias vem sendo feita por indicações diretas de Derrite. Segundo eles, o objetivo da medida é estabelecer uma rede de informantes em diversas áreas.

O aumento da equipe do secretário ocorreu na contramão do restante do estado. Praticamente em todas as regiões houve redução do ef-

Secretário diz que não sabia das 56 mortes pela PM

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou nesta terça-feira (2) que não sabia o número de mortos na Operação Várzea, encerrada na segunda-feira (1º).

"Eu nem sabia que eram 56", afirmou o chefe da secretaria na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). "Infelizmente são 56, para mim o ideal é que não fosse nem uma".

A declaração de Derrite foi dada durante uma agenda com o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), que deu início à operação delegada com agentes do Corpo de Bombeiros.

tivo da PM, incluindo a Baixada Santista, que vive uma crise de segurança.

Na região, o efetivo caiu de 3.254 policiais militares, em novembro de 2022, para 2.902, no final de 2023 — redução de 5%. Só no batalhão de Santos (6º BPM/1), a redução foi 10%. No fim de 2023, eram 509 policiais, contra 508 do ano anterior.

No geral, a PM paulista perdeu ainda mais efetivo no ano passado: ele chegou a 78.607 policiais, em novembro de 2023, ante os 79.477 do mesmo período de 2022.

A diretoria-executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, diz considerar muito grave o "uso extremamente político de uma instituição, que usa força para favorecer um secretário".

"Quando coloca esse número enorme de policiais na assessoria dele, ao contrário do que diz, ele não está preocupado com a segurança pública do povo paulista. Está preocupado em ter ao seu serviço aquelas pessoas de confiança, mesmo que isso prejudique o trabalho da PM na ponta da linha", afirmou.

"APM de São Paulo foi uma das PMs mais profissionais do Brasil, com protocolos, com estrutura muito robusta de profissionalização, de uso da força. Tudo isso está sendo jogado fora", afirmou ela.

Para o especialista em segurança pública Rafael Alcázar, professor da FGV

(Fundação Getúlio Vargas), há um claro desvio função desses policiais empregados nas assessorias, treinados para outras funções.

"Essas assessorias, do meu ponto de vista, são o maior desvio de função que eu já vi acontecer numa polícia no mundo. Porque essas pessoas servem muito mais para fazer a política corporativa da Polícia Militar e ter-se um impresso positivo diante de órgãos e de pessoas que tomam decisões".

"Por que o pessoal do TRE, o pessoal no Tribunal de Justiça, o pessoal no Ministério Público não pode se comportar como o cidadão comum que liga no 190?", afirmou ele.

Ao todo, as assessorias tinham 943 policiais em novembro de 2023, um aumento de 8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Apenas 15 cidades no estado têm efetivo maior do que 943 policiais militares.

Procurada, a gestão Tarcísio disse que as assessorias policiais militares "são estabelecidas por lei e instituídas pelo comando da Polícia Militar com base em critérios técnicos e operacionais".

"No âmbito da Secretaria de Segurança Pública, esses profissionais são designados para áreas estratégicas, como o CICC (Centro Integrado de Comando e Controle), o GTI (Grupo de Tecnologia da Informação), o J-1 (J-1 de Análise e Planejamento) que compila e analisa os indicadores criminais utilizados para definir os programas de policiamento".

A pasta afirmou que "alocação desses policiais não impactou a realização das operações planejadas para 2023". "Essas ações resultaram em um aumento de 12,3% nas prisões de criminosos, na redução de uma série de crimes patrimoniais e contra a vida, como o caso dos homicídios dolosos que alcançaram o menor número de casos evitados desde 2021".

A pasta chegou a afirmar que a assessoria da SSP necessitava de um contingente grande porque, entre suas funções, estaria a proteção de ex-governadores e de familiares. Função que, na verdade, é de responsabilidade da Casa Militar. Após ser questionada sobre isso, a equipe de Derrite disse que foi um equívoco e mudou a versão.

Sobre as indicações das assessorias serem feitas diretamente pelo secretário, a pasta disse que as escolhas das equipes ocorrem de forma técnica. "Quanto à seleção dos profissionais para as atividades de assessoramento, ela é definida de acordo com as habilitações e competências exigidas para cada cargo", afirmou a secretaria.



O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, discursa na Câmara dos Deputados. Pedro Ladeira - 20 mar 2024 / fph/agem

Justiça de São Paulo nega prisão de dono de Porsche que causou morte de motorista

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) negou o pedido de prisão do empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, que conduzia um Porsche que se chocou contra um Santander e causou a morte do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana, 52, na madrugada de domingo (31), em São Paulo.

Fernando foi indicado criminalmente por homicídio doloso, lesão corporal e fuga de local de acidente, de acordo com a SSP (Secretaria da Segurança Pública), e na segunda (1º) a Polícia Civil havia requisitado a prisão temporária do empresário.

"Foi negado o pedido de prisão temporária em plantão judicial por não estarem presentes os requisitos necessários, previstos na Lei 7.960/89", respondeu o TJ-SP, via assessoria de imprensa.

O empresário fugiu do local

do acidente e se apresentou no 30º DP (Tatuapé) apenas na tarde de segunda.

A defesa afirmou que o acidente foi "uma fatalidade". "Prematuro, neste momento, julgarmos as causas do acidente, na medida em que os laudos das perícias realizadas ainda não foram concluídos", diz nota assinada pelos advogados Carine Acardo Garcia e Merhy Daychoum.

De acordo com o boletim de ocorrência, o Porsche dirigiu-se pelo empresário bateu na traseira do Santander conduzido por Orinaldo. Ele foi levado por bombeiros ao Hospital Municipal do Tatuapé, mas não resistiu aos múltiplos traumatismos e morreu. Imagens do acidente mostram o forte impacto da colisão.

Os filhos de Orinaldo disse-ram "sentimento de impunidade e injustiça".

Em entrevista ao programa Encontro, da TV Globo, nesta terça (2), Lucas Moraes, um

dos filhos do motorista, criticou a condução do caso e o fato de o empresário ter deixado o local do acidente.

"A forma como ele se evadiu do local com a presença da polícia é [algo] muito complicado. É um sentimento de impunidade, de injustiça. Como acontece um acidente desse tamanho e simplesmente o cara sai do local, com a presença da polícia?", questionou. Ele pediu justiça e disse esperar "que ninguém fique acima da lei". Lucas também criticou decisão da Justiça de negar o pedido de prisão temporária do empresário.

A defesa nega que Fernando tenha fugido. Segundo os advogados, quando o empresário deixou o local, acompanhado das vítimas, estavam sendo socorridos — um passageiro do Porsche, de 22 anos, ficou ferido no acidente.

O empresário foi liberado pela PM para ser encaminhado ao Hospital São Luiz Ibi-

rapuera, devido a um suposto ferimento na boca, mas não foi encontrado no local por policiais que o procuraram na unidade para ouvi-lo e fazer o teste do bafômetro. A informação recebida pela PM foi que Fernando não havia dado entrada em nenhum hospital da rede São Luiz. Ele e a mãe também não atenderam as ligações dos policiais.

Em nota, a SSP afirma que a PM apura a dinâmica da ocorrência para identificar eventual erro de procedimento.

Os advogados dizem que havia receio de linchamento, pois "naquele momento ele passou a sofrer linchamento virtual" e por isso houve a decisão de "resguardo". A defesa diz que Fernando estava em choque com o acidente e a morte do motorista do outro veículo. "Todas as circunstâncias do acidente serão devidamente apuradas no curso da investigação, com a mais ampla colaboração de Fernando".

Adolescente é atingido por bala perdida no RJ e fica paraplégico

Bruna Fanti

RIO DE JANEIRO Um adolescente de 17 anos foi baleado na manhã de segunda-feira (1º) em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e está internado no Hospital Estadual Alberto Torres, no município, segundo a Polícia Militar.

O crime aconteceu no bairro Jardim Catarina. Em seu relato ao ser socorrido, ele contou que estava na rua quando foi atingido e se abrigou atrás de um caminhão, onde foi encontrado por pessoas que prestaram socorro.

Segundo a assessoria de imprensa do hospital, o jovem ficou paraplégico e seu estado de saúde é estável.

Em nota, a Polícia Militar afirma que "agentes do 7º BPM (São Gonçalo) foram acionados para verificar a entrada de um homem ferido por disparos de arma de fogo no Hospital Estadual Alberto Torres". A corporação também disse que não havia

operação policial nas proximidades do local onde o jovem foi baleado.

A ocorrência foi registrada na 74ª DP (Alcântara).

Em agosto de 2023, o adolescente Bryan Silva Ferreira dos Santos, 16, morreu após ser atingido por um tiro nas costas, também no município de São Gonçalo. De acordo com relatório da Polícia Militar, uma viatura da corporação encontrou o jovem já sem vida.

Uma colega da vítima, que é testemunha no caso, relatou que houve um tiroteio e que Ferreira dos Santos foi ferido ao protegê-la. Os dois voltavam da escola, no bairro Apolo 3, e estavam na rua Eliana Mnedes Rodrigues, onde foi baleado.

Segundo o depoimento da jovem, um carro foi fechado por outro, e um homem passou a atirar. De acordo com a polícia, dois grupos rivais teriam entrado em conflito e trocado tiros.

O tapete de Marielle

Não podemos ser reféns do medo de encarar o que foi revelado

Ilona Szabó de Carvalho

Empregadora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

No fim da tarde de 15 de março de 2018, eu estava com a equipe do Instituto Igarapé no meio da multidão reunida em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no Centro da cidade. Era um ato de protesto e indignação contra o assassinato, na véspera, da vereadora Marielle Franco, do PSOL, e de seu motorista, Anderson Gomes. Nós conhecíamos Marielle e acompanhávamos de perto a comitiva, as idas e vindas, as incongruências do processo de investigação. Agora, seis anos depois, em seu desfecho, esse terrível caso re-

vela para a sociedade a intrincada rede de corrupção e crime organizado violento enraizada nos sistemas políticos e de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Essa rede permite se sustentar no exercício do poder de grupos paramilitares como as milícias — fato que não é novidade para quem trabalha com segurança pública no Brasil.

Mas, se naquele momento, essa complexidade já se anunciava, hoje o cenário é muito mais grave. O crime organizado se fortaleceu e sua infiltração em estruturas estatais

passa a ser consolidada após quatro anos de um governo de extrema direita — que incitou a violência e a politização das polícias como mercadoria eleitoral, além de enfraquecer as regras de controle de armas e alimentar o arsenal do crime e seus discípulos.

Em 2018, os gritos de ordem da multidão no centro do Rio pediam o fim da Polícia Militar. Mas, infelizmente, não há bala de prata. Para resolver a ineficiência e a falência de um sistema de segurança pública, que ainda não opera dentro dos princípios e re-

gras democráticas, é preciso ir muito além da já árdua tarefa de modernizar as polícias, aumentar sua eficiência e a transparência do sistema de Justiça e reformar o sistema penitenciário — que têm falhado repetidamente.

Envolver muitos outros órgãos do Estado é urgente, começar por aqueles responsáveis pelas políticas de prevenção que atuam nas causas da violência, o Ministério Público — que precisa assumir seu papel de fiscalização das polícias, e os órgãos de polícia administrativa. É crucial também

que se priorize a investigação e esclarecimento dos crimes violentos, o combate à corrupção, a descapitalização do crime organizado, o controle de armas eficiente, uma política de drogas muito mais inteligente e um sistema carcerário que não seja o QG e o provedor de mão de obra para o crime organizado.

Isso só será possível se o Governo Federal assumir a liderança e o Judiciário entender e assumir sua responsabilidade.

Se, em um momento de ataque à democracia, a pergunta "quem matou Marielle?" virou ato de resistência, a resposta pode se tornar um marco para a sociedade brasileira confrontar a forma como se relaciona com a proteção de seus cidadãos.

É fundamental que se implemente uma política de segurança pública de longo prazo como pilar do Estado democrático de Direito, o que signifi-

fica também investir contra o medo. Segurança rende e tira muitos votos. Uma sociedade amedrontada é alvo fácil da desinformação, da manipulação e das falsas soluções.

As soluções, verdadeiras, existem. Muito já foi estudado, testado, aprovado, aqui e no mundo. Não há atalho. É preciso implementar medidas, monitorar e avaliar resultados, ajustar rumos e garantir a continuidade nesse caminho.

Naquele triste dia de março, na Alerj, ficou claro que a sociedade precisa se apropriar dessas soluções para tirar o que por décadas foi varrido para debaixo do tapete e levantar por Marielle com seu assassinato. O desfecho do crime escancarou o ponto de inflexão atual: ou extirpamos o crime organizado e damos um basta à violência ou aceitamos viver com medo em um Estado criminoso. A decisão está em nossas mãos.

dom. Antonio Prata | seg. Marcia Castro, Giovana Madalosso | ter. Vera laconelli | qua. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | qui. Sérgio Rodrigues | sex. Tati Bernardi | sáb. Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

Enel soma R\$ 700 milhões em multas e compensações

Concessionária diz ter pago R\$ 55 mi em punições e que recorreu das outras



Gerador da Enel na rua General Jardim, na região central de São Paulo, em dia de apagão. Ronny Santos - 20.mar.24/Folhapress

João Gabriel

BRÁSILIA A Enel foi autuada em mais de R\$ 700 milhões em multas e compensações financeiras por falhas nos serviços desde 2018, uma média de R\$ 100 milhões em punições por ano. Nesta segunda-feira (3), o governo federal determinou uma investigação contra a empresa que pode resultar no cancelamento do contrato.

Os dados são da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A agência diz que a companhia, que atua na distribuição de energia em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem cerca de R\$ 266 milhões em multas em aberto — menos que os R\$ 300 milhões divulgados pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, nesta segunda.

Após a fala de Silveira, a empresa afirmou que pagou R\$ 55 milhões em multas — dados obtidos pela reportagem apontam que o valor pago foi de R\$ 59,1 milhões, referentes a punições aplica-

das de 2018 a 2021.

Segundo a Aneel, os R\$ 700 milhões são referentes a "penalidades administrativas de multa e compensações financeiras aos consumidores por falhas no serviço".

A agência afirma que, em 2024, aplicou uma multa recorde à empresa, no valor de R\$ 165,8 milhões.

Foram R\$ 16,2 milhões em multas em 2018, R\$ 14,5 milhões em 2019, R\$ 12 milhões em 2020, R\$ 16,2 milhões em 2021, R\$ 95,8 milhões em 2023, além do valor recorde, das últimas duas penalizações, no entanto, ainda estão em aberto: a primeira teve a cobrança suspensa pela Justiça, e a segunda está em fase de recurso dentro da própria agência.

Em compensações foram, respectivamente, R\$ 213 milhões, R\$ 145,4 milhões, R\$ 62,7 milhões, R\$ 60,8 milhões, R\$ 80,9 milhões e R\$ 104,9 milhões, entre 2018 e 2024.

O pagamento de compensação financeira é imposto quando "os violados os limites de qualidade definidos

agência", diz a Aneel.

No total, foram R\$ 386 milhões em compensações e R\$ 225 milhões em multas.

A Aneel afirma ainda que já há duas fiscalizações em curso contra a Enel, para apurar um dos questionamentos feitos pelo Ministério de Minas e Energia: a capacidade ou não da companhia de prestar serviços à população de acordo com as exigências contratuais.

Em nota, a Enel confirmou o valor de R\$ 700 milhões, que inclui tanto multas pagas para a Aneel quanto compensações — que são pagas aos consumidores nas faturas.

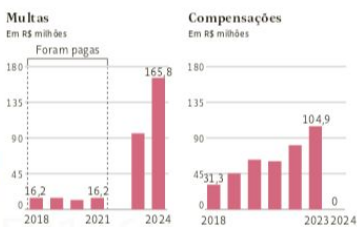
"A empresa pagou parte das multas aplicadas pela agência reguladora neste período, totalizando até o momento cerca de R\$ 55 milhões. Outras encontram-se em fase de recurso, segundo trâmites normais do setor. Em relação às compensações pagas aos consumidores, desde 2018, esse montante chega a R\$ 386 milhões", diz a nota da companhia.

"Cabe esclarecer que as mu-

“A empresa pagou parte das multas aplicadas pela agência reguladora neste período, totalizando até o momento cerca de R\$ 55 milhões. Outras encontram-se em fase de recurso, segundo trâmites normais do setor. Em relação às compensações pagas aos consumidores, desde 2018, esse montante chega a R\$ 386 milhões

Enel em nota

Punições aplicadas à Enel



Fonte: Aneel

danças nas regras que definem a aplicação de multas pela agência reguladora às distribuidoras do país, ocorrendo a partir de 2019, bem como a ampliação dos serviços que passaram a ser contemplados nas compensações, impactaram diretamente nos valores totais pagos.

Nesta segunda, o ministério de Minas e Energia pediu que a Aneel investigue a empresa, em razão do "histórico de falhas e transgressões".

O processo pode levar à revisão da concessão para fornecimento de energia em São Paulo, estado que sofre desde 2023 com uma série de apagões.

O objetivo da pasta é saber se a Enel descumpriu o contrato, se tem condições técnicas de seguir operando e se atendeu à ordem recente da agência para regularizar serviços.

Em entrevista à GloboNews, o ministro Alexandre Silveira afirmou que, "se apurada a possibilidade de a Enel estar descumprindo com índices mínimos de qualidade", o processo pode levar também ao fim da concessão à empresa no Rio de Janeiro.

A ação do governo federal, que é o poder concedente das concessões de distribuição de energia elétrica, vem após a empresa mostrar uma série de problemas graves na prestação dos serviços na região metropolitana de São Paulo nos últimos meses.

Em novembro do ano passado, uma tempestade deixou cerca de 11 mil imóveis sem energia por seis dias seguidos. No total, o apagão atingiu 2,1 milhões de clientes da Enel em 24 cidades da região metropolitana.

Já no mês passado, problemas de rede elétrica subterrânea fizeram com que bairros do centro de São Paulo ficassem sem energia ou com fornecimento intermitente durante vários dias. O apagão afetou parte de bairros como Higienópolis, Bela Vista, Cerqueira César, Santa Ceci-

lia, Vila Buarque, Campos Elísios e República. A Santa Casa teve de remarcar procedimentos e exames. O icônico edifício Copan, na região central, também sofreu com falta de energia por dias seguidos.

O tempo de espera por equipes da Enel em São Paulo dobrou em cinco anos, segundo a Aneel. Os moradores da região metropolitana de São Paulo esperam 12 horas e meia, em média, até que a falta de energia seja resolvida.

Emais que o dobro do tempo médio desses atendimentos em relação a 2018, ano em que a companhia italiana comprou a Eletropaulo e passou a operar a distribuição energética na capital.

A empresa afirma que tem trabalhado para reduzir o prazo de atendimento aos clientes. "Com relação aos indicadores que compõem o Tempo Médio de Atendimento da distribuidora, vale destacar que estes não capturam efeitos das tecnologias de automação, que tiveram impacto positivo nos serviços prestados aos consumidores", diz a nota da Enel.

O ministro de Minas e Energia diz, no ofício, que este conjunto de fatos "tem levado a uma insatisfação generalizada dos consumidores de energia elétrica, tanto pela frequência desses eventos, provocando grande impacto na vida das pessoas e na dimensão financeira decorrente das interrupções das atividades produtivas e comerciais".

Ele diz ainda que a Aneel já foi provocada para que fiscalizasse o desempenho da Enel, e que a empresa privada já foi intimada para que reestabelecida os serviços prestados plenamente.

O ministério pede que a agência apure se houve descumprimento do contrato de concessão, se a companhia perdurou condições técnicas para manter sua operação ou se deixou de atender à ordem para que os serviços fossem regularizados.

Projeto do novo ensino médio quer validar trabalho como aula

Entidades alertam que proposta aprovada na Câmara abre brecha para contratação precária de adolescentes

Isabela Palhares

SÃO PAULO O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados para alterar o novo ensino médio propõe que as horas trabalhadas pelos estudantes sejam contabilizadas como aula para aqueles que estudam em escolas

de tempo integral.

Para um grupo de entidades, a alteração da proposta é ilegal por abrir brecha para incentivar o trabalho infantil e a contratação precária de adolescentes. Elas também defendem que a mudança estimula a "desescolarização" dessa etapa da educação básica.

O texto, que altera a reforma do ensino médio sancionada em 2017 pelo governo Temer, foi aprovado em 25 de março deste ano após um acordo entre o governo Lula (PT) e a Câmara, mas ainda precisa ser votado pelo Senado.

Um dos principais argumentos dos defensores das mu-

danças curriculares no ensino médio é o de que a etapa precisa preparar melhor os estudantes para o mundo do trabalho. Eles argumentam que o ensino precisa ser menos teórico e ter maior flexibilidade para aproximar o conteúdo de sala de aula com o que os jovens gostariam de trabalhar futuramente.

Por isso, uma das alterações propostas na reforma é que, para fins de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio em regime de tempo integral, as redes de ensino possam considerar como horas de estudo "a experiência de estágio, programas de aprendizagem profissional, trabalho remunerado ou trabalho voluntário supervisionado".

O trecho que propõe computar as horas de trabalho como atividades letivas foi proposto pelo próprio Ministério da Educação. Segundo o tex-

to aprovado, o objetivo com essa mudança é "reconhecer as aprendizagens, competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes em experiências extraescolares".

Em uma carta aberta, as entidades que formam o coletivo Agenda Infâncias e Adolescências Invisibilizadas pedem que o Senado corrija a proposta, retirando os artigos que tratam da questão do trabalho. Entre os signatários estão o FNPEI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), a Ance (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O coletivo destaca que as medidas do projeto conflitam com a Lei de Aprendizagem, Lei do Estágio e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) por propor que adolescentes com menos de 16

anos possam trabalhar.

"De 14 a 18 anos, os adolescentes só podem trabalhar na condição de jovem aprendiz e devem seguir a legislação pertinente à aprendizagem profissional. Abaixo de 14 anos, qualquer relação de trabalho ou aprendizagem é considerada trabalho infantil", diz a nota do coletivo.

Os seus, eles defendem que, ao validar como carga horária escolar o trabalho de adolescentes, o projeto estimula a contratação precária de menores de 18 anos já que a Lei da Aprendizagem obriga que o empregador garanta a matrícula e frequência do aprendiz à escola.

Procurado pela reportagem, o MEC não respondeu sobre as críticas e os riscos que apontam as entidades até a conclusão desta edição.

Ao liberar que parte do horário escolar seja cumprido no trabalho, o projeto permite que os empregadores não sejam obrigados a garantir que o horário exigido dos adolescentes não atrapalhe os estudos.

Outro alerta feito pelas entidades se refere à inclusão do trabalho voluntário como parte da carga horária escolar. Como menores de 14 anos não podem trabalhar, nem mesmo como aprendizes, a lei poderia abrir brecha para que eles sejam recrutados de forma ilegal.

"A possibilidade significa risco de legalização, através da proposta de lei aprovada, de trabalho análogo à escravidão, aumentando as vulnerabilidades de crianças e adolescentes em todo o país, principalmente, daquelas e daqueles mais desfavorecidos economicamente", diz a nota.

Eles também chamam atenção para o fato de que essas mudanças vão impactar sobretudo os estudantes mais pobres, negros e de regiões mais vulneráveis do país.

"Sabemos que a precarização da educação pública afeta pessoas com classe social e raça definidas, que são diretamente afetadas com esses retrocessos. Queremos que as juventudes das escolas públicas possam sonhar e com dignidade tenham todas as condições de ocupar os espaços e todas as profissões e trajetórias que lhe são de direito", diz a nota.



Estudantes protestam contra o novo ensino médio na avenida Paulista, em São Paulo, antes da aprovação do projeto pelos deputados

Bruno Santos - 15.mar.23, FolhaPress

Unicamp demite professor acusado de agredir e ameaçar estudantes com faca e spray

SÃO PAULO A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) demitiu um professor acusado de agredir e ameaçar alunos com uma faca em outubro de 2022, durante uma paralisação estudantil.

A demissão foi publicada pela universidade no Diário Oficial de segunda-feira (1º). A portaria diz que Rafael de Freitas Leão, professor do IMECC (Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica), cometeu falta disciplinar gravíssima.

O docente estava afastado do cargo desde 4 de outubro, dia seguinte ao que foi detido pela Polícia Militar dentro do campus da Unicamp. A Folha tentou contato com Leão na manhã desta terça (2), mas não obteve resposta.

Segundo a Unicamp, a demissão é prevista no estatuto da universidade em casos em que o servidor "praticar atos definidos como infração pelas leis penais", "manter má conduta" ou "praticar atos de violência de qualquer tipo".

"A reitoria da Unicamp esclarece que a decisão foi tomada com base no relatório final da Comissão Processante Permanente em casos em que o servidor, referendado posteriormente pela Procuradoria Geral da Universidade, O processo transcorreu conforme determinam as regras internas da universidade, ga-

rantindo ao docente todas as possibilidades de exercer a sua ampla defesa", afirma nota da reitoria.

O caso aconteceu na manhã de 7 de outubro do ano passado, quando Leão foi detido sob suspeita de ameaçar dois estudantes com faca e spray de pimenta.

O docente teria ameaçado os alunos depois que eles entraram em sua sala de aula para dizer que o DCE (Diretório Central dos Estudantes) havia decidido por uma paralisação das atividades naquele dia. O professor, então, sacou a faca e passou a ameaçar os alunos.

Em um vídeo gravado por outros estudantes, é possível ver o momento em que o professor sai correndo por um corredor com a faca em mãos em direção a um dos alunos. O jovem entra em confronto com o docente para desarmá-lo, e só então os dois seguraram da universidade aparecem para conter o docente.

Leão foi detido por policiais militares após o incidente e levado para uma delegacia. As autoridades policiais o professor relatou que, ao chegar à universidade, foi impedido de dar aula por um grupo de alunos. "O professor foi detido e não chegou a usar o spray de pimenta e uma faca para se defender", dizia o boletim de ocorrência. O registro policial colocou



Foram posturas não democráticas dos dois lados que estavam nessa disputa. Não é possível um professor vir para a universidade com um spray de pimenta e uma faca. Isso é inadmissível. Assim como é inadmissível alunos ou pessoas de fora impedirem a realização de atividades

Antonio José Meirelles
reitor da Unicamp

o professor Rafael de Freitas Leão como vítima. O caso foi registrado como lesão corporal e incitação ao crime.

Em entrevista à Folha, o reitor Antonio José Meirelles disse que a Unicamp viveu um dos dias mais tristes de sua história com o incidente.

"Foram posturas não democráticas dos dois lados que estavam nessa disputa. Não é possível um professor vir para a universidade com um spray de pimenta e uma faca. Isso é inadmissível. Assim como é inadmissível alunos ou pessoas de fora impedirem a realização de atividades", disse Meirelles.

No caso, estudantes de ao menos 23 cursos da Unicamp haviam aprovado a paralisação, em apoio aos protestos contra a privatização de órgãos estaduais e contra a situação das universidades paulistas.

Assim como na greve da USP, os estudantes da Unicamp reivindicavam a contratação de docentes e funcionários. Eles também pediam melhorias na infraestrutura da universidade, já que alguns cursos estavam funcionando em prédios com estrutura precária.

Reivindicavam ainda a ampliação de políticas de permanência estudantil, com o reajuste dos valores de bolsa e a construção de moradia estudantil nos campi de Limeira e Piracicaba. IP

Instituto lança graduação com melhores de matemática

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO O Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada) lançou nesta terça-feira (2), no Rio de Janeiro, o Impa Tech, graduação especializada em tecnologia e inovação, em homenagem à presença do presidente Lula (PT).

Fundado em 1952, o Impa é uma unidade de ensino de referência em matemática financiada pelos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. O recém-lançado Impa Tech planeja formar profissionais especializados para o mercado de trabalho das ciências da informação e tecnologia.

O curso terá duração de quatro anos, com duas etapas. Na primeira, os estudantes serão matriculados em um ciclo básico de um ano e meio. Depois, poderão escolher entre quatro ênfases: matemática, ciência da computação, ciência de dados e física. O curso é gratuito e terá alojamento para maiores de 18 anos.

Não discusso, Lula defendeu investimentos em educação superior: "Queremos que nossos jovens sejam mestres aqui, doutores aqui, porque o Brasil quer deixar de ser um país pobre. Nós seremos do tamanho da nossa capacidade de governar, do tamanho do nosso sonho".

O curso foi lançado na zo-

na portuária, em um galpão batizado pela prefeitura de Porto Maravilha. A proposta do espaço, cujas obras ainda estão em andamento, é servir como empresas consolidadas de tecnologia e startups, além de abrigar o Impa Tech.

O nome é uma derivação do Porto Maravilha, projeto de habitação e revitalização iniciado em 2011, na segunda gestão do prefeito Eduardo Paes (PSB) com apoio do governo federal. O Porto Maravilha não avançou como o esperado por impasses nos repasses da Caixa Econômica Federal para a prefeitura.

"Queremos nos tornar a capital da inovação na América Latina", disse o prefeito.

O programa de mestrado e doutorado do Impa é renomeado. Delaíslu o matemático Artur Ávila, que em 2014, aos 35 anos, recebeu a Medalha Fields, popularmente conhecida como o "Nobel da Matemática".

A aula inaugural do Impa Tech aconteceu na quarta-feira (3). O processo seletivo para a primeira turma, formada por jovens de diferentes estados do país, destinou 80% das vagas para estudantes com os melhores desempenhos em diferentes olimpíadas de conhecimento, como a Olimpíada Brasileira de Matemática e a Olimpíada Brasileira de Física.

saúde

Saúde diz que dengue cai, mas sete estados ainda preocupam

Outras 12 unidades da Federação estão em estabilidade, afirma ministério

SAÚDE PÚBLICA

BRASÍLIA O Ministério da Saúde ressaltou que o Brasil vive um momento de declínio da epidemia de dengue. Em sete estados e no Distrito Federal, o pico já foi atingido e a curva da doença é agora decrescente.

Outras 12 unidades da Federação estão em estabilidade. Mas sete estados, especialmente do Nordeste, têm tendência de aumento de casos e óbitos.

Em entrevista coletiva a jornalistas nesta terça-feira (2) sobre o cenário epidemiológico da dengue no país, a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, explicou que o comportamento da doença no Nordeste é diferente do início nos primeiros estados atingidos pela epidemia de forma mais grave.

Por isso, a expectativa é que o próximo balanço possa apontar para consolidação da análise nacional de passagem do pico da doença.

"Estamos analisando esse crescimento no Nordeste observando que a situação não cresce na mesma velocidade como em outros estados. Isso representa o menor número de casos global", disse.

Os estados em tendência de alta dos casos são Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

"A epidemia é diferente em diferentes momentos dos estados", afirmou Ethel Maciel.

A queda, considerada consolidada pela pasta, ocorre no Acre, Amazonas, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Roraima. Estão em estabilidade Amapá, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Santa Cata-

rina, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Ainda assim, a pasta afirma que as medidas de prevenção e combate ao vetor da doença devem continuar.

"Temos ainda situação epi-

“
Temos ainda uma situação epidemiológica no país bastante importante tanto em casos quanto em óbitos

Márcio Garcia
diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública

demiológica no país bastante importante tanto em casos quanto em óbitos", disse Márcio Garcia, diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública.

Outro alerta foi feito por Guilherme Werneck, diretor do Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Ele lembra que estados com extensão territorial maiores podem ter situações diferentes.

"É preciso perceber que quando a gente fala de Bahia ou Minas Gerais, temos mosaicos de municípios. O estado pode ter situação de estabilidade ou tendência de queda, mas não quer dizer que não tenhamos atenção específica para determinados municípios, que podem ter padrão diferente do restante do estado".

De acordo com o Ministério da Saúde, 12 decretos estaduais de emergência se-

guem vigentes, além de 465 decretos municipais do tipo. No último boletim, eram 427 municípios.

O Rio de Janeiro, primeiro município a decretar emergência em saúde por dengue, finalizou o decreto, o que, segundo o Ethel Maciel, é um exemplo da tendência de queda observada.

No total, foram distribuídos R\$ 95 milhões para auxiliar essas regiões. Há um total de R\$ 1,5 bilhão reservado para as ações contra a dengue no Brasil.

A 13ª semana epidemiológica da epidemia de dengue, terminada no último sábado (30), teve, considerando todo o período de análise, 2.624.300 casos prováveis, 24.218 casos graves e com sinais de alarme, 991 óbitos confirmados e 1.483 de investigação.

Até esta terça, o estado de São Paulo contabiliza 192 mortes confirmadas por dengue e 350 em investigação. São 402.529 casos confirmados da doença.

Já a capital paulista registrou 33 mortes por dengue de janeiro a 27 de março. Só na última semana, o salto foi de 19 para 33 óbitos, aumento de 73,6%. Outros 88 estão em investigação. As informações são do boletim da Secretaria Municipal da Saúde.

MORTES

coluna.digitario@grupofolha.com.br

Jornalista virou referência em assunto militar

ROBERTO DE GODOY
M. FILHO (1949 - 2024)

Cláudinei Queiroz

SÃO PAULO Criado no meio jornalístico, Roberto Godoy começou cedo na profissão e nunca mais parou, tornando-se ao longo dos anos a maior referência do país na cobertura de assuntos de Defesa, reconhecido inclusive pelos militares.

Nascido em 1949 em Campinas, a 92 km de São Paulo, ele começou a carreira no jornal Correio Popular, do qual seus pais eram sócios minoritários. Posteriormente, foi contratado do jornal O Estado de S. Paulo para chefiar a sucursal de Campinas.

Na década de 1990, retornou para sua cidade para assumir a direção do Correio Popular, função que exerceu até 1999, quando voltou a colaborar com o Estado. Um ano depois, virou editor da Agência Estado, e na sequência foi repórter especial a estudar o assunto, o Eldorado e da TV Estadão.

Sua veia jornalística foi comprovada ainda jovem, quando conquistou três prêmios do Ciesp (Centro das Indústrias) de Campinas de 1969 a 1971. Nesse último ano, conquistou o maior prêmio do jornalismo nacional, o Esso, com a reportagem "Ônibus-laser vai mudar tudo nas telecomunicações", publicada no Estado.

No fim dos anos 1970, em carregado pelo então editor-chefe Miguel Jorge para investigar a indústria da segurança brasileira, Godoy não só publicou reportagens exclusivas como passou a estudar o assunto, o que o tornou referência de informação da área, reconhecido pelos chefes das Forças Armadas e executivos da indústria de armas.

José Francisco Pacola, assessor parlamentar na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), trabalhou com Godoy por cerca de oito anos e se tornou um dos seus amigos. Ele conta que o jornalista era uma pessoa bem-humorada e sempre tinha boas histórias para contar.

"É difícil separar a vida de Godoy, porque ele era jornalista 24 horas por dia. Ele gostava muito de tomar café em um posto de gasolina, no bairro Cambui, em Campinas, onde se encontrava com os amigos", lembra Pacola. "Como chefe, era muito exigente com a qualidade do texto, mas, ao mesmo tempo, sempre motivador", completa.

O amigo também revela que Godoy gostava de uma carne mal passada no churrasco e tinha a leitura como hobby. Também se interessava por carros potentes e nunca se esquecia dos netos, suas paixões.

Godoy morreu dia 29 de março, aos 75 anos, em Campinas, de parada cardíaca. Ele tratava um câncer. Deixa a mulher, Gida, os filhos André e as gêmeas Roberta e Amanda, e os netos João, Alicia e Miguel.

Precisa do Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3393-9300 e central 156
funeraria.sp@sp.gov.br
Atendimento: 24h
3224-4000, 3224-4001, 3224-4002, 3224-4003, 3224-4004, 3224-4005, 3224-4006, 3224-4007, 3224-4008, 3224-4009, 3224-4010, 3224-4011, 3224-4012, 3224-4013, 3224-4014, 3224-4015, 3224-4016, 3224-4017, 3224-4018, 3224-4019, 3224-4020, 3224-4021, 3224-4022, 3224-4023, 3224-4024, 3224-4025, 3224-4026, 3224-4027, 3224-4028, 3224-4029, 3224-4030, 3224-4031, 3224-4032, 3224-4033, 3224-4034, 3224-4035, 3224-4036, 3224-4037, 3224-4038, 3224-4039, 3224-4040, 3224-4041, 3224-4042, 3224-4043, 3224-4044, 3224-4045, 3224-4046, 3224-4047, 3224-4048, 3224-4049, 3224-4050, 3224-4051, 3224-4052, 3224-4053, 3224-4054, 3224-4055, 3224-4056, 3224-4057, 3224-4058, 3224-4059, 3224-4060, 3224-4061, 3224-4062, 3224-4063, 3224-4064, 3224-4065, 3224-4066, 3224-4067, 3224-4068, 3224-4069, 3224-4070, 3224-4071, 3224-4072, 3224-4073, 3224-4074, 3224-4075, 3224-4076, 3224-4077, 3224-4078, 3224-4079, 3224-4080, 3224-4081, 3224-4082, 3224-4083, 3224-4084, 3224-4085, 3224-4086, 3224-4087, 3224-4088, 3224-4089, 3224-4090, 3224-4091, 3224-4092, 3224-4093, 3224-4094, 3224-4095, 3224-4096, 3224-4097, 3224-4098, 3224-4099, 3224-4100, 3224-4101, 3224-4102, 3224-4103, 3224-4104, 3224-4105, 3224-4106, 3224-4107, 3224-4108, 3224-4109, 3224-4110, 3224-4111, 3224-4112, 3224-4113, 3224-4114, 3224-4115, 3224-4116, 3224-4117, 3224-4118, 3224-4119, 3224-4120, 3224-4121, 3224-4122, 3224-4123, 3224-4124, 3224-4125, 3224-4126, 3224-4127, 3224-4128, 3224-4129, 3224-4130, 3224-4131, 3224-4132, 3224-4133, 3224-4134, 3224-4135, 3224-4136, 3224-4137, 3224-4138, 3224-4139, 3224-4140, 3224-4141, 3224-4142, 3224-4143, 3224-4144, 3224-4145, 3224-4146, 3224-4147, 3224-4148, 3224-4149, 3224-4150, 3224-4151, 3224-4152, 3224-4153, 3224-4154, 3224-4155, 3224-4156, 3224-4157, 3224-4158, 3224-4159, 3224-4160, 3224-4161, 3224-4162, 3224-4163, 3224-4164, 3224-4165, 3224-4166, 3224-4167, 3224-4168, 3224-4169, 3224-4170, 3224-4171, 3224-4172, 3224-4173, 3224-4174, 3224-4175, 3224-4176, 3224-4177, 3224-4178, 3224-4179, 3224-4180, 3224-4181, 3224-4182, 3224-4183, 3224-4184, 3224-4185, 3224-4186, 3224-4187, 3224-4188, 3224-4189, 3224-4190, 3224-4191, 3224-4192, 3224-4193, 3224-4194, 3224-4195, 3224-4196, 3224-4197, 3224-4198, 3224-4199, 3224-4200, 3224-4201, 3224-4202, 3224-4203, 3224-4204, 3224-4205, 3224-4206, 3224-4207, 3224-4208, 3224-4209, 3224-4210, 3224-4211, 3224-4212, 3224-4213, 3224-4214, 3224-4215, 3224-4216, 3224-4217, 3224-4218, 3224-4219, 3224-4220, 3224-4221, 3224-4222, 3224-4223, 3224-4224, 3224-4225, 3224-4226, 3224-4227, 3224-4228, 3224-4229, 3224-4230, 3224-4231, 3224-4232, 3224-4233, 3224-4234, 3224-4235, 3224-4236, 3224-4237, 3224-4238, 3224-4239, 3224-4240, 3224-4241, 3224-4242, 3224-4243, 3224-4244, 3224-4245, 3224-4246, 3224-4247, 3224-4248, 3224-4249, 3224-4250, 3224-4251, 3224-4252, 3224-4253, 3224-4254, 3224-4255, 3224-4256, 3224-4257, 3224-4258, 3224-4259, 3224-4260, 3224-4261, 3224-4262, 3224-4263, 3224-4264, 3224-4265, 3224-4266, 3224-4267, 3224-4268, 3224-4269, 3224-4270, 3224-4271, 3224-4272, 3224-4273, 3224-4274, 3224-4275, 3224-4276, 3224-4277, 3224-4278, 3224-4279, 3224-4280, 3224-4281, 3224-4282, 3224-4283, 3224-4284, 3224-4285, 3224-4286, 3224-4287, 3224-4288, 3224-4289, 3224-4290, 3224-4291, 3224-4292, 3224-4293, 3224-4294, 3224-4295, 3224-4296, 3224-4297, 3224-4298, 3224-4299, 3224-4300, 3224-4301, 3224-4302, 3224-4303, 3224-4304, 3224-4305, 3224-4306, 3224-4307, 3224-4308, 3224-4309, 3224-4310, 3224-4311, 3224-4312, 3224-4313, 3224-4314, 3224-4315, 3224-4316, 3224-4317, 3224-4318, 3224-4319, 3224-4320, 3224-4321, 3224-4322, 3224-4323, 3224-4324, 3224-4325, 3224-4326, 3224-4327, 3224-4328, 3224-4329, 3224-4330, 3224-4331, 3224-4332, 3224-4333, 3224-4334, 3224-4335, 3224-4336, 3224-4337, 3224-4338, 3224-4339, 3224-4340, 3224-4341, 3224-4342, 3224-4343, 3224-4344, 3224-4345, 3224-4346, 3224-4347, 3224-4348, 3224-4349, 3224-4350, 3224-4351, 3224-4352, 3224-4353, 3224-4354, 3224-4355, 3224-4356, 3224-4357, 3224-4358, 3224-4359, 3224-4360, 3224-4361, 3224-4362, 3224-4363, 3224-4364, 3224-4365, 3224-4366, 3224-4367, 3224-4368, 3224-4369, 3224-4370, 3224-4371, 3224-4372, 3224-4373, 3224-4374, 3224-4375, 3224-4376, 3224-4377, 3224-4378, 3224-4379, 3224-4380, 3224-4381, 3224-4382, 3224-4383, 3224-4384, 3224-4385, 3224-4386, 3224-4387, 3224-4388, 3224-4389, 3224-4390, 3224-4391, 3224-4392, 3224-4393, 3224-4394, 3224-4395, 3224-4396, 3224-4397, 3224-4398, 3224-4399, 3224-4400, 3224-4401, 3224-4402, 3224-4403, 3224-4404, 3224-4405, 3224-4406, 3224-4407, 3224-4408, 3224-4409, 3224-4410, 3224-4411, 3224-4412, 3224-4413, 3224-4414, 3224-4415, 3224-4416, 3224-4417, 3224-4418, 3224-4419, 3224-4420, 3224-4421, 3224-4422, 3224-4423, 3224-4424, 3224-4425, 3224-4426, 3224-4427, 3224-4428, 3224-4429, 3224-4430, 3224-4431, 3224-4432, 3224-4433, 3224-4434, 3224-4435, 3224-4436, 3224-4437, 3224-4438, 3224-4439, 3224-4440, 3224-4441, 3224-4442, 3224-4443, 3224-4444, 3224-4445, 3224-4446, 3224-4447, 3224-4448, 3224-4449, 3224-4450, 3224-4451, 3224-4452, 3224-4453, 3224-4454, 3224-4455, 3224-4456, 3224-4457, 3224-4458, 3224-4459, 3224-4460, 3224-4461, 3224-4462, 3224-4463, 3224-4464, 3224-4465, 3224-4466, 3224-4467, 3224-4468, 3224-4469, 3224-4470, 3224-4471, 3224-4472, 3224-4473, 3224-4474, 3224-4475, 3224-4476, 3224-4477, 3224-4478, 3224-4479, 3224-4480, 3224-4481, 3224-4482, 3224-4483, 3224-4484, 3224-4485, 3224-4486, 3224-4487, 3224-4488, 3224-4489, 3224-4490, 3224-4491, 3224-4492, 3224-4493, 3224-4494, 3224-4495, 3224-4496, 3224-4497, 3224-4498, 3224-4499, 3224-4500, 3224-4501, 3224-4502, 3224-4503, 3224-4504, 3224-4505, 3224-4506, 3224-4507, 3224-4508, 3224-4509, 3224-4510, 3224-4511, 3224-4512, 3224-4513, 3224-4514, 3224-4515, 3224-4516, 3224-4517, 3224-4518, 3224-4519, 3224-4520, 3224-4521, 3224-4522, 3224-4523, 3224-4524, 3224-4525, 3224-4526, 3224-4527, 3224-4528, 3224-4529, 3224-4530, 3224-4531, 3224-4532, 3224-4533, 3224-4534, 3224-4535, 3224-4536, 3224-4537, 3224-4538, 3224-4539, 3224-4540, 3224-4541, 3224-4542, 3224-4543, 3224-4544, 3224-4545, 3224-4546, 3224-4547, 3224-4548, 3224-4549, 3224-4550, 3224-4551, 3224-4552, 3224-4553, 3224-4554, 3224-4555, 3224-4556, 3224-4557, 3224-4558, 3224-4559, 3224-4560, 3224-4561, 3224-4562, 3224-4563, 3224-4564, 3224-4565, 3224-4566, 3224-4567, 3224-4568, 3224-4569, 3224-4570, 3224-4571, 3224-4572, 3224-4573, 3224-4574, 3224-4575, 3224-4576, 3224-4577, 3224-4578, 3224-4579, 3224-4580, 3224-4581, 3224-4582, 3224-4583, 3224-4584, 3224-4585, 3224-4586, 3224-4587, 3224-4588, 3224-4589, 3224-4590, 3224-4591, 3224-4592, 3224-4593, 3224-4594, 3224-4595, 3224-4596, 3224-4597, 3224-4598, 3224-4599, 3224-4600, 3224-4601, 3224-4602, 3224-4603, 3224-4604, 3224-4605, 3224-4606, 3224-4607, 3224-4608, 3224-4609, 3224-4610, 3224-4611, 3224-4612, 3224-4613, 3224-4614, 3224-4615, 3224-4616, 3224-4617, 3224-4618, 3224-4619, 3224-4620, 3224-4621, 3224-4622, 3224-4623, 3224-4624, 3224-4625, 3224-4626, 3224-4627, 3224-4628, 3224-4629, 3224-4630, 3224-4631, 3224-4632, 3224-4633, 3224-4634, 3224-4635, 3224-4636, 3224-4637, 3224-4638, 3224-4639, 3224-4640, 3224-4641, 3224-4642, 3224-4643, 3224-4644, 3224-4645, 3224-4646, 3224-4647, 3224-4648, 3224-4649, 3224-4650, 3224-4651, 3224-4652, 3224-4653, 3224-4654, 3224-4655, 3224-4656, 3224-4657, 3224-4658, 3224-4659, 3224-4660, 3224-4661, 3224-4662, 3224-4663, 3224-4664, 3224-4665, 3224-4666, 3224-4667, 3224-4668, 3224-4669, 3224-4670, 3224-4671, 3224-4672, 3224-4673, 3224-4674, 3224-4675, 3224-4676, 3224-4677, 3224-4678, 3224-4679, 3224-4680, 3224-4681, 3224-4682, 3224-4683, 3224-4684, 3224-4685, 3224-4686, 3224-4687, 3224-4688, 3224-4689, 3224-4690, 3224-4691, 3224-4692, 3224-4693, 3224-4694, 3224-4695, 3224-4696, 3224-4697, 3224-4698, 3224-4699, 3224-4700, 3224-4701, 3224-4702, 3224-4703, 3224-4704, 3224-4705, 3224-4706, 3224-4707, 3224-4708, 3224-4709, 3224-4710, 3224-4711, 3224-4712, 3224-4713, 3224-4714, 3224-4715, 3224-4716, 3224-4717, 3224-4718, 3224-4719, 3224-4720, 3224-4721, 3224-4722, 3224-4723, 3224-4724, 3224-4725, 3224-4726, 3224-4727, 3224-4728, 3224-4729, 3224-4730, 3224-4731, 3224-4732, 3224-4733, 3224-4734, 3224-4735, 3224-4736, 3224-4737, 3224-4738, 3224-4739, 3224-4740, 3224-4741, 3224-4742, 3224-4743, 3224-4744, 3224-4745, 3224-4746, 3224-4747, 3224-4748, 3224-4749, 3224-4750, 3224-4751, 3224-4752, 3224-4753, 3224-4754, 3224-4755, 3224-4756, 3224-4757, 3224-4758, 3224-4759, 3224-4760, 3224-4761, 3224-4762, 3224-4763, 3224-4764, 3224-4765, 3224-4766, 3224-4767, 3224-4768, 3224-4769, 3224-4770, 3224-4771, 3224-4772, 3224-4773, 3224-4774, 3224-4775, 3224-4776, 3224-4777, 3224-4778, 3224-4779, 3224-4780, 3224-4781, 3224-4782, 3224-4783, 3224-4784, 3224-4785, 3224-4786, 3224-4787, 3224-4788, 3224-4789, 3224-4790, 3224-4791, 3224-4792, 3224-4793, 3224-4794, 3224-4795, 3224-4796, 3224-4797, 3224-4798, 3224-4799, 3224-4800, 3224-4801, 3224-4802, 3224-4803, 3224-4804, 3224-4805, 3224-4806, 3224-4807, 3224-4808, 3224-4809, 3224-4810, 3224-4811, 3224-4812, 3224-4813, 3224-4814, 3224-4815, 3224-4816, 3224-4817, 3224-4818, 3224-4819, 3224-4820, 3224-4821, 3224-4822, 3224-4823, 3224-4824, 3224-4825, 3224-4826, 3224-4827, 3224-4828, 3224-4829, 3224-4830, 3224-4831, 3224-4832, 322

ciência

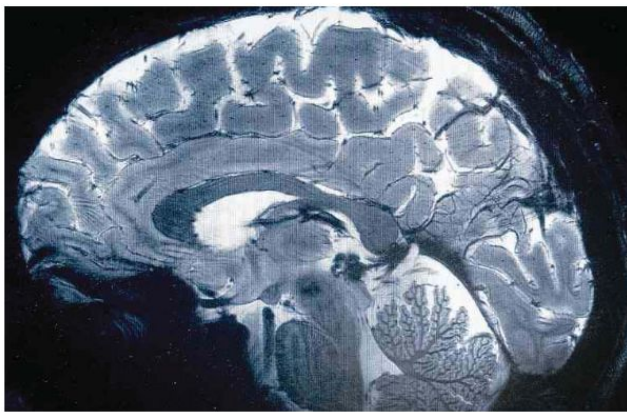


Imagem do cérebro feito por scanner de ressonância magnética na França. Alain Jocard/AFP

Cérebro humano é registrado em nível de precisão inédito na França

Aparelho de ressonância magnética é o mais potente do mundo; máquina escaneia imagens dez vezes mais fiéis do que as de hospitais

Isabelle Tourné

SACLAY, FRANÇA | AFP. O aparelho de ressonância magnética mais potente do mundo conseguiu escanear o cérebro humano com um nível de precisão jamais visto, uma proeza que pode ser decisiva para detectar doenças.

Pesquisadores da Comissão de Energia Atômica (CEA) da França utilizaram pela primeira vez a máquina para escanear uma abóbora em 2021.

Recentemente, as autoridades sanitárias deram sinal verde para escanear humanos.

Nos últimos meses, cerca de 20 voluntários saudáveis se ofereceram para que seus cérebros fossem escaneados em Saclay, subúrbio ao sul de Paris.

“Vimos um nível de precisão nunca antes alcançado no CEA”, disse Alexandre Vignaud, físico que trabalha no projeto.

O campo magnético criado pelo scanner é de 11,7 teslas, uma unidade de medida nomeada em homenagem ao inventor Nikola Tesla.

Essa potência permite que a máquina escaneie imagens dez vezes mais precisas que os aparelhos normalmente utilizados em hospitais, cuja potência geralmente não supera os três teslas.

Em uma tela de computador, Vignaud comparou imagens tiradas por esse poderoso scanner, apelidado de Iseult, com as de um aparelho normal.

“Com essa máquina podemos ver os pequenos vasos que alimentam o córtex cerebral, ou detalhes do cérebro que eram quase invisíveis até agora”, disse.

A máquina consiste em um cilindro que mede cinco metros de largura e cinco de altura, dentro do qual há um ímã de 132 toneladas alimentado por uma bobina de 1.500 ampères. A entrada é de 90 centímetros de largura, através da qual o paciente desliza.

O design é o resultado de duas décadas de pesquisa de uma parceria entre engenheiros franceses e alemães.

Os Estados Unidos e a Coreia do Sul estão trabalhando em máquinas igualmente potentes, mas não começaram a escanear imagens de humanos.

Um dos principais objetivos é multiplicar a compreensão da anatomia do cérebro e quais áreas são ativadas quando se realiza tarefas particulares.

Os cientistas já utilizaram os scanners de ressonância magnética para demonstrar que quando o cérebro reconhece coisas particulares, como rostos, lugares ou palavras, duas regiões do córtex cerebral são ativadas.

Apotência de 11,7 teslas ajudará o Iseult a “compreender melhor a relação entre a estrutura do cérebro e as funções cognitivas, por exemplo, quando lemos um livro ou realizamos um cálculo mental”, disse Nicolas Boulant, diretor científico do projeto.

Com essa máquina podemos ver os pequenos vasos que alimentam o córtex cerebral, ou detalhes do cérebro que eram quase invisíveis até agora

Alexandre Vignaud físico

Os pesquisadores esperam que o poder do scanner lance luz sobre os mecanismos ocultos por trás de doenças neurodegenerativas, como Parkinson ou Alzheimer, ou problemas psicológicos, como depressão ou esquizofrenia. “Por exemplo, sabemos que uma área específica do cérebro, o hipocampo, está envolvida na doença de Alzheimer, por isso esperamos poder descobrir como as células dessa parte do córtex cerebral funcionam”, disse a pesquisadora do CEA Anne-Isabelle Elivier.

Os cientistas esperam mapear como certos medicamentos usados para tratar o transtorno bipolar, como o lítio, são distribuídos pelo cérebro. O forte campo magnético criado pela ressonância magnética pode ajudar a elucidar quais partes do cérebro são influenciadas pelo lítio. Isso poderia ajudar a identificar quais pacientes responderão melhor ou pior ao medicamento. “Se pudermos entender melhor essas doenças muito prejudiciais, poderemos diagnosticá-las mais cedo e, portanto, tratá-las melhor”, disse Elivier.

A Iseult não será utilizada em pacientes reais, pois não há a intenção de torná-la uma ferramenta de diagnóstico clínico. “Mas esperamos que o conhecimento adquirido possa ser usado em hospitais”, afirmou Boulant.

ambiente

Transportes quer BR-319 com passagens para animais

Pasta está em fase final de relatório sobre obra de rodovia na amazônia que é criticada por ambientalistas

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASILIA O Ministério dos Transportes está em fase de conclusão de sua proposta para a pavimentação da polêmica rodovia BR-319, que corta a amazônia e liga Manaus a Porto Velho.

A pasta, comandada por Renan Filho (MDB), trabalha com o projeto de uma rodovia de 500 quilômetros, num modelo de estrada-parque, isolada por cercas e com monitoramento eletrônico. Esse trecho liga Humaitá a Manicoré, ambas no Amazonas.

A BR-319 é a única ligação terrestre que chega a Manaus. A rodovia tem cerca de 900 quilômetros de extensão no total, mas o trecho de terra por dentro da floresta costuma ficar intransitável durante o período de chuvas. Outros trechos já estão pavimentados ou são contemplados em outros projetos, com processos vestíveis de licenciamento ambiental.

A pavimentação desse trecho na floresta, no entanto, enfrenta grande resistência de ambientalistas. Eles argumentam que as obras em si e a futura estrada serão indutores populacionais na região, atraindo grileiros de terra e causando aumento nos crimes ambientais.

Em agosto do ano passado, o projeto da pavimentação da BR-319 foi incluído no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O governo Lula, no entanto, buscou esclarecer que não era a obra que estava presente no programa e, sim, apenas os projetos e estudos de viabilidade.

O Ministério dos Transportes afirma trabalhar com o conceito de estrada-parque, com preocupação tanto com a infraestrutura quanto com a preservação ambiental e das comunidades locais. Técnicos descrevem o projeto como um novo conceito de rodovia ambiental, monitorada e isolada do mundo ao redor.

A ideia é que haja grades de quatro metros, impedindo a passagem da estrada para a floresta e vice-versa — haverá apenas três ou quatro acessos para povoados que já estão consolidados no entorno da rodovia. Além disso, o projeto prevê

170 passagens de fauna, ou seja, locais para que os animais atravessem, sem quem precise cruzar a estrada.

A estrada será elevada, portanto, haverá locais de passagem abaixo. O projeto prevê também redes de proteção e passagens de animais construídas por cima da rodovia.

O relatório do grupo de trabalho sobre o tema está recebendo as últimas contribuições e deve ser encaminhado ao Palácio do Planalto na primeira quinzena de abril.

O tema é espinhoso: opõe a classe política da região, que há décadas pressiona pela pavimentação da rodovia, e ambientalistas, que apontam para o crescimento do desmatamento caso isso ocorra.

Assim, a ideia do ministério é, primeiro, garantir maior governança na região, com postos fixos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e de órgãos ambientais. E, em seguida, buscar uma solução para a rodovia que, na prática, já existe.

A rodovia terá dois grandes “portais”, onde haverá unidades policiais, além de representações dos outros órgãos.

A proposta fala ainda em controle de armas e de transporte de máquinas pesadas e equipamentos, que possam provocar danos ambientais, como tratores e retroscavadeiras. Para isso, todos os transportes serão vistoriados e haverá uma licença de trânsito para esses equipamentos, de acordo com a proposta.

O Ministério dos Transportes ainda não tem uma modelagem pronta de como funcionaria a rodovia. Por isso, não há um valor exato de quanto ela custaria. Estudos preliminares elaborados pelo Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) falam em R\$ 2 bilhões.

Existe hoje um debate sobre eventual concessão ou contratação incentivada de serviços. Ainda deve haver, nos planos do ministério, contratação de mão de obra das comunidades locais.

A ideia da pasta é de que, independentemente da decisão de pavimentar ou não o trecho, será preciso ampliar o monitoramento e a governança na região, para garantir o controle da criminalidade.

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

NEGÓCIOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

COMUNICADOS

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

COMUNICADO
Solicito o comparecimento de Si (A) PAULO EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA Carteira Profissional nº 123456 - Série 1813 - SP e retorno ao trabalho em 48 horas. O seu não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego conforme o Artigo 482, Letra 'a' da CLT. TRANSHOLFF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, Rua Ruben Darin, 244 - Jd. Guaraná - São Paulo/SP

</

esporte

ESPORTE
AO VIVO15h30 Arsenal x Luton
Inglês, ESPN/Star+17h Corinthians x São Paulo
Copa do Brasil sub-17, SPORTV21h30 San Lorenzo x Palmeiras
Libertadores, GLBO/ESPN/Star+

Brasileiros tentam manter hegemonia na Libertadores

País pode se aproximar mais da Argentina, a maior vencedora da competição

Lucas Bombana

SÃO PAULO Começa nesta semana a fase de grupos da Copa Libertadores, com os sete clubes brasileiros na disputa —Atlético-MG, Botafogo, Flamengo, Fluminense, Grêmio, Palmeiras e São Paulo — em busca da manutenção da recente hegemonia do país na competição.

Desde 2019, clubes brasileiros ficaram com a taça de campeão, com duas conquistas do Flamengo (2019 e 2022), duas do Palmeiras (2020 e 2021) e uma do Fluminense (2023).

Foi a primeira vez na história da competição iniciada em 1960, que clubes de um mesmo país venceram a competição cinco vezes seguidas. O recorde anterior era de quatro títulos em sequência, alcançado pelo Independiente-ARG nos anos 1970.

O Independiente é o maior vencedor da competição com sete troféus, conquistados entre os anos 1960 e 1980. Em seguida vem o Boca Juniors, com seis títulos. Nenhuma das duas equipes está classificada para a edição de 2024.

Entre os brasileiros, quatro times entram na disputa deste ano com a possibilidade de se isolarem como o maior vencedor do país na competição. São Paulo, Palmeiras, Grêmio e Flamengo —além do Santos— são os maiores detentores de títulos pelo Bra-



Jogadores do Fluminense comemoram a conquista do título da Copa Libertadores 2023 após vitória sobre o Boca Juniors no Maracanã

Sergio Moraes - 4. nov. 2023/Reuters

sil, com três cada.

Com as vitórias nos últimos cinco anos, o Brasil chegou a 23 títulos da Libertadores, aproximando-se da Argentina, que lidera com 25 taças. Especialistas avaliam que, diante do cenário atual, o país tem chances reais de empatar e ultrapassar a Argentina como maior vencedor do torneio nos próximos anos.

Com a reformulação da Libertadores a partir de 2017, que contou com a saída dos times mexicanos e o aumento no número de vagas para brasileiros e argentinos, era natural uma dominância dos dois países, diz Thiago Freitas, diretor da Roc Nation Sports, empresa que administra a carreira de atletas como Vinicius Junior, Endrick

e Lucas Paquetá.

Freitas acrescenta que a crise econômica da Argentina e o consequente impacto nas finanças dos clubes abriu caminho para o atual domínio dos times brasileiros.

O executivo lembra que, graças ao poderio financeiro, clubes brasileiros têm cada vez mais capacidade de atrair talentos de países vizinhos. Os

três últimos campeões estão presentes na edição deste ano, contando com o elenco com uma série de estrangeiros com papéis de destaque —Flaco López e Aníbal Moreno (Palmeiras), Rossi, de la Cruz e Arrascaeta (Flamengo) e Germán Cano e Jhon Arias (Fluminense) são alguns deles.

Com a evolução da infraestrutura esportiva brasileira nos últimos anos na estreia de eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, a maioria dos estádios passou por reformas, o que trouxe uma nova fonte de receita para os clubes, diz Fernando Paz, diretor comercial da agência de viagens esportivas Absolut Sport.

Na primeira rodada da Libertadores, contudo, o domínio recente dos brasileiros pode ser prejudicado pelos estaduais. Quatro times terão de se dividir com a disputa das finais dos respectivos regionais, com alguns deles preservando os titulares na estreia na competição.

Tendo de reverter o placar de 1 a 0 a favor do Santos, Abel Ferreira, do Palmeiras, não descarta poupar titulares na estreia do time na Libertadores contra o San Lorenzo nesta quarta-feira (3), às 21h30 (o horário de Brasília), em Buenos Aires.

Endrick e Murilo, que estiveram com a seleção brasileira para os amistosos contra Espanha e Inglaterra, podem começar no banco de reservas, com Rony e Gustavo Gomes, que volta de lesão, podendo assumir a titularidade.

Tendo empado primeiro jogo da final do Mineiro contra o Cruzeiro, o Atlético-MG deve poupar suas principais peças contra o Caracas-VEN, na quinta-feira (4), às 19h.

Atual campeão, o Fluminense inicia a busca pelo bicampeonato contando com a dupla de ataque formada por

Germán Cano e John Kennedy sob o comando do técnico Fernando Diniz, enquanto o São Paulo tenta se recuperar da eliminação para o Novorizontino no Paulista sem saber se poderá contar na primeira rodada com o atacante Calleri, afastado por conta de uma lesão na perna direita.

Umico dos brasileiros classificados na edição de 2024 que ainda não venceu a Libertadores, o Botafogo chega embalado após a conquista da Taça Rio em cima do Boavista e das vitórias contra Aurora-BOL e Red Bull Bragantino pela pré-Libertadores que credenciaram o time à fase de grupos.

Divisão de grupos na Libertadores 2024

Grupo A Fluminense, Alianza Lima-PER, Cerro Porteño-PAR, Colo-Colo-CHI

Grupo B São Paulo, Talleres-ARG, Cobresal-CHI, Barcelona de Guayaquil-EQU

Grupo C Grêmio, Estudiantes-ARG, The Strongest-BOL, Huachipato-CHI

Grupo D Botafogo, LDU-EQU, Junior Barranquilla-COL, Universitario-PER

Grupo E Flamengo, Bolívar-BOL, Millonarios-COL, Palestino-CHI

Grupo F Palmeiras, Independiente Del Valle-EQU, San Lorenzo-ARG, Liverpool-URU

Grupo G Atlético-MG, Penarol-URU, Rosario Central-ARG, Caracas-VEN

Grupo H River Plate-ARG, Libertad-PAR, Deportivo Táchira-VEN, Nacional-URU

Trajetória de Textor vai do Oscar até manipulação no futebol

SÃO PAULO O filme "O Curioso Caso de Benjamin Button", que conta a história de um homem que nasce com aparência envelhecida e fica mais novo no passar dos anos, chamou a atenção ao levar às telas o ator Brad Pitt, o que rendeu à película o prêmio de efeitos visuais no Oscar em 2008.

A empresa responsável pelos efeitos especiais do filme foi o Digital Domain, à época comandada por John Textor, 58.

No centro de uma polêmica afofazer diversas acusações de manipulação de resultados no futebol brasileiro, o empresário norte-americano dono da SAF (Sociedade Anônima do Futebol) do Botafogo iniciou a carreira como programador no mercado financeiro

e fez sua fortuna —estimada em cerca de US\$ 250 milhões (R\$ 1,3 bilhão)— investindo em tecnologia, cinema e inteligência artificial.

Apostado pela Forbes como o "guru da realidade virtual de Hollywood", Textor fez ao longo da carreira investimentos em empresas como a fuboTV, plataforma de streaming listada na Bolsa de Nova York que transmite partidas de futebol americano, beisebol e basquete.

Textor diz ter como missão criar humanos digitais pensantes com base em inteligência artificial que ajudem a melhorar a sociedade. Agora, ele quer se valer dessas ferramentas tecnológicas para combater a corrupção no esporte.

Desde meados do ano passado, após o time do Botafogo não conseguir manter a surpreendente campanha e ver o Palmeiras ultrapassá-lo na reta final do Brasileiro, o empresário tem feito diversas acusações, segundo as quais sua equipe teria sido prejudicada devido a supostas manipulações de resultados.

As reclamações começaram depois de jogo emblemático no qual o Botafogo perdeu de virada para o Palmeiras por 4 a 3 dentro de casa, quando Textor fez duras críticas à arbitragem por causa da expulsão do zagueiro Adryelson.

"Não tenho certeza nem se foi falta. Mas não é cartão vermelho, ele mudou o jogo. Isso é corrupção, isso é roubo,

por favor me multa, Ednaldo [presidente da CBF], mas você precisa renunciar amanhã de manhã", esbravejou Textor no gramado do Nilton Santos.

O empresário foi processado pelo presidente da CBF por calúnia e suspensão por 30 dias pelo STJD (Superior Tribunal de Justiça).

Textor contratou então um estudo da empresa francesa Good Game!, especializada em análise de jogos e arbitragens. O levantamento encomendado pelo empresário apontou que, àquela altura do campeonato, que estava na 33ª rodada, devido a erros dos juizes, o Botafogo deveria ter 79 pontos, em vez de 62, enquanto o Palmeiras deveria ter 49, em vez de 59.

O empresário enviou o ofício

ao STJD para que os supostos erros fossem apurados, mas o pedido foi arquivado pelo tribunal, que apontou subjetividade e falta de consistência nas acusações.

Com o fim do torneio nacional e o início dos estaduais, a fúria do norte-americano parecia ter se dissipado, até que, no início de março, ele voltou à tona. Sem apresentar provas, disse ter a gravação de um árbitro de futebol reclamando por não ter recebido a propina por manipulações cometidas.

Dias depois, disse que a SAF do Botafogo enviou por um funcionário ligado à CBF. Procurada, a entidade não respondeu até a publicação da matéria.

Nesta semana (1º), o dirigente aumentou o tom e afir-

mou, sem apresentar provas, que cinco jogadores do São Paulo atuaram de modo a manipular a goleada de 5 a 0 para o Palmeiras pela 29ª rodada do Brasileiro de 2023.

Textor disse, ainda, que o mesmo fenômeno teria ocorrido em confronto entre Palmeiras e Fortaleza pela 35ª rodada do Brasileiro em 2022, que terminou com a vitória por 4 a 0 da formação alviverde. Os clubes alvos de Textor rechaçaram as acusações e criticaram o proprietário da SAF do Botafogo.

Procurado pela Folha, o Botafogo informou via assessoria de imprensa que o posicionamento de Textor vai se limitar às publicações já feitas pelo próprio dirigente. **LB**

Contradições do futebol

Há o conceito equivocado de que quem decide os jogos são os treinadores

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina.

Entre as principais equipes brasileiras, há quatro treinadores argentinos e quatro portugueses, se for comparada a contratação de Arthur Jorge pelo Botafogo.

Além da desconexão técnica sobre a qualidade atual de vários técnicos brasileiros, existe um conceito coletivo, desde os anos 1960, o conceito de que o Brasil se destacou e ganhou multistitulos somente porque teve grandes craques.

Após a vitória por 4 a 1 sobre a Itália na final da Copa de 1970, o cineasta e poeta Pas-

lini escreveu que a poesia brasileira tinha derrotado a prosa italiana. Não é bem assim. A seleção brasileira unia a poesia com a prosa, o talento individual com o coletivo.

Outro antigo conceito equivocado, frequente no Brasil, é o de que as partidas são decididas muito mais pelas ações dos treinadores do que pelos jogadores. Mas análises dos jogos comenta-se muito mais sobre os esquemas táticos e estatísticos do que sobre as condutas e escolhas dos atletas. Os técnicos se tornam

heróis ou vilões.

No empate por 2 a 2 entre Atlético-MG e Cruzeiro, os dois treinadores argentinos, um escoteiro, Milto, no Galo, foram criticados pelos esquemas táticos com três zagueiros. Faltou pouco dos detalhes individuais do jogo, de alguns belos lances e gols. O Cruzeiro teria atuado com três zagueiros, o que não é habitual, para espelhar o mesmo esquema tático do Atlético-MG. Mais importante do que fazer aquilo é tentar ser diferente, surpreender.

Após a partida, os depois

treinadores argentinos deram entrevistas pouco compreendidas, pois ainda não aprendem o português. Levam tempo.

Na primeira partida da decisão paulista do estadual, o Santos, em casa, incentivado pela torcida, ganhou por 1 a 2, merecidamente, por ter sido mais vibrante, ter Pituca no meio campo e Guilherme no ataque e pelos erros técnicos individuais do Palmeiras. O esquema tático do Palmeiras com três zagueiros, tão elogiado nas vitórias, foi bastante criticado na derrota.

Deu empate por 0 a 0 na primeira partida da decisão do Gauchão entre Juventude e Grêmio. Como é bom ver o técnico Roger Machado na final do estadual e no comando de uma equipe da primeira divisão do Brasileiro. Além do conhecimento técnico, tal, Roger Machado é um treinador humanista, ético, com ideias inteligentes sobre o futebol e a vida.

Os clubes e os treinadores das equipes brasileiras, que criticam com razão o calendário dos jogos estaduais, poucam jogadores importantes na primeira rodada da Libertadores e da Copa Sul-americana, com a finalidade de terem todos os titulares nas decisões dos estaduais. É, no mínimo, contraditório.

Parafraseando Antônio Carlos Jobim, gênio da música, o nosso futebol e o Brasil não são para amadores nem pa-

ra profissionais que desejam as coisas certas. No Brasil, os discursos são lindos, mas as ações são vagas e iníteis.

É pantanoso, impreciso, reacionar as atuações e resultados das equipes nos estaduais como o desempenho no Brasileiro, já que nos estaduais há uma enorme variação de qualidade dos adversários. Os jogos estaduais, que atrapalham bastante o calendário, não servem nem para fazer uma ótima preparação para outras competições.

Os jogos estaduais são boas ocasiões para políticos, troca de favores e para se ganhar dinheiro, ainda mais com a avalanche de propagandas das empresas de apostas esportivas, regulamentadas, que estão presentes em todo o mundo. Isso é uma coisa. Outra são as acusações de manipulação de resultados, caso de polícia, que necessita ser investigado.

VIDAS ATÍPICAS

Johanna Nublat
folha.com/vidasatipicas

'A sociedade precisa mudar tudo', cobra jovem autista

ENTREVISTA

CAROLINE DE SOUZA
Caroline de Souza, 30, costuma aparecer em vídeos postados na internet se balançando de um lado para o outro ou na rede, e com um objeto na mão, enquanto frases que escreveu surgem de uma voz num iPad.

Elia é autista nível 2 de suporte e TDAH, teve atrasos no desenvolvimento, começou a se comunicar funcionalmente apenas aos 13 anos e teve seu diagnóstico de autismo aos 23. Desde então, se formou em pedagogia e criou um perfil nas redes sociais muito procurado por quem quer entender o autismo — sobretudo o autismo de maior grau de suporte — pela perspectiva de um autista.

Lá ela fala sobre os desafios que enfrenta, por que se movimenta tanto, por que segura um objeto de apoio, co-

mo se sente quando tem crises, além de cobrar mais suporte e políticas públicas para os autistas.

Souza consegue, hoje, se expressar oralmente, mas prefere usar um aplicativo de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para comunicar pensamentos mais longos e complexos. Foi o que fez nesta entrevista ao blog, para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado nesta terça-feira (2).

A jovem, que mora no interior de São Paulo, respondeu a quatro perguntas enviadas pelo blog, por escrito, inspiradas no livro "O Que Me Faz Pular", do autista japonês Naoki Higashida, que ainda na adolescência procurou explicar o cotidiano do autismo para neurotípicos.

"As pessoas precisam entender que nos incluir, pro-

mover acessibilidade para que estejamos em sociedade de forma digna, não é favor nenhum, é nosso direito", diz Souza.

Como é ser autista? Seu autista é ter um cérebro diferente. A gente sente o mundo, entende e se relaciona com as pessoas de um jeito diferente. Precisamos de apoio para realizar tarefas que pessoas não autistas não precisam. Muitas coisas que não fazem sentido para os outros, como pular, correr e se balançar, elas fazem sentido e têm total função para nós, já que nosso cérebro precisa de certos estímulos. Eu penso muito por imagens e aprendo melhor com o suporte de imagens.

O que você pensava e sentia quando ainda não conseguia

de não conseguir pôr palavras em tela. CAU? Não sei bem o que eu pensava, mas eu ficava muito frustrada por não conseguir me comunicar. Exemplos: fazer pedidos, dizer o que eu queria ou não queria. Eu não entendia tudo, por que, quando você é criança, não entende muitas coisas. E, quando é autista, tem muito mais dificuldade de entender as pessoas. Eu, por exemplo, na época, não entendia que sofria bullying quando aparecia na escola. Mas, ao contrário do que muita gente pensa, eu era capaz de entender várias coisas apesar de não falar. Minha família sempre explicava tudo para mim e me tratava como um ser humano que está ali ouvindo o que você diz.

O que acontece dentro de você quando você tem uma crise? Não sei dizer o que acontece quando tenho crise em termos de sentimentos, mas eu fico muito descontrolada. Eu posso fazer coisas sem pensar, sem nem perceber.

Na hora eu não percebo, mas, depois que passa e vejo que me machuquei ou machuquei outras pessoas, me sinto muito mal. Como me machuco, preciso de contenção, mas a contenção é indicada em último caso apenas. Os gatilhos de crise para mim são sobrecarga sensorial e emocional, rigidez cognitiva, dificuldade com mudanças, dificuldade de comunicação. Quando estou doente, tenho crises e dificuldades em lidar com os sentimentos.

“Nos incluir, promover acessibilidade para que estejamos em sociedade de forma digna, não é favor nenhum

Em que a sociedade precisa mudar para você (e outros autistas que conhece) se sentir plenamente incluída e ativa nela? A sociedade precisa mudar tudo. A começar pela forma que enxerga o autista. Os de suporte menor são tratados como gênios, pensam que eles não têm limitações, que não precisam de apoio. Os de suporte maior são descartados como incapazes, um peso. Não servimos para nada.

Nós precisamos ser vistos como seres humanos com limitações e habilidades, com qualidades e defeitos. Precisamos receber o suporte que necessitamos para viver bem. Precisamos ser vistos como únicos, de forma que as coisas sejam adaptadas de acordo com as particularidades de cada um, já que autistas não são iguais. As pessoas precisam entender que não incluir, promover acessibilidade para que estejamos em sociedade de forma digna, não é favor nenhum, é nosso direito.



ARTISTA FAZ APRESENTAÇÃO DE TRADICIONAL ÓPERA CHINESA CONSIDERADA PATRIMÔNIO IMATERIAL DO PAÍS

Espectáculo aconteceu na província de Shanxi, norte da China; o performer Wu Lingyun (foto) vem de uma família de atores de ópera e começou sua carreira aos 12 anos. Zhan Yan / Xinhua

O teorema de Euclides-Euler

Autores da teoria são separados por mais de 2.000 anos

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D. do Institut de France

Por volta do ano 100, o grego Nicômaco de Gerasa (60 d.C. – 120 d.C.) publicou "Introdução à Aritmética", que se tornou o principal livro sobre o tema durante mais de mil anos. Nele formulou cinco conjecturas — afirmações que acreditava serem verdadeiras, mas que não provou — sobre números perfeitos.

Um número diz-se perfeito se ele é igual à soma dos seus divisores próprios, ou seja, menores que o próprio número. Por exemplo, 28 é perfeito porque os seus divisores próprios são 1, 2, 4, 7 e 14, e a soma destes números é 28.

cômico eram falsas. Duas continuam em aberto: são os problemas matemáticos não resolvidos mais antigos. A outra só foi provada mais de 1.600 anos depois, por Leonhard Euler (1707-1783). É o tema de hoje. Quatro séculos antes, Euclides prova que se p é tal que $2^p - 1$ é primo então $N = 2^p \cdot (2^p - 1)$ é perfeito. Nicômaco conjecturou que todo número perfeito par é desta forma, ou seja, que a fórmula de Euclides dá todos os perfetos pares que existem.

Em 1644, o francês Marin Mersenne (1588-1648) apresentou uma lista de onze valores de p tais que $2^p - 1$ é primo.

De fato, ele não conferiu direito ("para dizer se um número de 20 dígitos é primo ou não, não alcança o tempo"), então é claro que a lista continha vários erros. Ainda assim, os primos da forma $2^n - 1$ são chamados primos de Mersenne.

Ossete primeiros números na lista de Mersenne já eram conhecidos: o primeiro exemplo novo era $2^{21}-1 = 2.147.483.647$. Mas que se trata realmente de um primo só foi provado muito depois por Euler, que dessa forma encontrou o oitavo número conhecido: $2^{31}-1 = 2.305.843.008.139.952.128$. A cronologia diz muito sobre a di-

ficuldade do problema: em 1732 Euler afirmou que $2^{31}-1$ é primo, mas 20 anos depois escreveu ao colega Christian Goldbach que estava inseguro a esse respeito, e tardou mais vinte anos para apresentar uma prova.

Mas Euler fez ainda a melhor. Em trabalho realizado por volta de 1747, mas que só foi publicado após a sua morte, ele provou a conjectura de Nicómaco, que agora se chama teorema de Fermat-Euler: um número par $N=2^n$ é perfeito se e somente se $N=2^{n-1}(2^n-1)$ para algum p tal que 2^n-1 é primo. Euler é um dos maiores matemáticos da história, talvez o maior. Mas até para ele deve ter sido bacana partilhar a autoria de um teorema com Euclides, que vivera mais de 2.000 anos antes. não acha?

E sobre as duas conjecturas não resolvidas, interroga-se a leitora atenta, o colunista não vai dizer nada? Claro que sim, querida leitora, só que por hoje o meu espaço acabou.

ACERVO FOLHA
Há 100 anos 3.abr.1924

Luta de boxe Pratt x Goes Netto gera muita expectativa em SP

Há uma ansiosa expectativa em torno da série de lutas de pugilismo que será realizada no Casino Antarctica, em São Paulo, neste sábado (5).

O evento reunirá um grupo de nomes em evidência nesse esporte e terá como o combate principal um duelo entre dois pugilistas conhecidos: o brasileiro Thiago Silva e o cubano Yordenis Ugueta. O evento será transmitido ao vivo pelo canal de televisão por assinatura ESPN.

F LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br



Puro sangue

Em disputa por herança, viúva de Gal Costa quer adotar filho da cantora, que a acusa de dizer mentiras e de expor sua intimidade

Gustavo Zeitzel

SÃO PAULO Wilma Petrillo se espreguiçou numa poltrona, na sala de reuniões de sua advogada. A viúva de Gal Costa veste um moletom todo preto, o que contrasta com o tom rosado do tênis esportivo que usava. Sempre de óculos escuros, ela parece ser sempre a mesma. A voz bem arrastada lembra até a de Gal, se não fossem os rompantes de impaciência, cortando as frases.

Agora, Petrillo quer conciliação. Seu desejo é adotar formalmente o filho de Gal, Gabriel Costa Penna Burgos, de quem Petrillo também se diz mãe — nos documentos da adoção, porém, só consta o nome da artista baiana. Até o momento, Petrillo e Burgos travam uma batalha judicial pelo espólio da cantora. “Essa gente que está falando mal de mim, porque eu teria manipulado Gal, na verdade, está falando mal da própria Gal”, diz Petrillo, enquanto ostentava as alianças do casamento entre os dedos. “Ela era uma mulher muito forte, sabia muito bem o que queria e com quem queria andar”.

Há dois meses, a reportagem tenta entrevistar Burgos. A assessoria dele informou, em uma nota, que as afirmações de Petrillo são falsas e difamam a memória de uma das maiores artistas do Brasil.

“É lamentável também a exposição de questões pessoais da vida de Gabriel, alheia aos fatos do processo, para sustentar uma narrativa que não condiz com a realidade nem tem relevância para o caso”.

No momento, Petrillo acusa Burgos de estar sendo influenciado, supostamente, pela sua nova namorada, que ela identifica como a fonodóloga Daniela Marcilio Tonani, quase 30 anos mais velha do que o rapaz, e que é mãe de sua ex-namorada.

Gal morreu em novembro de 2022. Sua certidão de óbito relata que a morte foi em decorrência de um infarto agudo do miocárdio — Burgos, no entanto, diz querer ter certeza de que ela sofreu, de fato, uma parada cardíaca, algo de que ele ainda tem dúvidas.

A cantora tratava um câncer de cabeça e pescoço e chegou a fazer uma sessão de radioterapia. Petrillo afirma que Gal se internou no Hospital Albert Einstein, na zona oeste da capital paulista, onde ficou dez dias antes de ser liberada para fazer o último show de sua vida, no Festival Coala, em setembro daquele mesmo ano.

O imbróglio judicial se iniciou logo quando Petrillo pediu a abertura do inventário. Na ocasião, ela também pediu o reconhecimento da união estável, que manteve durante quase 30 anos com Gal, e a guarda provisória de Burgos, à época menor de idade. A Justiça acolheu os pedidos, e Burgos também assinou um documento reconhecendo a união.

A reportagem obteve o vídeo da audiência, realizada em março do ano passado na Justiça de São Paulo. “Para mim, [Petrillo] era a minha segunda mãe. Tipo, eu tratava ela como eu tratava a minha mãe”, disse, se referindo a Gal. Na audiência, ele também relata que elas duas foram, juntas, ao abrigo onde ele morava, quando tinha dois anos, e o escolheram para adoção.

“Eu fui mãe de Gabriel, sim, porque cuidei muito dele. Se eu viajava, trazia malas de brinquedos para ele e até levava a casa dos amiguinhos”, diz Petrillo. Indagada por que o menino nunca a chamou de mãe — ela a tratava como “Wi” ou “madrinha” —, a ex-empresária afirmou não ter tido o desejo de confundir a cabeça de Burgos, porque acreditava que ele não entenderia chamar duas mulheres de mãe.

Entumado, Burgos mudou de opinião. Há dois meses, ele entrou na Justiça pedindo a anulação do reconhecimento da união estável. Ele questiona, assim, a fração da herança reivindicada pela viúva.

Continua na pág. C8

Wilma Petrillo,
viúva de Gal Costa
Karine Xavier/Folhapress

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

FURA-FILA

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que mira o padre Júlio Lancelotti pode furar a fila na Câmara Municipal de São Paulo e ser votada ainda nesta quarta-feira (3).

FILA 2 O presidente da Casa, Milton Leite (União Brasil), afirmou, em reunião do colégio de líderes na terça (2), que poderá pautar "a qualquer momento" a proposta de investigação. Para o requerimento ser aprovado no plenário, é preciso do voto de 28 vereadores, isto é, a maioria absoluta dos 55 integrantes da Casa.

PRIORIDADE A atual legislatura, iniciada em 2021, reúne 47 pedidos de abertura de CPI. O requerimento que mira o religioso é o último nesta lista, mas tem sido tratado como prioritário e conta com a articulação do presidente da Câmara.

MOVIMENTO Autor da CPI, o vereador Rubinho Nunes (União Brasil) solicitou, durante a reunião de terça, que Leite colocasse a proposta para votação. "Vou voltar a discutir com os líderes amanhã [3] em plenário e, a partir daí, a qualquer momento que for possível [pautará a votação]", respondeu o presidente da Casa.

CALMA LÁ O pedido é contestado por não ter objeto definido, embora todos os parlamentares saibam que Rubinho visa desgratar o religioso.

A UM PASSO O ex-juiz Sergio Moro (União Brasil -PR) precisa de apenas mais um voto para ser inocentado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o que afastará provisoriamente o risco de ele perder o mandato de senador.

PASSO 2 Advogados, juristas e até mesmo os opositores mais ferrenhos de Moro têm certeza de que, além do relator, Luciano Falavinha Souza, que votou contra a cassação na segunda (19), outros dois juizes do TRE-PR serão favoráveis a permanência de Moro no Senado: Guilherme Frederico Hernandez Denz e Claudia Cristina Cristofani.

PASSO 3 Como o colegiado que o julga tem sete integrantes, Moro precisa de apenas mais um voto para formar o placar de 4 a 3.

EPISÓDIO O advogado Fabio Wajngarten registrou um boletim de ocorrência depois que um casal tentou entrar em seu prédio na terça (2). Ele afirma que a suspeita de tentativa de invasão se reveste de gravidade maior, já que o local é frequentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

CASA NOVA



Fotos Divulgação



O ator Alex Nader **se** compareceu à reabertura do espaço de eventos Oca Tupiniquim, na Vila Madalena, em São Paulo, na semana passada. A cantora Nã Ozzetti **se** apresentou na ocasião

NORMA Oito em cada dez brasileiros (79%) dizem concordar com a criação de uma lei federal que proíba os testes e a venda de cosméticos testados em animais. É o que mostra um levantamento encomendado pela ONG Humane Society International (HSI) e conduzido pelo Datafolha.

FICHA Apesquisa foi feita presencialmente entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro, com 2.009 pessoas de todas as regiões do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

PROCESSO O padre Marcelo Rossi entrou com uma ação na Justiça contra o jornalista Aaron Tura por uma reportagem publicada em seu site em que afirma que o religioso vive em uma mansão avaliada em R\$ 18 milhões.

PROCESSO 2 O padre afirma no processo que as informações são "inverídicas, ambíguas e equivocadas". A colônia, Tura disse não ter ciência de nenhuma ação movida contra ele pelo religioso. Afirma também que o seu site não fez "nenhuma publicação no presente ano [2024] sobre o padre". "Por essa razão, não tenho nenhum esclarecimento a dar", disse.

PARTIDÃO O jornalista Emanoel Silva lança na quinta-feira (4) o livro-reportagem "Longa Jornada até a Democracia — Volume 2", que narra a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) — o Partidão — de 1967 a 1992. O volume é fruto de uma extensa pesquisa do autor em documentos militares, entrevistas e textos da sigla.

Maryse Condé, importante voz da literatura em língua francesa, morre aos 90

MARSELHA | AFP Grande voz da literatura francófona, a escritora Maryse Condé, nascida na ilha francesa de Guadalupe, morreu nesta terça-feira, segundo informou à AFP seu marido, Richard Philcox.

A causa da morte não foi revelada, mas a escritora havia sofrido antes um acidente vascular cerebral e tinha uma doença neurológica que a fez adotar o seu último romance, "O Evangelho do Novo Mundo".

Nascida em Pointe-à-Pitre, em fevereiro de 1934, Maryse Condé abordou em seus 30 livros temas como África, escravidão, colonialismo, diáspora e identidades negras. Vencedora do New Academy Prize de 2018, uma espécie de Nobel alternativo, seu nome foi cotado diversas vezes para o Prêmio Nobel de Literatura pela repercussão e perenidade de livros como "Eu, Tituba: Bruxa Negra de Salem", "O Coração que Chora e que Ri" e "O Evangelho do Novo Mundo", publicados no Brasil pelas editoras Bazar do Tempo e Rosa dos Tempos.

Também era muito conhecida nos Estados Unidos, onde viveu por 20 anos, em Nova York. Na cidade americana, inaugurou e dirigiu um centro de estudos francófonos na Universidade Columbia.

"Sempre trabalhei com ela em diferentes editoras e admirava profundamente sua influência, sua coragem. Inspirou muitos escritores a iniciar uma carreira", declarou à AFP seu editor, Laurent Laffont.

Condé era a mais nova de oito filhos. Até o final de sua adolescência a escritora dizia que não havia se percebido negra. Nunca tinha ouvido falar da escravidão nem da África. Sua mãe, professora, a proibiu de falar crioulo e obrigou a aprender francês. Só aos 16 anos, quando chegou a Paris, que se deu conta da barreira que sua cor de pele impunha.

"Quando vim estudar na França descobri os preconceitos das pessoas. As pessoas acreditavam que eu era inferior só porque era negra. Tive de provar a elas que era talentosa e mostrar a todos que a cor da minha pele não importava — o que importa está no seu cérebro e no seu coração", disse a escritora, em entrevista ao The Guardian.

Começou a escrever aos 42 anos, após 12 anos de dificuldades, e conseguiu graças a Richard Philcox, que se tornou seu tradutor. Em 1976, estreou com "Heremakhonon", em que expunha as misérias da vida na Guiné, que causou polêmica e chegou a ser retirado de circulação pela virulência de suas críticas. Depois publicou "Segu", em dois volumes em 1984 e 1985.

Além dos romances, foi dramaturga e autora de literatura infantil, com destaque para as reflexões de "Victoire, Les Saveurs et les Mots", ou os sabores e as palavras, de 2006, sobre a culinária e sua avó.



A escritora francesa Maryse Condé Divulgação

com Bianca Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Ministério da Cultura, SP-Arte, Itaú, Vivo, JGXTVEMI, VIVARA, SP-ARTE, MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO FEDERAL, UNIDA E RECONSTRUÍDO

20ª

SP-ARTE

Pavilhão da Bienal

Começa hoje!
Compre seu ingresso online

03-07 abril

Perplexo, Michel Laub escrutina o judaísmo que se uniu a Bolsonaro

Romancista estuda como a adesão ao ex-presidente toca em questões como vitimização e autoimagem dos judeus

Walter Porto

SÃO PAULO “Eu devolvo a pergunta para vocês, meus amigos”, diz Davi Rieseman a uma plateia atenta, meses antes das eleições de 2018. “Será que não tem aí um caminho para enfrentar os problemas que nós judeus temos hoje?” O palestrante dirige uma seguradora onde foi empregado pelo sogro — o conservador “self-made-man” apelidado de Velho Uri. Fala em agir “no limite do limite”, treinar boxe e comprar uma pistola Beretta.

“Mesmo que o mundo tenha mudado tanto, e a ameaça a nosso povo seja mais difusa que no século passado, ainda é muito barato enfrentar a ameaça, o gigante que nos olha da outra ponta do ringue.”

O protagonista de “Passeio como Gigante”, novo romance do gaúcho Michel Laub, não se furta a opiniões polêmicas — ou extremistas, para usar vocabulário mais adegado.

Ressaltamos, antes de tudo, que o livro ficou pronto antes do morticínio na Faixa de Gaza iniciado no último 7 de outubro. Laub não viu motivo para mexer na narrativa depois dos acontecimentos.

O enredo circula em torno desse discurso feito às vésperas da condução de Jair Bolsonaro à Presidência, sem tratar

o ex-mandatário pelo nome, mas também sem deixar qualquer margem para dúvida.

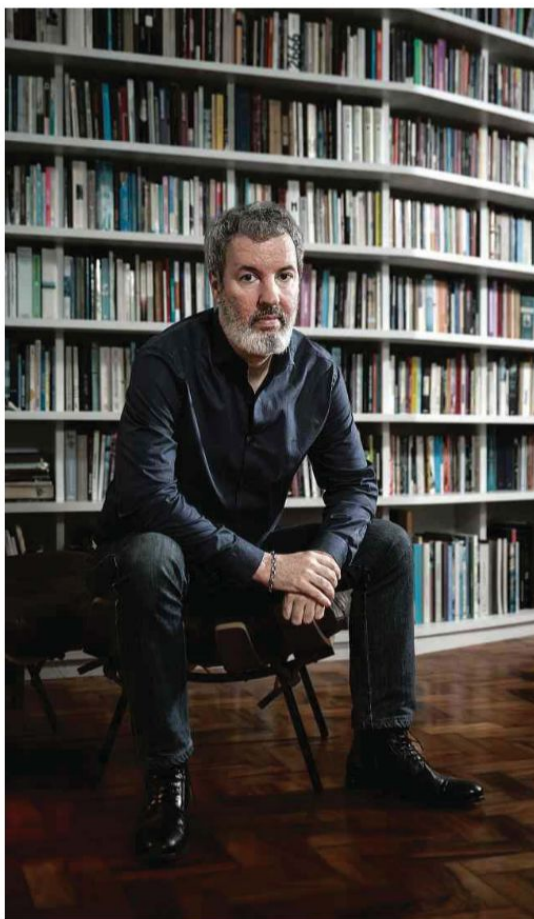
Rieseman é um líder comunitário, poderoso e afluente à religião que encontra no político do PL uma aliança, segundo Laub, “de momento”.

“E para esse personagem, no momento, a força está aí”, afirma Laub em seu apartamento no bairro de Higienópolis, em São Paulo. Segundo ele, a opção pelo bolsonarismo é “mais racional do que parece” ao olhar de pessoas mais à esquerda, como ele próprio.

“São tempos de muita incerteza sobre o futuro, e o Estado não deu respostas. Quem está oferecendo isso são as igrejas, com o discurso de solidariedade, e o aliado delas, Bolsonaro, com seu discurso do ‘salve-se quem puder’.”

O argumento que Rieseman usa para convencer seu público tem a ver com uma guinada na maneira como a comunidade judaica se enxerga.

“Será que os judeus não percebem a armadilha? Por que a gente acha que isso é uma regra, a pessoa olhar para uma vítima e sentir pena?” continua o protagonista. “Às vezes é o contrário. A pessoa olha e sente raiva, desprezo, porque a vítima está querendo tirar alguma coisa da gente fazendo papel de vítima.”



O escritor Michel Laub em seu apartamento, em São Paulo. Adriano Vizoni/Folhapress

É claro que Laub, que é judeu e já explorou essa identidade com franqueza ímpar em “Diário da Queda”, não partilha desses pontos de vista — o romance nasceu, na verdade, de sua perplexidade, desdobrada na vontade de compreender essa situação.

É um autor, afinal, acostumado ao exercício de entrar nos pensamentos de quem vê o mundo de modo diferente do dele — seu livro anterior, “Solução de Dois Estados”, dividia o discurso entre um microempreendedor bolsonarista e uma militante de esquerda que não se entendiam.

Ambos se distanciam de seu autor, que afirma nunca ter embarcado na “radicalidade essencialista” das identidades, ou seja, “você não pode argumentar porque você é isso, você é aquilo”. Sua identidade, diz, é só o ponto de partida.

“As identidades são relacionais, dependem da situação, de quem está do outro lado. Se eu estiver numa manifestação antissemita, vou me sentir ofendido e poder me colocar no lugar da vítima. No momento seguinte, estou no mercado de trabalho no Brasil, que dá muito mais oportunidade para homem, e estou no papel de integrante de uma engrenagem opressora.”

É algo que opera no próprio protagonista, Davi, que conclama seu povo a tomar as rédeas de seu destino e manipular a plateia com narrativas que o autor identifica como de vitimização por sua família.

Essa mudança de papéis sociais é tão fluida, continua Laub, que “de manhã você é uma coisa, de tarde é outra”. “Se há algo que vale a pena de escrever livros é falar dessas coisas mais complexas. Senão, eu ia para o Instagram só falar pelo celular o que é imediato. La ser muito mais fácil.”

Passeio com o Gigante

Autor: Michel Laub. Ed.: Companhia das Letras. R\$ 69,90 (160 pág.); R\$ 39,90 (ebook). Lançamento nesta quarta (3), às 19h, na Livraria Megafona em São Paulo, em conversa do autor com a editora Maria Emilia Bender

‘Outoño de Carne Estranha’ é romance de poesia rara, mas diluída e um tanto repetitiva

LIVROS

Outoño de Carne Estranha

Autor: Ailton Souza. Ed.: Record. R\$ 54,90 (80 pág.); R\$ 32,90 (ebook)

Diogo Bercito

Uma lama espessa cobre todas as coisas em Serra Pelada, no Pará. Milhares de garimpeiros chafurdam amonitidos em busca de ouro. Despenham de escadas tão precárias que são chamadas de “adeus-mamãe” — seria o último pensamento de quem cai em direção à morte.

O escritor paraense Ailton Souza, de 42 anos, redime esse cenário desolador ao transformar tudo em literatura. Ambienta seu romance “Outoño de Carne Estranha” nesse que foi, nos anos 1980, o maior garimpo a céu aberto do mundo. Encenou justo ali a história de amor de dois homens.

O texto venceu no ano passado o Prêmio Sesc de Literatura, conhecido por revelar novos talentos. Souza já era calejado, porém. O professor lançou 17 livros e venceu diversos outros prêmios.

A editora Record costuma publicar o vencedor do troféu, fruto de uma parceria de duas décadas com o Sesc, e foi o que aconteceu com “Outoño de Carne Estranha”.

Mas, em novembro, Souza leu um trecho da obra na Festa Literária Internacional de Paraty, a Flap. A leitura incutiu modou diretos do Sesc, porque o romance já começa com uma explicita — elonga — descrição de sexo entre os garimpeiros Manel e Zuzá. As palavras “pica” e “cu” são encontra-

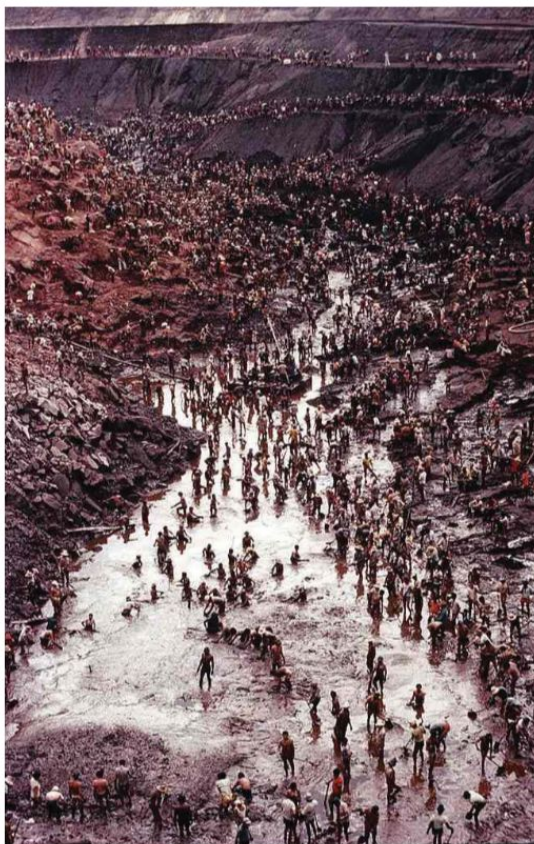
das na primeira página. As relações azedam entre Record e Sesc. A editora rompeu a parceria com o prêmio, sugerindo que, por homofobia, o Sesc não divulgou o romance o bastante.

O caso culminou na demissão de Henrique Rodrigues, um dos idealizadores do prêmio. A tradicional turme de divulgação dos escritores que venceram troféus aconteceu, e o Sesc vem sendo acusado de censurar o livro de seu autor. Apolêmica, é claro, trouxe o texto para o primeiro plano. Foi que aconteceu também com o livro “O Avesado da Pele” de Jefferson Tenório, um alvo de censura em diversos estados.

Em “Outoño de Carne Estranha”, Souza não fala só do amor de Manel e Zuzá. Apresenta, também, a história do garimpo — e foi bastante feliz na escolha desse cenário infeliz. O formigueiro humano de Serra Pelada oferece imagens extremas da condição humana. É o tipo de material que costuma render uma boa e impactante literatura.

O tom do livro, de crítica social, às vezes lembra “Caçau”, que Jorge Amado publicou em 1933, e a linguagem é de uma poesia incômoda na prosa contemporânea. Souza escreve, por exemplo, que o garimpeiro Manel, enquanto gemia, “sabia que não tinha como manusear dentro da boca todos os verbos que conduziriam ao desenho de uma varanda”.

Há passagens belíssimas, do tipo que faz o leitor fechar o livro e pensar por um tempo. Nem todas as metáforas de “Outoño de Carne Estranha”,



Garimpo de Serra Pelada, em Curionópolis, no Pará, em 1991. Luiz Novais/Folhapress

porém, são fáceis de entender. Fica a impressão de que Souza quer expandir o significado das palavras; mas, às vezes, acaba rompendo os termos. O leitor tem de pelear para transformar as frases em ideias ou em sensações claras.

Um trecho diz que Manel se sentia afogado “num comboio de libélulas com cheiro de alface”. Outro, que “trazia nas dobras dos peitos a habilidade de regressar da morte sem a necessidade de sentir o cheiro das bromélias”. E outro, que alguém parecia “fazer com que Deus pudesse entender mais de ossos do que da piedade dos pirilâmpios”.

Outra coisa delicada no estilo é a repetição de palavras. É provável que Souza quisesse usar e reusar o vocabulário do garimpo para transmitir a monotonia asfáltica da vida dos personagens, que pensam o tempo todo na mesmíssima coisa. Mas há um sem fim de menções a coisas como “adeus-mamãe”, “bore-pai”, “melechete” e “bamburro”, de um jeito que afasta o leitor, no lugar de produzir empatia.

Há questões no enredo, também. O romance começa com força, na descrição da relação sexual de dois homens que, com um amor físico, conseguem transcender a agnora do cotidiano. Souza cria passagens tocantes, como quando um deles pensa que queria ter cabelos longos para poder por fim “sentir as mãos de seu homem entrelaçadas nos fios”.

A história vai perdendo força, entretanto, com a aparição de mais personagens. Há um terceiro protagonista, um padre, com uma história que não é tão bem desenvolvida quanto a dos garimpeiros. O antagonista, conhecido como maréchal, não tem profundidade.

Com tudo isso, o amor — e o sexo — de Manel e Zuzá acabam diluídos entre belas metáforas e palavras repetidas.

ilustrada

‘Morcego Negro’, sobre PC Farias, capta essência da política brasileira

Longa narra trajetória ilustre do caixa da campanha de Collor e deixa claro como quase nada mudou de lá para cá

CINEMA
Morcego Negro

★★★★★
Brasil, 2023. Direção: Chaim Litewski e Cleisson Vidal. 12 anos. Em cartaz nos cinemas

Íncio Araujo

No tempo em que a direita no Brasil não ousava dizer seu nome, existiu Paulo César Farias, vulgo PC Farias, caixa da campanha de Fernando Collor, primeiro presidente eleito depois do período militar, que governou de 1990 a 1992.

Diferente de outros caixas de campanha, PC era um personagem público. Amigo de Collor e seu homem de confiança. Todos os negócios passavam por ele.

Os mais jovens talvez nem saibam mais de quem se trata. Ele ficou no tempo, como parte de um momento que a memória nacional quis deixar de lado. Aí, justamente, começa “Morcego Negro”. Nos esquecemos de PC, da canfonce da Casa da Dinda, de sua política estapafúrdia.

Talvez esquecer seja um erro. O filme nos conduz de volta a um tempo exótico, em que existiu uma Casa da Dinda e suas cachoeiras. Visto adistância, um tempo que nem foi tão exótico assim. Diz o próprio PC que durante aquela campanha de 1989 chovia dinheiro. Banqueiros, industriais, todo mundo queria colaborar, ou “colaborar” — tanto faz.

Collor gastou à beça, mas ainda sobrou um monte. E dessas sobras de campanha que se origina boa parte da lenda e da fortuna de PC, assim como seus problemas.

Como dizia o próprio PC que “o bom é ser rico, não ser conhecido”. Rico e famoso, cercado de desconfiança por todos os lados, conseguiu um pouco de sossego depois do impeachment de Collor.

Sossego é modo de dizer. É nesse momento que se intensifica sua vida de negócios. E, negócios envolvendo dinheiro, contatos misteriosos aqui e exterior, dolores, máfia. Sua vida parece um filme de aventura, em que o tempo, no entanto, é bem brasileiro.

Para resumir, Paulo César Farias foi um personagem menor e um homem insignificante. Alguém o chama de “aventureiro” e provavelmente tem razão. No entanto, existe o docu-

mentário. Se Chaim Litewski e Cleisson Vidal foram atrás de um homem comum quanto PC é porque descobriram nele uma qualidade particular — seus negócios escusos, seus doleiros amigos e contatos mafiosos são muito mais do que um assunto pessoal.

Esse homem banal e sua trajetória ilustram de maneira escandalosa o negócio brasileiro, que acabou por levar ao surgimento de novas leis capazes de conter um pouco a orgia de doações de campanha “anônimas” — de que nós não tínhamos conhecimento, mas os receptores, sim —, o que não evitou a desmoralização da política e dos políticos, nem eliminou ou corrupto.

O impeachment de Collor, “em vez de passar o país a limpo”, como se dizia, parece ter dado em outra coisa. “Descobrimos a destruição de reputações como meio de resolver os problemas”, diz alguém. Ou de fingir que resolvemos.

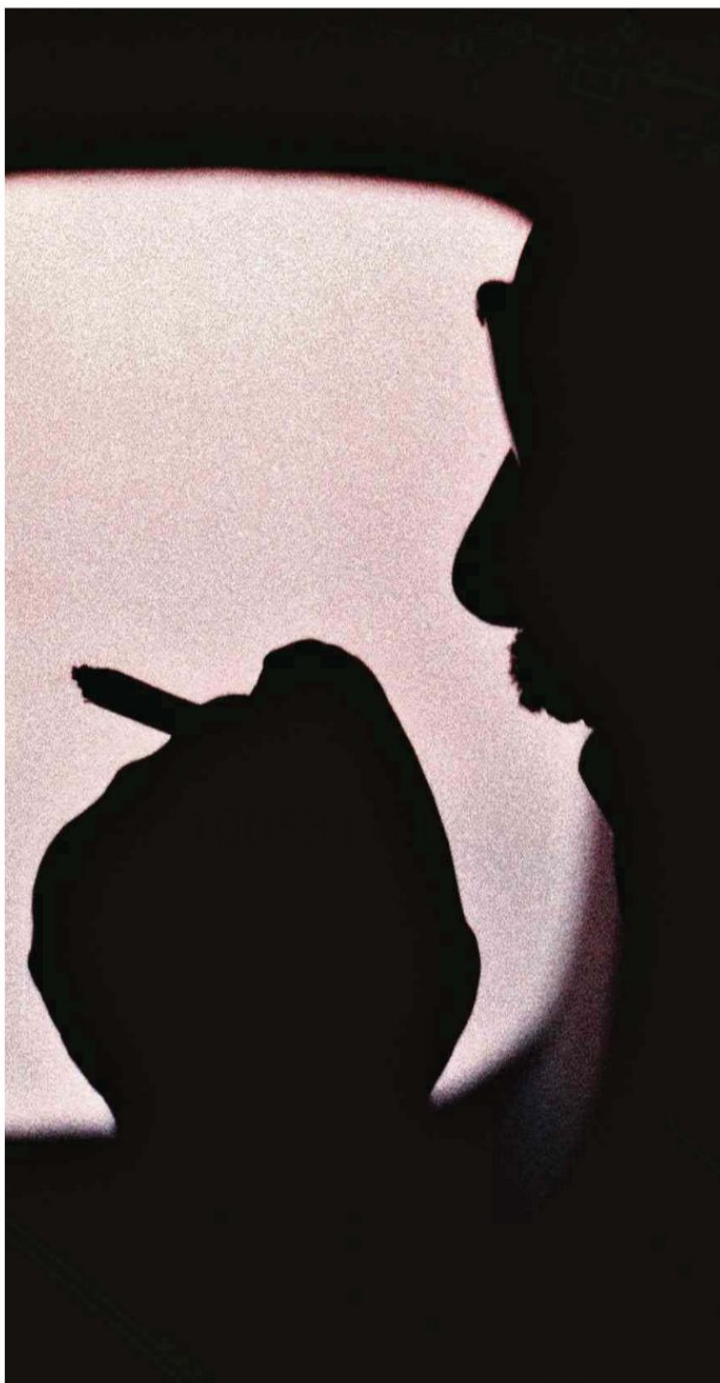
Litewski e Vidal conseguiram captar essa estranha maneira de ser do poder nacional, que consiste em tudo mudar para que nada mude.

Visitar a vida, os negócios e a morte de PC Farias, observar como um homem qualquer chegou a personagem do país, o que mudou desde sua morte — e como continuado igual, mas diferente — é uma lição inútil, mas instrutiva.

É preciso explicar o título “Morcego Negro”. É o nome dado ao luxuoso jato, branquíssimo, em que se deslocava PC Farias. Como os morcegos, voava guiado por uma intuição formidável de onde encontrar dinheiro e parceiros, não raro bem duvidosos.

Fernando Collor dá depoimento ao filme, mas hoje é um homem bem distante do famoso caçador de marajás, que perseguiu funcionários com salários ou benefícios acima do normal. Fala de PC com distanciamento e cautela, embora sempre o nomeie como Paulo César, um sinal da antiga amizade que não apaga.

Também ao espectador contemporâneo, PC parecerá estranho. Os segredos que levou para o túmulo já não interessam. Mas, como para Collor, ele é mais do que uma pessoa banal. É o signo evidente e doloroso de métodos de enriquecimento e dominação que o Brasil resiste a sepultar.



Cartaz do filme ‘Morcego Negro’, sobre Paulo César Farias, o PC Farias, chefe da campanha de Fernando Collor Divulgação

Filme sobre o Clube da Esquina não está à altura dos mineiros

CINEMA
Nada Será Como Antes

★★★★★
Brasil, 2023. Direção: Ana Rieper. 10 anos. Em cartaz nos cinemas

Naief Haddad

Numa tarde no início dos anos 1960, dona Maricota pediu a Lô Borges, um dos seus 11 filhos, que fosse comprar pão e leite para a família. O menino de dez anos começava a descer a escadaria quando ouviu uma voz e um violão que o deixaram alucinado.

Era um rapaz dez anos mais velho, recém-chegado a Belo Horizonte — Milton Nascimento. Eles se tornaram amigos e passaram a compor juntos.

A história, contada por Lô,

é um pouco do que se pode esperar de “Nada Será Como Antes”. O filme de Ana Rieper lembra como surgiram algumas das canções e busca as origens da essência musical do “Clube da Esquina”, disco lançado em 1972, com participação de Milton, Lô, Beto Guedes, Fernando Brant, Márcio Borges, Wagner Tiso, Toninho Horta, entre outros.

Temos, portanto, um filme sobre música e amizade. Entre os momentos curiosos, Milton se recorda da insegurança de Brant ao entregar a ele a letra de “Travessia”, um dos sucessos daquela geração.

As referências são variadas. Novelli, produtor de “Clube da Esquina 2”, de 1978, mostra que aqueles compositores se ali-



O cantor Milton Nascimento em foto que integra o filme ‘Nada Será Como Antes’ Juvencio Pereira/Divulgação

mentaram, por exemplo, do jazz de Miles Davis e da música clássica de Debussy. O baterista Robertinho Silva aponta a presença da música afro em canções como “Cravo e Canela”, parceria de Milton e Bastos.

O filme cumpre bem um papel de construção da memória, mas faltam momentos de inventividade na maneira de contar essa história. São poucas as passagens em que o documentário escapa da trilha de entrevistas, interpretações musicais e imagens antigas, um formato monótono.

Cinquenta anos depois, o Clube da Esquina soa vigoroso e surpreendente, qualidades que faltam ao documentário. Nosso cinema ainda deve um filme à altura desses mineiros.

Charlotte Rampling emociona em 'A Matriarca'

Filme de Matthew Saville leva a atriz às paisagens bucólicas da Nova Zelândia, onde ela interpreta uma velha jornalista alcoólatra

Isac Godinho

SÃO PAULO Em meio às paisagens bucólicas da Nova Zelândia, os desafios de conservar relações familiares são postos à prova em "A Matriarca". O filme, com ares autobiográficos, escrito e dirigido por Matthew Saville e estrelado pela veterana Charlotte Rampling, está em cartaz nos cinemas.

Ruth, vivida por Rampling, é uma fotografia de guerra a aposentada. Ela se muda do Reino Unido para a casa do filho que não via há anos, na Nova Zelândia, após uma fratura na perna que a impede de andar.

Mãe e filho não criaram vínculos afetivos desde que ela o enviou para um internato na infância, enquanto realizava seus sonhos profissionais.

"Ruth é uma pessoa que você consegue admirar porque ela é livre e muito independente. Ela toma o controle da vida em suas próprias mãos, mas talvez de uma

maneira um pouco irresponsável no que diz respeito à sua família", afirma Rampling.

As rachaduras criadas nessa relação familiar são o motor para a narrativa do filme, de modo que Ruth não é a única pessoa desconfortável com essa mudança repentina.

Enfrentando o luto após a morte da mãe, Sam, um jovem de 17 anos interpretado pelo neozelandês George Ferrier, vive uma fase solitária e autodestrutiva. Ao voltar para casa da escola interna onde estuda, ele descobre que terá de passar a conviver com a avó que nunca havia conhecido, além de ajudar a enfermeira Sarah, papel de Edith Poor, a cuidar da idosa.

A personalidade forte, e por vezes rude, da mulher combinada com seu vício em álcool amplificam os ritos iniciais entre avó e neto. Os dois parecem ter dificuldade em aceitar as diferenças e semelhanças que enxergam entre si.

Obrigados a conviver e a cuidar um do outro, a relação dos dois é construída pouco a pouco, em meio a sentimentos que vão da raiva à admiração.

Conforme Ruth fala de suas viagens, aventuras da juventude e experiências profissionais, o jovem passa a compreender melhor a mulher que sua avó se tornou. Ela também começa a entender melhor a realidade do neto quando adentra sua vida na fazenda e conhece seus amigos.

Um dos grandes dilemas dessa protagonista é ter de encarar, já na terceira idade, as consequências das escolhas que fez em seu passado, a reatarmos o contato com pessoas que ela sempre evitou.

"Muitas vezes passamos por situações bastante disruptivas no relacionamento com nossas famílias, mas depois é bom poder fazer as pazes e encontrar maneiras de nos sentirmos melhores uns com os outros", afirma a atriz.

O longa é inspirado na juventude do próprio diretor, que conheceu sua avó em condições semelhantes. Ele diz que buscou retratar nessa história alguns dos temas mais fortes com os quais somos confrontados na vida, como amor, morte, luto e vergonha.

De acordo com ele, apesar de tratar de temáticas pesadas, o filme aborda tais questões com leveza e bom humor. Sem se prender ao sentimentalismo, Saville busca contar uma história de amor familiar.

Segundo Rampling, o filme fala sobre voltar para espaços que nós sabemos que precisamos voltar, mesmo que encerrar essa decisão seja desafiador. "Ruth está voltando para um lugar onde ela sabe que não é realmente aceita, porque abandonou sua família, mas sabe que, no fim das contas, precisa deles", diz ela.

A atriz, indicada ao Oscar em 2016 pela atuação no filme "45 Anos", acredita que a

[...]

O filme é inspirado na juventude do diretor Matthew Saville, que conheceu sua avó em condições semelhantes às retratadas na obra

Ele diz que buscou representar os temas mais fortes com os quais somos confrontados na vida, como o amor, o luto e a vergonha

Apesar dos temas profundos, a ideia era falar deles com leveza e bom humor

beleza de "A Matriarca" está na possibilidade de o público se identificar com os personagens e com os ritos comuns nas relações familiares.

"É uma história simples, você talvez até saiba o que vai acontecer à medida que o filme vai passando, mas ela é contada com o coração. Levamos aos espectadores uma história que faz as pessoas sentirem certas coisas importantes de serem sentidas". Rampling, que também está no elenco de grandes produções, como "Duna: Parte 2", diz preferir trabalhar em filmes independentes. Segundo ela, esse tipo de projeto tem um caráter mais intimista e possibilita uma conexão mais próxima com o público.

"Gosto desses filmes que não falam alto, com muita música, narrativa, com muitas pessoas fazendo coisas, mas que silenciosamente fazem você sentir algo especial sobre a humanidade", afirma.



Os atores George Ferrier e Charlotte Rampling em cena de 'A Matriarca', filme de Matthew Saville, em cartaz nos cinemas *diva.globo*

Longa se torna enfadonho quando tenta seguir cartilha comercial

CINEMA

A Matriarca

★★★★★
Nova Zelândia, 2021. Direção: Matthew Saville. Com: Charlotte Rampling, George Ferrier, Marton Cokas. 16 anos. Nos cinemas

Inácio Araujo

Os filmes iniciáticos devem seguir certas normas infalíveis — um jovem um tanto perdido resiste a receber os conselhos de uma pessoa mais experiente e sábia, mas com o tempo cede e reconhece o muito que tem a aprender com ela.

O que varia são as personagens que ocupam essas formas. E os lugares. No caso, estamos na Nova Zelândia, onde o jovem Sam, com a vida

esfazejada desde a morte da mãe, precisa ainda se ocupar da avó, Ruth, que tem a perna quebrada e não pode se locomover. Em troca, bebe gim em quantidades industriais e se comporta de maneira absolutamente autoritária.

Ruth é Charlotte Rampling, o que, de cara, torna seu autoritarismo charmoso. Ela pede (manda) coisas a Sam, tais como uma jarra de gim com água que ela enxugará em não tanto tempo assim. Sam se revolta com a mulher, de quem precisa se ocupar sempre que a enfermeira está de folga ou, por qualquer razão, ausente. Sam, de resto, já entra para o internato onde o pai o colocou — para melhor namorar em Londres, segundo o jo-

vem — arranjando brigas sendo mandado de volta para casa. Em casa, enquanto ensaia um suicídio, cuida da avó como um fardo. Mas um ou dois incidentes o fazem perceber que a velha e silenciosa avó é um pouco mais de um fardo, em especial quando a enfermeira traz um padre para a consolar — ou a converter, e ela o manda plantar batatas.

Além de antieclética, ela tem em seu passado uma carreira de fotógrafa de guerra, de audiências comportamentais, enfim de tudo o que para Sam é surpreendente e bem-vindo. Aos poucos começa uma aproximação — Ruth percebe na rebeldia do menino algo que a lembra si mesma; ele vê na velha dama indigna

uma janela para um mundo. Começa então um regime de trocas, em que a sábia mulher de certo modo conduz o rapaz a uma evolução decente.

O filme de Matthew Saville caminha okay até mais ou menos a metade, impulsionado pela personalidade marcante de Rampling e pela recém-adquirida capacidade de Sam de se mostrar aberto aos muitos ensinamentos que tem a receber, bem longe da estrita disciplina do colégio ou da autoridade tresloucada do pai — também chegada da bebida, frustrado e tal.

A partir daí, e com a saúde de Ruth se deteriorando, "A Matriarca" entra em parafuso, tal a necessidade de promover a paz em família, o que

[...]

O filme caminha bem até mais ou menos a metade, impulsionado pela performance marcante da atriz Charlotte Rampling

A ação se dá quase sempre em paisagens atraentes da Nova Zelândia, e convém frisar que o filme aproveita bem as locações campestres

leva a uma série de arranjos em que a compreensão entre os humanos atinge picos não raro extravagantes, tais como ver Ruth receber a hostia do padre que há não tanto tempo ela tratara a pontapé. Mas há muitas outras coisas a arranjar para que o filme se apace entre todos os presentes.

Ação se dá quase sempre em paisagens atraentes da Nova Zelândia, e convém frisar que o filme aproveita bem as locações campestres; se move bem no protocolo do gênero, o que o torna fácil de assistir até certo momento e bastante enfadonho ao seu final. Essa queda parece obedecer a determinações estritamente comerciais. Mas esse parece ser, também, o limite de Saville.

ilustrada

Hmmfalemais

o pessoal se intrumete demais, dra.

o corpo é meu, uê

onde já se viu, né, alguém se preocupando com você

ah, isso aí é inveja

só porque eles viram que tá funcionando

é, realmente você tá perdendo peso

mas seria melhor ter acompanhamento profissional

eu fiz a minha pesquisa

vsf po

mas você tem razão

besteira desconfiar da indústria farmacêutica

pessoal ponta firme e ainda tem outros, então

pouca coisa

tem um pra atenção, um pra tristeza

um pro... você sabe

um balcão de farmácia, basicamente

ah, e você não toma nada sem indicação

eu não

uau, hein?

é que se der algo errado, a culpa é só minha

e aí não posso reclamar de ninguém

não, pera aí

e você aí, assumindo responsabilidades

gostei de ver

para com isso, credo

|DOM, Ricardo Araújo Pereira | SEC, Bia Braune | TER, Manuela Cantuária | QUA, Hmmfalemais | QUI, Flávia Boggio | SEX, Renato Terra | SÁB, José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore

Biografia de Bob Marley, com o ator Kingsley Ben-Adir, chega ao streaming

Bob Marley: One Love
Aluguel ou compra em Prime
Vídeo e Claro TV+, 16 anos
Bob Marley cresceu pobre numa comunidade de Kingston, na Jamaica. Não demorou para formar uma banda, The Wailers, virar ativista, sofrer um atentado, se exilar em Londres e se tornar o maior nome do reggae. Morreu jovem, em 1981, mas até hoje é reverenciado como uma figura pacifista e rastafári. Cinebiografia estrelada pelo ator britânico Kingsley Ben-Adir.

Sex and the City
Netflix e Max, 12, 16 e 18 anos
Lançada em 1998, foi uma das séries transgressoras da HBO porque retratava mulheres solteiras, na faixa dos 30 anos, vivendo a vida em Nova York. Uma colunista, Carrie Bradshaw, fala sobre sexo e amor de forma cômica e sincera ao lado das amigas Samantha Jones, Miranda Hobbes e Charlotte York. As seis temporadas da série agora também na Netflix.

Me Encontra em Paris
Disney+, livre
Lena Grisky é uma princesa russa que estuda na escola de balé da ópera de Paris. Mas ela não é deste tempo —em 1905 caiu por um portal que a trouxe para 2018. Agora ela faz de tudo para voltar para casa. Duas temporadas disponíveis.

The Calling
Universal+, 16 anos
Avraham é um detetive da polícia de Nova York que solucionou casos criminais dos mais complicados quando abraça seu credo e princípios religiosos. Série criada por David E. Kelly e dirigida por Barry Levinson. Com Jeff Wilbusch.

Codino Clemente
Canal Brasil, 21h, 14 anos
Carlos Eugênio Paz viveu os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil participando de inúmeras ações urbanas com seus companheiros de guerrilha. Tinha o codinome de Clemente. Neste documentário, ele relembra sua trajetória na clandestinidade.

The Water Guardians
Canal Off, 23h, livre
Série documental que aborda a questão global da escassez de água por meio de relatos de pessoas comuns que se tornaram os guardiões da água. No primeiro episódio, a proteção dos oceanos contra a poluição, pesca predatória e manipulação de petróleo.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

1		8	9	2	5			
9								
2	4							
	2	6				8		
	9						4	
3	5	9					2	
		3		8				
5			4					
			7		6			1

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. O mês entre março e maio / (Drive) Dispositivo de informática usado para manter arquivos. 2. A UF com capital Boa Vista / Que contém fluido viscoso. 3. A pmalista e comentarista política paulista Andreia / Grande animal das regiões frias do hemisfério Norte. 4. Um artigo das primeiras páginas de um jornal. 5. Diminuir por atrito. 6. A cantora carioca de "Envolver". 7. Abreviatura de plural. 8. Ladrão (o cão) / Demais! 9. Concorrentes. 10. Espaço de tempo entre 1º de setembro e 31 de agosto / Solvente que se adiciona a uma tinta para torná-la menos viscosa. 11. Diversidade de coisas comparadas. 12. Passagem de fluidos através de membrana porosa / Erick Jacquin, chef radicado no Brasil. 13. Passageiro, não duradouro.

VERTICAIS

1. Time inglês de futebol / Serviço feito a alguém por amizade ou afecção. 2. Ogala Pitt / Os dois furos do nariz. 3. Em forma de dedo. 4. Que tem o dom de ter como exemplo, de copiar / Um imposto bancário. 5. (Quim.) O lítico / Molusco comestível, de fácil deterioração / Dissertação escrita ou oral. 6. A celeste e o mapa de determinada região da esfera celeste / Palavra latina que significa no mesmo lugar. 7. Roda de transmissão / A de Chernobyl foi palco de um desastre nuclear. 8. Declive íngreme, abrupto, resultante de erosão ou falha do terreno / Transferir a alguém a posse sobre algo. 9. O compositor Rosa (1910-1937), de "Palpite Infeliz" / Povado.

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								

Uruçu, 8. Escarpa, cedez, 9. Noel, Lugares. 4. Interfer, 10. S. Luz, Oze, 11. Bess, 6. Carat, 12. Bism, 7. Polat. VERTICAIS: 1. Arsenal, Fawc, 2. Bred, Narmas, 3. Bifurmo, 4. Interfer, 10. S. Luz, Oze, 11. Bess, 6. Carat, 12. Bism, 7. Polat. 5. Gaster, 6. Antite, 7. Lari, 8. Jau, 9. Rhaia, 9. Fila, 10. Ano, 11. Tine, 12. Variedade, 13. Osmose, 13. 13. Elmore. HORIZONTAIS: 1. Abril, Pen, 2. R. Mucoso, 3. Sadi, 4. 4.



Ariel Severino

O caos do debate público

Enquanto isso a política institucional segue seu caminho, em geral pouco virtuoso

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de "Crônica de uma Trágédia Anunciada"

São tempos muito tumultuados na política. Estamos quase todos perdidos, patinando em gelo fino, não controlamos nem sequer o vocabulário da conversa social e brigamos por palavras e designações como em outros tempos, igualmente fatais, lutávamos pela fé verdadeira ou por conquista de terras e riquezas. E quem não se sente confuso há de ser porque deve estar investindo na confusão para faturar com o caos.

Não tenho explicações, só faço mapas. Infelizmente. Mas o que sei da nossa peculiar era política é que uma grande parte do desentendimento acontece por duas razões. A primeira, é que o debate público provavelmente nunca esteve tão saturado, com tanta gente falando coisas tão diferentes ao mesmo tempo, o que leva todos a gritarem na esperança de serem ouvidos. O mercado de ideias, na me-

táfora liberal, virou uma feira superlotada, sob um sol escaldante, com mais vendedores do que compradores, em que todos berram e quase ninguém ouve ou entende.

Nesta década, não apenas estamos muito mais interessados em política do que há 15 anos, por exemplo, mas também tendemos a politizar absolutamente tudo. Os confins entre as esferas íntima, particular e pública já não fazem senti-

do: tudo deságua na esfera pública, e as coisas mais pessoais e mais "apolíticas" se tornam objeto do acalorado debate político nacional. Tão dignas de atenção e energia pública quanto qualquer grave problema social ou alguma proposta de emenda constitucional.

A segunda razão é que as categorias de práticas políticas estão ocorrendo simultaneamente, e umas contra as outras. Temos, naturalmente, a po-

lítica instrumental clássica, geralmente praticada no quadro tradicional de direita versus esquerda, progressistas versus conservadores. Seus objetivos são estáveis, os meios e os atores são bem conhecidos e envolve a disputa pela aprovação de projetos de lei e pela implementação de políticas públicas. No cerne de tudo isso está a luta por mandatos executivos e parlamentares em eleições livres e justas.

Mas nem todo mundo está na esfera pública para lutar por mandatos e bancadas parlamentares. Muitos certamente estão lá para a política como expressão e desabafo. No centro da arena estão sentimentos e afetos, o que significa muitas vezes ódio e ressentimento. O resultado da ação não é dirigido para solucionar um problema identificado, mas é um meio de expressar o que as pessoas sentem em relação à própria situação.

A frustração facilmente se orienta para destruir, deprimir. Quando não há o que de fato quebrar ou incendiar, move-se para o nível simbólico de destruição e ressentimento, que se materializam em ambientes digitais na forma de escaramuças e linchamentos.

Além disso, há a política dos movimentos morais, cujo principal objetivo é expressar valores, ideias arraigadas sobre o certo e o errado, o moral e o imoral são base suficiente para a ação política. Esta forma de política é chamada de "moral" não necessariamente por seu alto valor ético, mas sim

por ser moralista. Pessoas direitas e homens de fé, de um lado, tanto quanto as "vítimas da opressão" e "os corpos historicamente subalternizados"; do lado oposto, lutam na esfera pública para corrigir o comportamento dos imorais. Que tanto podem ser os liberais nos valores, os opositores ou "o resto da sociedade".

Eles buscam resultados tangíveis, como leis e políticas públicas, que reflitam sua visão de mundo e seus valores, ou que assegurem privilégios para membros especiais do grupo. No entanto, acima de tudo, buscam resultados simbólicos: a conversão dos outros e da sociedade de acordo com a definição de correção adotada pelo grupo; a vigilância constante dos comportamentos inadequados na esfera pública, levando a expedições morais punitivas; a disputa contínua pela linguagem apropriada; a recusa fundamentalista em questionar as crenças compartilhadas pelo grupo; e o horror a quem deles diverge.

O aparente caos do debate público em grande parte decorre disso. Há, sim, discussão política como habitualmente se faz, mas isso é quase nada diante da quantidade de temas, propósitos e atores que colidem entre si numa intensidade sem precedentes. A política institucional segue o seu caminho, em geral pouco virtuoso, enquanto a esfera onde ela deveria ser examinada, dobrada ao interesse público, e negociada republicaneamente, virou uma confusão de performances, símbolos e dogmas cujo sentido é impossível estabelecer.

| seg. Luiz Felipe Pondé | ter. João Pereira Coutinho | qua. Wilson Gomes | qui. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | sex. Djamilia Ribeiro | sáb. Mario Sergio Conti

vivo

QUANDO
A TECNOLOGIA
CONVIVE
COM A
SUSTENTABILIDADE,
O FUTURO
CRIA RAÍZES.

**03 A 07
DE ABRIL**
VISITE O ESPAÇO
VIVO NO PAVILHÃO
DA BIENAL

SP—ARTE

ilustrada

Puro sangue

Continuação da pág. C1

O jovem também pediu a exumação da mãe, para que fosse feita uma autópsia. Gabriel Burgos ainda exige que o corpo seja trasladado até o cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde amigos de Gal diziam que ela queria ser enterrada, ao lado do corpo da mãe, Mariah. Petrillo afirma ser falsa toda essa narrativa.

Segundo ela, Burgos namorava, antes da morte de Gal, uma menina que conheceu na escola. Numa crise do relacionamento do casal, a mãe dela teria se aproximado do menino, dizendo que havia ido ao centro espírita e que os dois eram amantes numa encarnação passada. Dessa forma, eles teriam começado a namorar em setembro passado.

"Essa tal da Daniela é uma mulher horrorosa, pavorosa, medonha, de dar medo", diz Petrillo. A viúva diz ainda que Daniela Tonani é casada e que seu marido aparece em sua casa, algumas vezes, xingando Burgos. A reportagem tentou entrar diversas vezes em contato por telefone celular com Tonani desde o início desta semana, mas não obteve respostas.

Segundo Petrillo, Tonani manipula Burgos, para tentar ficar com a herança. Por isso, segundo a viúva, o menino saiu de casa para morar com a namorada. "Ela quer me tirar da parada", afirma, acrescentando que Burgos não é a pessoa certa para saber se as duas realmente mantinham um relacionamento amoroso. A viúva afirma ter feito um acordo com Gal para não expor o relacionamento ao menino, porque ele ainda era muito jovem. Só aos dez anos, ela diz, contou a Burgos que era casada com Gal. "Gabriel não sabia de nada. Ele perguntou 'como é isso?'. E eu respondi 'é igual quando acontece entre homem e mulher'".

Ela tampouco se arrepende de não ter feito a autópsia do corpo de Gal, porque todos os médicos atestam a doença. Gal afirma tam-

bém que a cantora, no fim da vida, queria que o corpo de sua mãe fosse trazido a São Paulo. Amigos próximos do casal, no entanto, afirmavam que Gal queria ser enterrada mesmo no Rio de Janeiro, naquele mesmo jazigo da mãe.

Na época da morte, os fãs reclamaram que o velório da cantora, na Assembleia Legislativa de São Paulo, teria sido muito simples para a importância da artista. Além disso, em geral, após uma morte em casa, corpos são transportados ao Instituto Médico Legal, o IML, antes de serem encaminhados para o velório ou enterro, o que não ocorreu.

"Os fãs são muito difíceis de se contentar. Se fizesse uma coisa ali, eles iam querer outra. O velório não foi nada simples. Caió vagabundo? O caixão custou R\$ 12 mil. O que eles queriam? Bandas de música?"

Petrillo começou a administrar a carreira de Gal em 1995, na época do lançamento do disco "Mina d'Água do Meu Canto". Ao contrário de outras estrelas da MPB, Gal não acumulou nenhuma fortuna, afirma Wilma Petrillo.

Indagada se não seria a função dela, como gestora, de zelar pelos bens, ela narra outra história, atribuindo a Gal um comportamento perulário. "Você acha que eu fiquei com o dinheiro dela? Gal ganhava muito, mas gastava demais. Ela torrava o dinheiro, não tinha noção de diferenciar US\$ 100 de R\$ 100", diz. Ao longo da carreira, Gal, afirma Petrillo, acumulou imóveis e os vendeu, entre salas comerciais no Rio de Janeiro e apartamentos em Nova York.

Em 1995, ela chegou a usar todo o dinheiro que tinha para comprar uma casam Trancoso, na Bahia. Atualmente, os bens restantes estão sendo levantados no processo de inventário, em andamento.

"Eu fiz de tudo para que Gal não falisse. Dona Mariah dizia que Gal era uma mula de tão teimosa", afirma Wilma Petrillo. "Ela não ouvia ninguém."

“

Fui mãe de Gabriel, sim. Cuidei muito dele. Se eu viajava, trazia malas de brinquedos e até levava na casa dos seus amiguinhos

Essa tal da Daniela [namorada de Gabriel Burgos] é uma mulher horrorosa, pavorosa, medonha, de dar medo. Ela quer me tirar da parada

Você acha que eu fiquei com o dinheiro dela? Gal ganhava muito, mas gastava demais. Ela torrava o dinheiro, não tinha noção de diferenciar US\$ 100 de R\$ 100

Eu fiz de tudo para que Gal não falisse. Dona Mariah [mãe de Gal Costa] dizia que ela era uma mula de tão teimosa

Essa gente que fala de mim, porque eu teria manipulado Gal, na verdade, está falando mal da própria Gal

Wilma Petrillo
viúva de Gal Costa



Wilma Petrillo, viúva de Gal Costa, em entrevista no escritório de sua advogada, em São Paulo

Karime Xavier/Folhapress

Filho de Gal diz que Wilma Petrillo o expõe e mente

Gabriel Costa Penna Burgos não quis dar entrevista, mas sua equipe de defesa criticou as afirmações da viúva ao jornal

Gustavo Zeitzel

SÃO PAULO. A defesa de Gabriel Costa Penna Burgos, filho de Gal Costa, criticou a entrevista de Wilma Petrillo à *Folha* e a exposição do que considera detalhes pessoais e irrelevantes de sua vida. "A divulgação de alegações falsas feitas pela senhora Wilma não contribui para a busca da verdade e difama a memória de uma das maiores artistas do Brasil. A defesa de Burgos lamenta a exposição de elementos do pro-

cesso que estão sob segredo de Justiça", afirmou em nota. "É lamentável também a exposição de questões pessoais da vida de Gabriel, alheias aos fatos do processo, para sustentar uma narrativa que não condiz com a realidade nem tem relevância para o caso em pauta." A defesa também falou sobre o vídeo divulgado pela reportagem em que Burgos, então menor de idade, numa audiência em março de 2023 na Justiça de São Paulo, reco-

nhece Petrillo como sua mãe. Para a defesa, a veiculação do material constitui exposição de vulnerável, violando a intimidade do filho de Gal.

Burgos rejeitou o pedido de entrevista da *Folha*. Em entrevista ao *Fantástico*, da TV Globo, no entanto, falou sobre as disputas legais com Petrillo. Ao contrário do procedimento comum, o corpo de Gal Costa não foi encaminhado ao Instituto Médico Legal, o IML, ou ao Serviço de Verificação de Óbito para au-

tópsia. No lugar, por decisão de Petrillo, Francisca Gislele Rocha Moura, médica que atendia Gal Costa, assinou o atestado, que aponta como causas da morte um infarto agudo do miocárdio e um câncer de cabeça e pescoço. "Não teve autópsia, então não tinha como eles saberem se foi algo a mais que a parada cardíaca", disse Burgos. Por isso, afirma, quer a exumação da mãe. "Eu queria ter certeza de que foi realmente isso." O rapaz diz não achar que

Petrillo possa ter tido qualquer envolvimento com a morte de Gal Costa. "Não acho que ela chegaria a esse ponto." Burgos não reconhece Petrillo como viúva de Gal e trava com ela uma briga na Justiça pela anulação do reconhecimento da união estável entre as duas, um processo que contou com a assinatura dele. Ele diz que foi coagido a rubricar o documento. Burgos acrescenta ainda não poder concluir que Petrillo esconde a herança da mãe, mas

não hesita em chamar a viúva de mercenária. Ele também busca na Justiça a transferência do corpo de Gal Costa. A artista foi enterrada em São Paulo a pedido de Petrillo. Burgos afirma estar certo de que sua mãe queria ser enterrada com sua avó, Mariah Costa Penna, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Na entrevista à TV, ele não deu detalhes sobre seu relacionamento, mas negou que a namorada tenha qualquer influência sobre suas decisões.

Norte terá subsídio extra para o Minha Casa, Minha Vida

Diagnóstico do governo é que população da região enfrenta maiores obstáculos para acessar financiamentos

Idiana Tomazelli

BRÁSIL O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ampliar os subsídios para financiamentos do Minha Casa, Minha Vida na região Norte, onde historicamente as realizações do programa ficam abaixo das metas traçadas.

Uma instrução normativa deve ser editada nas próximas semanas pelo Ministério das Cidades para aumentar o valor destinado aos beneficiários que desejam adquirir a casa própria na região.

Os desafios da norma ainda estão em discussão, mas o governo tem o diagnóstico de que os moradores do Norte enfrentam maiores obstáculos para acessar os financiamentos e as duas razões principais.

A primeira delas é a preponderância da renda informal, o que dificulta a análise de crédito das famílias pela instituição financeira.

A segunda é que os imóveis têm um custo mais elevado porque há uma restrição de oferta (com atuação de poucas construtoras) e maiores gastos com logística para transportar materiais de construção.

A concessão de um desconto maior reduziria o peso do valor da entrada para essas famílias, bem como pode mitigar a percepção de risco da operação perante o banco.

No ano passado, os financiamentos do Minha Casa, Minha Vida consumiram R\$ 97,4 bilhões em recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), dos quais somente R\$ 2,44 bilhões foram acessados por famílias da região Norte. Isso significa uma proporção de apenas 2,5%.

Quatrode melhanete e obser

vado em relação aos subsídios. O FGTS destinou R\$ 8,95 bilhões em 2023 para bancar parte do valor dos imóveis ou viabilizar um redutor nas taxas de juros. Desse valor, só R\$ 272,8 milhões beneficiaram moradores do Norte (3,05%).

Os resultados estão bem aquém das carências observadas na região. Em 2019, dados mais recentes disponíveis, a região Norte concentrava 12,3% do déficit habitacional do país, de acordo com a Fundação João Pinheiro.

A radiografia do déficit habitacional é usada pelo Ministério das Cidades na hora de distribuir o orçamento do programa entre as regiões. Os valores iniciais destinados ao Minha Casa, Minha Vida nos estados do Norte era de R\$ 6,9 bilhões, cerca de 12,3% do total do programa. A mesma proporção dos subsídios era reservada para essas operações.

A região Norte melhorou, mas ainda não acompanhou as normativas. Não tem uma tradição de financiamento na região

Jader Filho
ministro das Cidades, sobre o cenário da região Norte no Minha Casa, Minha Vida

O problema ocorre na execução. Como as famílias não conseguem acessar as linhas de financiamento, a região fica para trás. Para evitar deixar o dinheiro parado, o governo acaba remanejando o espaço para os demais estados.

"Estamos num processo de discussão sobre isso dentro do governo", afirmou à Folha o ministro das Cidades, Jader Filho, que nasceu no Pará e é irmão do atual governador do estado, Helder Barbalho (MDB).

O obstáculo na região é histórico. Nos últimos anos, o Executivo tentou corrigir a distorção com uma taxa de juros reduzida para financiamentos nas regiões Norte e Nordeste.

A regra foi implementada pela primeira vez no Casa Verde e Amarelo, lançado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como sucessor do Minha Casa, Minha Vida — marca social das gestões petistas.

Ao assumir seu terceiro mandato, Lula retomou o nome do programa habitacional e manteve diferencial para as duas regiões, reduzindo ainda mais as taxas praticadas.

Hoje, o beneficiário com renda familiar até R\$ 2.000, cotista do FGTS e que vive no Norte ou Nordeste consegue financiar a casa própria com um juro de 4% ao ano. É a menor taxa já praticada pelo programa.

O esforço foi suficiente para impulsionar as contratações no Nordeste, que superaram as metas, embora ainda em ritmo abaixo das demais regiões. O mesmo não ocorreu nos estados do Norte.

"A região Norte melhorou, mas ainda não acompanhou as normativas. Não tem uma tradição de financiamento

Entraves ao Minha Casa, Minha Vida na região Norte

Orçamento de descontos

Inclui subsídios e equalização de taxas de juros

■ Valor inicial, em R\$ bi

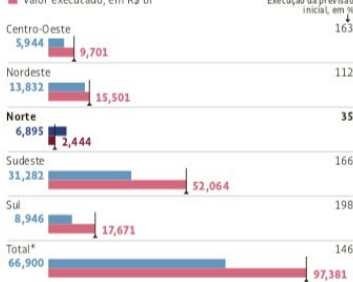
■ Valor executado, em R\$ bi



Orçamento total

■ Valor inicial, em R\$ bi

■ Valor executado, em R\$ bi



Deficit habitacional x espaço no MCMV

■ Centro-Oeste

■ Nordeste

■ Norte

■ Sudeste

■ Sul

Participação no total do déficit habitacional (2019), em %

8,1 30,3 12,3 38,8 10,5

Participação no orçamento total, em %

9,96 15,92 2,51 53,46 18,15

Participação no orçamento de subsídios, em %

12,35 34,74 1,05 35,25 14,61

*O orçamento de 2023 da Habitação foi ampliado para R\$ 101,56 bilhões por meio de Resolução do FGTS

Fonte: Ministério das Cidades, Fundação João Pinheiro

na região", disse Jader Filho. De acordo com técnicos da pasta, a ampliação dos descontos para as famílias da região é uma estratégia de curto prazo, mas existem discussões também sobre como resolver o problema a médio e longo prazo.

O passo seguinte seria a regulamentação das novas regras do FGHab (Fundo Garantidor de Habitação Popular). O fundo existe desde 2009, mas era pouco usado por causa das regras limitadas de uso da garantia. As coberturas incluíam quitação do saldo devedor em caso de morte ou invalidez permanente, despesas de recuperação em caso de danos físicos ao imóvel ou pagamento de prestações em caso de desemprego ou perda temporária de renda.

Em 2022, foi incluída a possibilidade de acionar as garantias em caso de inadimplência por qualquer motivo, permitindo o uso do fundo para mitigar o risco dos bancos nos financiamentos habitacionais para a baixa renda.

O uso para essas finalidades, no entanto, ainda não foi regulamentado pelo Conselho Curador do FGTS.

Técnicos do governo dizem acreditar que a implementação desse instrumento será importante para destravar os financiamentos no Norte, já que as garantias poderiam alavancar operações de quem só conta com renda informal.

As medidas voltadas para a região devem ser o próximo foco do governo após a implementação do FGTS Futuro, que vai permitir a trabalhadores de todo o país usar os depósitos futuros dos empregadores no seu fundo para compor renda e ajudar a pagar as prestações do Minha Casa, Minha Vida.

O ministro disse que o FGTS Futuro vai beneficiar 43 mil famílias e ajudar a alavancar novos financiamentos.

A meta oficial do governo é fechar 375 mil novos contratos neste ano, mas Jader Filho afirma que a expectativa é alcançar um número ainda maior, de 550 mil novos financiamentos.

O número contempla não só o Minha Casa, Minha Vida, mas também os contratos na modalidade pró-cotista do FGTS acima da faixa de renda do programa (até R\$ 8.000 mensais).

LULA DEFENDE RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL E DIZ QUE RIO NÃO PODE 'SÓ APARECER NAS PÁGINAS POLICIAIS'



Pablo Porcioncchia/APP

O presidente Lula (PT) defendeu nesta terça-feira (2) a retomada da indústria naval no país, exaltou a política de conteúdo nacional como uma saída para gerar empregos e afirmou

que o estado do Rio não pode "só aparecer nas páginas policiais". É importante que o Rio apareça nos jornais com cultura, emprego, indústria naval, pesca, petróleo, e com

muita gente vivendo à custa do seu trabalho. É preciso que a gente diminua a força do crime organizado e das milícias neste estado. O povo do Rio é um povo de bem e trabalhador". As

declarações foram dadas em Niterói, onde o presidente participou do início das obras de dragagem no canal de São Lourenço, nas proximidades da ponte Rio-Niterói.

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painel@grupofolha.com.br

Prates à milanesa

Lula vive um dilema. De um lado, motiva Jean Paul Prates, presidente da estatal, a resistir à fritura pelo cargo. De outro, pede que os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) garantam mais poder do governo na petroleira. Essa política abriu espaço para um processo de desgaste de Prates. Nesta terça (2), começou a circular uma lista de potenciais substitutos, supostamente indicados pela Casa Civil.

NOMES Um dos cotados é Bruno Moretti, hoje Secretário Especial de Análise Governamental da Presidência. Assessor da Planalto afirmou que

Moretti é uma indicação de Rui Costa. Magda Chambrind, ex-presidente da ANP e outra opção. Consultado, Costa negou qualquer indicação.

com Diego Felix

PLEITO Ainda segundo os relatos, o único pedido do ministro Silveira foi o de que Piñero Mendes, secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, seja o presidente do conselho, caso haja mudança no comando da Petrobras.

ELES NÃO Recentemente, Lula pediu a Prates um relatório que pudesse servir de mediadora na relação entre o conselho da Petrobras e o governo. O presidente achava que isso pudesse apaziguar a ofensiva contra o executivo. Moretti e Chambrind foram avaliados por Prates. Poucos souberam que Lula os descartou.

NAPOLE A BYD, que lidera nas vendas de elétricos, desbancou, em março, montadoras tradicionais em duas cidades, Vila Velha (ES) e Indaiatuba (SP). A estratégia agora é ser a mais vendida em cidades representativas. No município capixaba, foram 66 carros vendidos em março (13% do mercado), superando a Hyundai. Em Indaiatuba, onde a Toyota tem fábrica, a BYD vendeu 71 unidades (17,2% do total).

ASSIM... Servidores do Banco Central votaram contra a proposta de autonomia da instituição. O resultado, definido nesta terça (2), mostrou que

74% de um total de 4.505 votantes discordam da Proposta de Emenda à Constituição 65, que institui a autonomia. O resultado põe em xeque o argumento de Roberto Campos Neto, presidente do BC, de que havia apoio à causa.

...NÃO DA Segundo Fábio Faia, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do BC), no início de 2023, Campos Neto disse que abriria o diálogo com a categoria, o que não ocorreu. Segundo ele, caso a PEC avance sem que os interesses dos servidores sejam contemplados, a entidade "atuará incessantemente para o arquivamento."

LEILÕES O segundo bloco de portos e terminais a serem concedidos pelo governo federal prevê R\$ 2,5 bilhões em investimentos e estão previstos para serem leiloados em B3 em setembro. Constam cinco unidades portuárias localizadas em Itaguaí (RJ), voltadas para granel mineral; Vila do Conde (PA), para granel mineral e fertilizantes; Fortaleza (CE), destinado a contentores; e duas em Santana (AP) para granel vegetal. O primeiro bloco será leilado em maio e contempla seis terminais em PE, RJ e RS.

Para 76%, licença-paternidade deveria ser maior, diz Datafolha

83% concordam que licença-maternidade deveria aumentar de 120 para 180 dias

TODAS

Vitória Macedo

SÃO PAULO A licença-paternidade no Brasil é de cinco dias corridos. Mas, para 76% dos brasileiros, esse direito deveria ser ampliado. É o que aponta a pesquisa Datafolha. O direito de o pai tirar licença após ter um filho foi incluído na Constituição de 1988. Além dos cinco dias já previstos na lei, existe o programa voluntário Empresa Cidadã, no qual os estabelecimentos inscritos dão mais dias, totalizando assim 120.

A maioria dos entrevistados, 83%, também concorda que a licença-maternidade deveria aumentar de 120 para 180 dias. O levantamento foi realizado nos dias 19 e 20 de março, com 2.022 pessoas de 147 municípios de todas as regiões do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Os homens foram os que mais concordaram com a ampliação da licença para os pais, (77%, ante 21% que discordam). No caso das mulheres, 75% endossam o aumento, enquanto 23% são contra.

Em relação ao aumento da licença-maternidade, o resultado muda: 78% dos homens são favoráveis (e 20% contrários), ante 88% das mulheres (1% são contra).

Os mais novos, independentemente do gênero, são os que mais concordam com o aumento das licenças. En-

quanto 83% dos jovens de 16 a 24 anos concordam que a licença-paternidade deveria ser ampliada, o número cai para 67% entre quem tem 65 anos ou mais.

A dinâmica é parecida quando se trata do aumento dos dias do benefício para as mães: entre o grupo mais jovem, 91% apoia; entre entrevistados com 60 anos ou mais, 72%.

Conforme a renda familiar aumenta, mais as pessoas concordam com a ampliação da licença-paternidade — 77% entre os que ganham até dois salários mínimos e 88% entre os que ganham mais de dez.

O contrário acontece com o apoio ao aumento da licença-maternidade, defendido por 84% dos que ganham até dois salários mínimos e 79% dos que ganham mais de dez.

A pesquisa também mostra que os empresários são os que menos concordam com a ampliação da licença-paternidade (65%).

A licença-paternidade gera pouca divergência entre bolsionistas e petistas: 73% dos apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) e 82% dos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concordam com sua ampliação.

O aumento da licença-maternidade tem mais apoio dos petistas (87%), contra 78% entre os bolsionistas.

Entre os entrevistados que têm ensino superior, 82% apoiam o aumento da licença-maternidade, e 78% concordam com a ampliação da licença-paternidade.

Mulheres devem ser principais cuidadoras de bebês para 69%

As mulheres devem ser as principais responsáveis por cuidar de filhos recém-nascidos para 69% dos brasileiros. Ao mesmo tempo, 67% acham que homens e mulheres deveriam ter direito ao mesmo período de licença do trabalho para cuidar do bebê. É o que diz a pesquisa Datafolha.

A carga de responsabilidade de trabalho mais tarefas domésticas e cuidados com as crianças recai sobre as mulheres. Diante desse cenário, 71% dos homens e 67% das mulheres concordam que elas são as principais responsáveis pelos recém-nascidos.

A maioria endossa que licença-maternidade e paternidade deveriam ter o mesmo período. Foram 64% dos homens e 69% das mulheres.

A idade tem impacto nos resultados. Entre pessoas de 60 anos ou mais, 83% concordam que mulheres devem cuidar dos recém-nascidos; a fração cai para 54% entre quem tem de 16 a 24 anos.

Na faixa etária mais jovem, 71% concordam que homens e mulheres devem ter o mesmo período de licença do trabalho. Entre os entrevistados com 60 anos ou mais, são 68%.

Em relação ao nível de escolaridade, 86% dos que estudaram até o ensino fundamental concordam que mulher

deve cuidar dos filhos assim que nascerem; entre quem tem ensino superior, a cifra é 52%.

No grupo dos que foram à faculdade, 56% concordam com o mesmo período de licença para mulheres e homens, ante 76% dos que estudaram até o fundamental.

A afirmação de que as mulheres devem cuidar dos recém-nascidos é mais endossada entre os mais pobres: 74% entre os que ganham até dois salários mínimos e 51% entre os que ganham mais de dez salários mínimos.

O mesmo acontece entre os que concordam que homens e mulheres devem ter o mesmo tempo sem trabalhar depois que têm filho: concordam 74% entre os que ganham até dois salários mínimos e 51% entre os que ganham mais de dez.

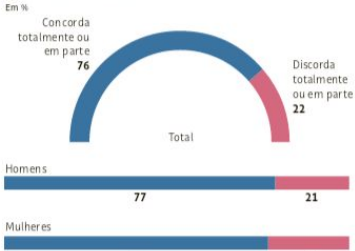
Os empresários formam o grupo que menos concorda que homens e mulheres deveriam ter o mesmo tempo de licença do trabalho (50% deles estão de acordo).

Entre as regiões do país, 76% dos entrevistados do Nordeste concordam que homens e mulheres deveriam ter direito ao mesmo tempo de licença, e 75% apoiam que as mulheres devem ser as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos recém-nascidos.

O Sudeste é o que menos concorda com as duas afirmações: 62% para licenças iguais para homens e mulheres e 65% sobre elas serem as principais cuidadoras dos bebês.

Opinião sobre licença-paternidade e licença-maternidade

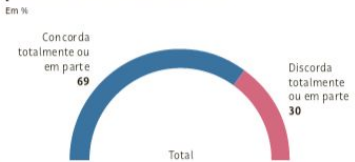
A licença-paternidade deveria ser maior do que é hoje, e de cinco dias corridos



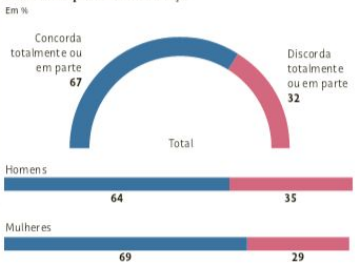
A licença-maternidade que hoje é de 120 dias deveria ser ampliada para 180 dias



As mulheres devem ser as principais responsáveis por cuidar de filhos recém-nascidos



Homens e mulheres deveriam ter direito ao mesmo período de licença



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.022 pessoas de 16 anos ou mais, em 147 municípios pelo Brasil nos dias 19 e 20 de março, a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024 - PROCESSO Nº 006/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de água mineral (garrafão 20 litros, frasco 1,5 litro e copo 200 ml) para entrega parcelada conforme o cronograma da empresa. Secretaria do Município de Votuporanga/SP, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DARELAÇÃO: 16/04/2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: a partir de 03/04/2024 até 04/04/2024, das 08h00 às 18h00 (os horários INICIAR DARELAÇÃO: 16/04/2024 a partir das 08h00 (os horários e dias mensais). DOCUMENTAÇÃO: Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www1.votuporanga.sp.gov.br, conforme especificado no edital. INFORMACÕES E DÚVIDAS: COMPLETO E/OU INFORMAÇÃO: 02 de abril de 2024. Mais informações: informacoes@prefeitura.votuporanga.sp.gov.br e www1.votuporanga.sp.gov.br. Marcas: Informações e/ou esclarecimentos: informacoes@prefeitura.votuporanga.sp.gov.br e www1.votuporanga.sp.gov.br. ANDRÉIA TABIEL DA SILVA THOME - Secretária Municipal da Administração - 0204/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Itaquá, comunica que encontra-se ABERTO o Pregão Eletrônico nº 11/2024, Processo nº 021/2024, cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura aquisição de Cintas Básicas e Gás GLP 13 kg, para distribuição gratuita aos municípios atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se no site: <https://www.guas.sp.gov.br/portal/licitacao/>. A sessão pública será via www.licitacoes-e-compras.gov.br com início às 09h00min no dia 19/04/2024. Mais informações: pregao@cpas.gov.br. Itaquá/SP, 02 de abril de 2024. Isabelia Ferra Mendes Antoniazini de Souza - Chefe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na Lei 14.132/2021
Processo nº 019/2024 - Pregão Eletrônico nº 041/2024 - Edital nº 042/2024
Critério de julgamento: menor valor por lote
Encerra-se aberto neste município o pregão eletrônico acima citado para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material gráfico e contínuo unificado, para atender as necessidades de diversos setores do município de Valentim Gentil/SP (Brasil), no endereço eletrônico <http://177.39.20.66/licitacao/licitacao.asp>. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitação da Prefeitura, na Praça Jaciandira, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3438-9400, bem como no site www.licitacoes.sp.gov.br. Valentim Gentil, 02 de abril de 2024. Adilson Jesus Pereira (Suplente) - Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVÁRIOS DE SERCICABA E REGIÃO, tem, nos termos estatutários, convocada para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 10 de abril de 2024, em sua sede, sita à Rua Capitão Augusto Franco, nº 159, em Sorocaba/SP, com início às 09h00 horas, em primeira convocação, e, em não havendo quórum estatutário, às 10h00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para a discussão e aprovação sobre as seguintes matérias:
a) Deliberação e aprovação sobre adequações estatutárias necessárias às atividades da entidade;
b) Deliberação e aprovação da inclusão de novos municípios de representação da entidade.
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVÁRIOS DE SERCICABA E REGIÃO
PAULO JOÃO ESTANISLAU - Presidente

mercado

As pressões sobre bancos centrais

Quando a política fala mais alto, a inflação futura aumenta e fica mais incerta

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EEP

A ata da mais recente reunião do Copom sinalizou uma preocupação com o aumento da inflação. Uma implicação é que o atual ciclo de redução nas taxas de juros pode se encerrar antes do que se previa.

Bastou isso para que figuras importantes do PT (como Luiz Marinho e Lindbergh Fariás) voltassem a criticar a atuação do Banco Central.

A propensão a criticar publicamente autoridades monetárias que aumentam juros para conter inflação é mais um entre os inúmeros exemplos de simi-

laridades entre as chamadas "esquerda" e "direita", que as diferem do chamado "centro". Por exemplo, Donald Trump difere dos outros presidentes dos Estados Unidos nas últimas décadas por criticar abertamente o Banco Central por causa de altas taxas de juros.

Essas críticas de Trump e Lula à condução da política monetária podem servir a dois objetivos: podem de fato buscar colocar pressão sobre a diretoria do Banco Central; ou podem querer apontar vilões pela situação econômica, estru-

tégia comum de governantes populistas.

Seja como for, pressões de governantes para a redução de juros são frequentes na história.

Derrubar os juros hoje tem o potencial de estimular a atividade econômica no presente à custa de um aumento na inflação no futuro. Com isso, governantes de olho no curto prazo têm incentivos para pressionar bancos centrais.

É interessante então saber o que acontece quando questões políticas levam as auto-

ridades monetárias a praticar juros menores.

Em trabalho recente, Thomas Drechsel estuda pressões políticas sobre o banco central dos Estados Unidos desde 1933. Ele constrói uma base de dados usando as agendas dos presidentes.

O principal exemplo de interferência política no banco central é Richard Nixon, que no segundo semestre de 1971 se encontra 34 vezes com o então chefe da autoridade monetária norte-americana, Arthur Burns. Drechsel mostra que essa

pressão política sobre o banco central leva a aumentos na inflação esperada e na incerteza sobre a inflação futura. O efeito na atividade econômica, se existe, não é suficientemente grande para ser detectado pela análise estatística.

Aqui no Brasil, tivemos uma mudança abrupta na política monetária na reunião do Copom de 31 de agosto de 2011.

O evento ocorreu no primeiro ano dos mandatos de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil e de Alexandre Tombini na presidência do Banco Central e foi causado ou por pressão política da presidente ou por uma súbita mudança na forma de pensar do BC.

O Copom havia decidido aumentar os juros nas cinco reuniões anteriores, de 10,75% até 12,50% em julho de 2011. Na reunião de agosto, a maioria esperava a manutenção da Selic em 12,50%, mas havia quem

apostasse num aumento para 12,75%. O BC, porém, decidiu por uma queda nos juros para 12% ao ano. O ciclo de queda continuaria por mais 12 reuniões até chegar a 7,25% ao ano.

Um artigo recente de sete autores (Marco Bonomo, Carlos Carvalho, Stefano Eusepi, Mariela Perrupato, Daniel Abib, João Ayres e Sílvia Matos) estudou as consequências desse episódio.

O trabalho mostra que essa mudança abrupta na política monetária elevou a expectativa de inflação futura e aumentou a incerteza sobre a inflação — em linha com as conclusões de Drechsel. As expectativas de inflação ficaram desancoradas, refletindo a perda de credibilidade do Banco Central.

Discussão sobre política monetária é saudável. Eu mesmo já defendi juros mais baixos em páginas de jornais (em 2005 e 2022). Pressão política, porém, atrapalha.

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcos de Vasconcelos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUA. Ida Bento, Solange Srouf | SEX. André Ronçaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Pacote de incentivo ao crédito deve incluir MEIs

Secretário de Haddad diz que linhas não terão recursos do Tesouro

Adriana Fernandes

BRÁSILIA O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Melo, afirmou que o pacote de estímulo e detalhes das medidas, que visam fortalecer a capacidade de quem quer empreender investir nos negócios.

"Queremos que o crédito chegue a quem precisa. Para nós isso é muito importante", disse o secretário.

No mês passado, Lula se reuniu com os presidentes de todos os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) para cobrar mais rapidez na agenda do crédito e expansão dos empréstimos para pequenas empresas e para a população mais pobre.

Ele quer que as instituições financeiras se alinhem em torno de uma pauta de estímulo ao crédito, prioritária para sustentar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano após

Fiscal e Orçamento), recém-criado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Segundo Melo, o governo está fechando a parte burocrática e detalhes das medidas, que visam fortalecer a capacidade de quem quer empreender investir nos negócios.

"Queremos que o crédito chegue a quem precisa. Para nós isso é muito importante", disse o secretário.

No mês passado, Lula se reuniu com os presidentes de todos os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) para cobrar mais rapidez na agenda do crédito e expansão dos empréstimos para pequenas empresas e para a população mais pobre.

Ele quer que as instituições financeiras se alinhem em torno de uma pauta de estímulo ao crédito, prioritária para sustentar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano após

a alta de 2,9% em 2023.

O pacote deverá ter uma medida para renegociação de dívidas de empresas, um "Desenrola" para pessoas jurídicas.

O Desenrola é um programa que permite a renegociação de dívida das pessoas físicas. Os deputados também quer remanover o Desenrola para as empresas e cobraram o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) em evento recente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Há empresa grande que paga zero de IR, afirma secretário

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Melo, disse que há grandes empresas no Brasil que há anos pagam zero de imposto de Renda.

Melo defendeu a correção

dessas distorções no sistema tributário brasileiro e acenou que o ganho de arrecadação da reforma da renda a ser enviada ao Congresso ao longo deste ano pode ser usado para diminuir a carga tributária da folha dos pagamentos das empresas ou dos impostos sobre o consumo (bens e serviços).

"Há anos, existem grandes empresas que pagam zero. Zero. Existe um conjunto de regimes especiais, compensações, incentivos que criam uma distorção. Às vezes você vê um grande conglomerado internacional pagando alíquotas [efetivas] ínfimas e empresas do Simples pagando mais", disse o secretário.

Essas distorções incluem planejamento tributário que as empresas fazem para diminuir o pagamento de impostos, que fazem com que, na prática, a alíquota efetiva dos impostos sobre a renda — IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido) — seja bem mais baixa do que a alíquota nominal de 34% cobrada no Brasil.

Segundo Melo, em 2024 será muito difícil aprovar a reforma tributária da renda por causa da necessidade de votação dos projetos de regulamentação da reforma tributária dos impostos sobre o consumo, promulgada no final do ano passado. Mas disse esperar o avanço da reforma da renda em 2025.

"No ano que vem, se essa agenda avançar e gerar o resultado que esperamos, pode-

“Às vezes você vê um grande conglomerado internacional pagando alíquotas [efetivas] ínfimas e empresas do Simples pagando mais

Guilherme Melo
secretário de Política
Econômica do
Ministério da Fazenda

mos discutir com outras eventuais ganhos da arrecadação da renda porque o Brasil, do ponto de vista da distribuição da carga tributária, tributa muito o consumo e pouco a renda", afirmou.

Segundo ele, uma boa política de desoneração da folha ajudará a melhorar o quadro.

Melo adiantou que o projeto de desoneração da folha (enviado pelo governo para substituir a medida provisória que reneceu a tributação de 17 setores da economia), caso aprovado, poderá servir de experiência inicial para a redução dessa tributação.

A redução do custo tributário das empresas sobre os salários e uma das principais demandas do setor produtivo e vem sendo cobrada pelos parlamentares.

Coordenador do CPFO (Centro de Política Fiscal e Orçamento), recém-criado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), economista Manoel Pires, pediu aos participantes do seminário propostas de ampliação das pesquisas e prometeu um espaço plural de debate no centro para diferentes pensamentos sobre política fiscal.

A política fiscal é um dos temas mais difíceis que afeta a vida das pessoas. Ela define quem vai pagar por algo e quem vai ser beneficiado.

Dólar fecha estável em dia de intervenção do BC no câmbio

Nathalia Garcia e Marcelo Azevedo

BRÁSILIA **SÃO PAULO** Apesar de ter começado o dia em queda firme, o dólar desacelerou as perdas e fechou praticamente estável nesta terça-feira (2), mantendo o valor de R\$ 5,059, o maior patamar para a moeda desde outubro de 2023.

A alta dos títulos do Tesouro americano, os chamados "treasuries", continuou como o principal ponto de apoio para o dólar. No fim da tarde, o rendimento dos títulos saía de 4,33% para 4,357%, após a divulgação dados que mostraram força da economia americana e reforçaram apostas de manutenção de juros altos no país.

Em meio à recente alta do dólar, o Banco Central realizou nesta terça sua primeira intervenção no câmbio desde o início do terceiro mandato de Lula (PT), promovendo um leilão adicional de até 25 milhões de swap cambial.

O objetivo do BC é prover proteção contra variações excessivas do dólar em relação ao real (hedge cambial) e liquidar o mercado doméstico. Na ação, o BC vendeu todos os 20 mil contratos ofertados, num total de US\$ 1 bil-



Operador na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones caiu 1% nesta terça (2); petróleo Brent foi a US\$ 89

Michael M. Santiago/Getty Images/AFP

hão. Não houve, no entanto, efeito na oscilação diária da moeda americana. Já a Bolsa brasileira apresenta uma sessão volátil, mas garantiu alta mesmo sob pressão dos títulos ame-

ricanos. A alta das commodities, que impulsionou as ações da Vale e da Petrobras — as de maior peso do Ibovespa —, foi o grande catalisador da sessão.

O petróleo Brent, aliás, ultra-

passou os US\$ 80 pela primeira vez desde outubro, com ataques ucranianos às instalações energéticas russas e o conflito crescente no Oriente Médio.

"O Ibovespa se recuperou na parte da tarde, superan-

do o mau desempenho das Bolsas norte-americanas, que seguiram pressionadas pelas incertezas cada vez maiores sobre uma eventual postergação do início dos cortes dos juros [nos EUA]", diz Alexsan-

dro Nishimura, economista e sócio da Nomos. O Dow Jones caiu 1%.

Com isso, o Ibovespa terminou o dia com avanço de 0,52%, aos 127.651 pontos, segundo dados preliminares.

Ao anunciar o leilão extraordinário de contratos de swap, o BC afirmou, em nota, que vai atuar "com vistas à manutenção do funcionamento regular do mercado de câmbio" diante dos efeitos gerados pelo resgate do título de NTN-A3 (Notado Tesouro Nacional, subscrito A3), previsto para o dia 15.

ONTN-A3 é um título público indexado ao dólar que há anos não é negociado pelo Tesouro, mas ainda há no mercado brasileiro instituições que detêm o papel em suas carteiras. No dia 15, deve vencer um total de R\$ 18,534 bilhões em NTN-A3s que foram negociadas em 1997.

Os detentores dos NTN-A3s no Brasil, ao longo dos anos, carregaram posições excessivas em dólar para cobrir a exposição a esses títulos, de forma que, com o vencimento dos papéis, é preciso encerrar essas posições — o que é feito via compra de dólares, com potencial de alimentar a alta da moeda norte-americana.

Com Reuters



O diretor-presidente da Sabesp, André Gustavo Salcedo. Eduardo Knapp - 31.ago.23/Folhapress

Sabesp analisará expansão para fora de SP, diz presidente

Executivo, porém, afirma que o foco agora é o avanço da universalização dos serviços de saneamento no estado

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO A Sabesp vai analisar a expansão para outros estados conforme o avanço das metas de universalização do acesso à água e ao esgoto em São Paulo. A companhia está em processo de privatização.

“Eu acho que isso [atuar em outros estados] é natural para uma empresa do porte da Sabesp, com a capacidade de geração de caixa que a gente tem, com a competência técnica que foi construída ao longo do tempo”, afirmou o diretor-presidente da Sabesp, André Gustavo Salcedo, nesta terça-feira (2).

Salcedo participou de um painel sobre saneamento do fórum de investimentos do Bradesco BBI, realizado em São Paulo.

De acordo com o executivo, hoje a companhia já tem capacidade para atender as mais diversas realidades do estado de São Paulo, desde o litoral, passando pela capital e o interior, e isso se estende aos desafios de infraestrutura que existem no país todo.

“Tem, sem dúvida, uma questão de porte. Quando você olha para municípios dentro de São Paulo, a gente já tem uma presença e o município limítrofe, que está próximo de uma operação nossa, por mais que ele seja pequeno, gera sinergia de alocação de mão de obra, conhecimento e tudo mais que você aproveita”, afirmou ele.

Salcedo, contudo, disse que, para municípios mais distantes, a empresa considerará o tamanho da cidade para ver se haverá viabilidade na instalação de uma unidade e se será atrativo para a companhia.

Porém, o executivo da Sabesp ressaltou que o foco agora está na universalização do serviço de saneamento nos municípios de São Paulo, algo que a empresa prevê atingir até 2029 com a sua privatização, o que representa uma aceleração já que a meta para todo o país prevista no Marco do Saneamento é até 2033. “A medida que a incerteza de atingir essa meta vai diminuindo, com o passar do

tempo a gente tende a ver isso acontecer [expansão para outros municípios]. Sem dúvida nenhuma, a empresa tem capacidade e tem interesse de olhar outros projetos”, disse.

Salcedo mencionou, entre essas iniciativas, concessões plenas, ou seja, exploração total de ativos públicos, em outros estados e participação na privatização de companhias estaduais.

Já com relação a uma possível entrada em uma PPP (participação público-privada), o executivo afirmou que a Sabesp nunca disputou uma concessão do tipo, por isso, talvez a companhia não seja tão competitiva.

“A gente tem de avaliar. A gente vai obviamente modelar, testar, ver se a gente consegue ser competitivo e avaliar se vale a pena ou não participar”, afirmou.

Durante sua fala no painel, Salcedo comentou a privatização da Sabesp e tratou da importância dessa e de outras medidas por parte das companhias do setor para o cumprimento da meta de universalização do Marco do Saneamento, que é de fornecer água para 99% da população brasileira e coleta e tratamento de esgoto para 90%. O executivo disse que, mesmo no caso dos estados e municípios que evitam a priva-

tização por questões políticas e econômicas, é preciso pensar em alternativas para atrair o capital privado.

“Agentes não pode deixar de tomar uma decisão. O marco foi aprovado com 13 anos para fazer universalização, se passaram quatro, a gente tem nove anos agora para investir ali uns R\$ 700 bilhões, R\$ 800 bilhões, e cada ano que passa é mais um ano que não foi feito investimento que deveria ter sido feito.”

Privatização deve gerar R\$ 15 bi, estima Bradesco

Júlia Moura

SÃO PAULO A oferta de ações que vai tirar do governo de São Paulo o controle da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de SP) deve sair em junho e girar em torno de R\$ 15 bilhões — pouco mais de quatro vezes o lucro da companhia em 2023, de R\$ 3,5 bilhões —, segundo estimativas do Bradesco. A empresa paulista de saneamento prepara um follow-on para que o governo venda entre 15% e 30% das ações da companhia. Hoje o estado detém 50,3% dos papéis da empresa.

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirma que não definiu ainda qual será a fatia de venda da Sabesp, mas fontes que acompanham as negociações afirmam que o estado se encaminha para vender 30%, o máximo previsto em lei aprovada pela Assembleia Legislativa no ano passado.

“É uma oferta bastante grande para o mercado brasileiro. Cerca de US\$ 3 bilhões é muita coisa”, afirmou Bruno Botteger, vice-presidente do Bradesco BBI, nesta terça-feira (2).

Segundo o executivo, há uma forte demanda pela oferta. “Já há empresas estratégicas e financeiras que estão olhando [o follow-on da Sabesp] com muito carinho.”

Governo vai leiloar 6 portos em maio e espera R\$ 90 mi em investimentos

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) marcou os primeiros leilões de portos de 2024 para o dia 23 de maio. Neste primeiro bloco, serão arrendados seis terminais, que devem atrair investimentos de R\$ 19 milhões.

Os detalhes foram publicados no Diário Oficial da União nesta terça-feira (2).

Serão licitadas quatro áreas no Porto de Recife, uma no Rio de Janeiro e uma no Porto de Rio Grande (RS). O principal terminal no primeiro bloco é o REC08, na capital pernambucana, com previsão de R\$ 51 milhões em investimentos. O porto movimentará grãos sólidos vegetais, como açúcar, adubos e malte.

As outras áreas do Porto de Recife, REC04, REC09 e REC10, devem receber R\$ 2,6 milhões, R\$ 2,2 milhões e R\$ 2,9 milhões em investimentos respectivamente.

O segundo maior projeto do leilão é o RDJ06, no Rio de Janeiro, que movimentará lubrificantes. O arrendamento prevê mais de R\$ 22 milhões em obras. No Porto de Rio Grande, o terminal RIG01 deve ter R\$ 7,7 milhões em investimentos.

Os seis ativos serão arrendados no modelo simplificado, com contratos que duram no máximo dez anos — cinco anos prorrogáveis por mais cinco ou dez sem prorrogação.

Os principais leilões devem ficar para o segundo semestre. Um dos projetos na lista é a licitação do porto de Itaguai (RJ), com quase R\$ 3,5 bilhões

em investimentos previstos.

De acordo com o Ministério dos Portos e Aeroportos, em 2024, 16 empreendimentos do modal portuário vão a leilão, com previsão de investimento da ordem de R\$ 6 bilhões.

No próximo ano, 11 ativos serão concedidos, com aporte de cerca de R\$ 5 bilhões. Para 2026, a projeção é arrendar oito terminais, com R\$ 1,6 bilhão em investimentos.

Já as licitações do porto de Itajaí (SC) e do canal de acesso de Paranaguá (PR) foram adiadas para o ano que vem.

A concessão do porto de Itajaí é uma das mais aguardadas, já que deve ser uma das maiores movimentações. A previsão é de quase R\$ 2,9 bilhões em investimentos. O projeto deve incluir quase toda a operação do porto, com o terminal e o canal de acesso.

O leilão do canal de acesso

de Paranaguá (PR) também gera forte expectativa. É a primeira proposta de concessão de canal de acesso portuário do país, com mais de R\$ 1 bilhão em obras.

No começo de março, o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvia Costa Filho, falou dos investimentos no setor portuário e hidroviário para os próximos três anos. Em evento em São Paulo, ele disse que, até o fim de 2026, a pasta vai leiloar 35 empreendimentos no setor portuário.

Entre investimentos em terminais concessões, espera-se movimentar R\$ 14,5 bilhões.

Mas o desafio do governo será atrair interessados. A última concessão de terminais portuários aconteceu em dezembro de 2023 e foi marcada pelo baixo número de companhias disputando os ativos. A maioria dos cinco portos leiloados na época foi disputada por um único proponente.

Para Luiz Felipe Pinto Lima

Graziano, sócio de Giandomo

Neto Advogados, a ausência

de disputadas acirradas não

é um problema em si.

“A tendência de baixa competitividade é histórica nos

leilões do setor e não necessariamente é um problema. Con-

texto de posicionamento dos

players, volume de investimentos

necessários para operacionalização

de cadeias logísticas explicam o

foco dos competidores em determi-

nados ativos, que são estudados ao

longo de muito tempo”, afirma. “O

mais importante é a concretização

dos contratos, com a garantia de

realização dos investimentos

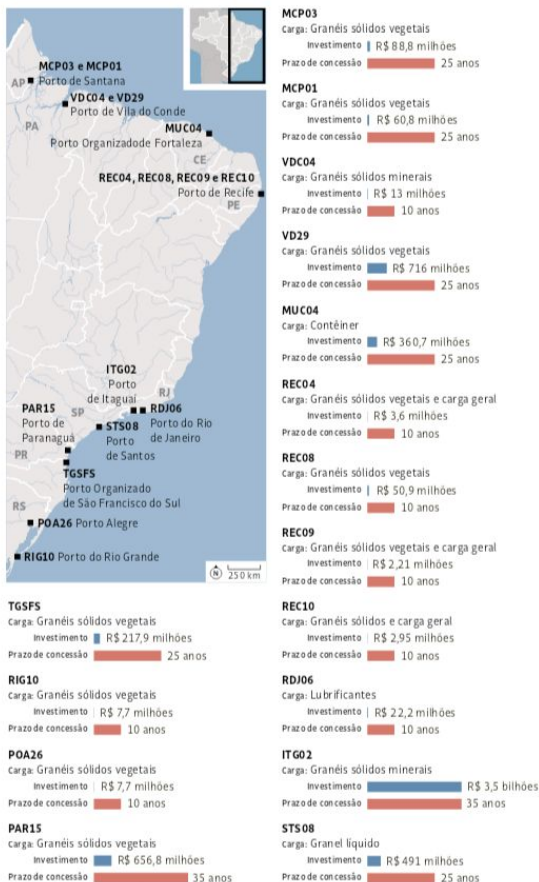
esperados.”

“A tendência de baixa competitividade é histórica nos leilões do setor e não necessariamente é um problema (...) Importante é concretização dos contratos

Luiz Felipe Graziano
sócio de Giandomo
Neto Advogados

Leilões do setor portuário em 2024

Governo prevê investimentos de mais de R\$ 6 bilhões com licitações



Fonte: Antaq

“[Atuar em outros estados] é natural para uma empresa do porte da Sabesp, com a capacidade de geração de caixa que a gente tem, com a competência técnica que foi construída ao longo do tempo

André Gustavo Salcedo
diretor-presidente da Sabesp

mercado

Rio prevê hotéis lotados e mais voos com show de Madonna

Expectativa é que rainha do pop reúna 1 milhão de pessoas em Copacabana em 4 de maio

Leonardo Vicieli

RIODEJANEIRO Não são apenas os fãs que estão empolgados com a proximidade do show gratuito de Madonna na praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro.

Empresas e representantes do setor de turismo também mostram entusiasmo com o impacto econômico que a presença da rainha do pop deve gerar na capital fluminense.

Agendado para 4 de maio, o megaevento deve impulsionar o desembarque de visitantes na cidade após o fim do show.

Em Copacabana, a perspectiva é de hotéis com 100% de ocupação no dia do show, aponta o HotéisRio (Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Município do Rio de Janeiro). Segundo a entidade, estabelecimentos de outros bairros da zona sul podem registrar nível semelhante.

Quando Copaca bana lota, a procura começa a transbordar para Botafogo, Flamengo, Catete", diz o presidente do HotéisRio, Alfredo Lopes. E conta que, em outros anos, a média de ocupação no período fica próxima a 68% na zona sul.

"Para os hotéis da zona sul, vai ser como um Réveillon", avalia, comparando o possível impacto do evento musical ao desembarque de turistas para as tradicionais festas de Ano-Novo.

Ele declarou que visitantes de São Paulo-Minas Gerais estão entre os destaques nas reser-



Madonna durante show em Londres. Kevin Mazur - 16.04.23/WireImage para a Live Nation/Reuters

vas de quartos para a apresentação de Madonna. A expectativa é que em torno de 1 milhão de pessoas assistam à estreia na praia de Copacabana. "É um show único no Brasil, diferente de quando teve o Paul McCartney [em dezembro], que também esteve em São Paulo, por exemplo. Vai

bombar", aponta Lopes. Com a confirmação do evento, a Azul anunciou a criação de um hub temporário (base operacional) no aeroporto internacional do Galeão, na zona norte do Rio. A empresa afirma que terá 436 voos no local de 1º a 7 de maio. A ideia, diz a companhia, é

"atender da melhor forma a alta demanda de clientes que visitarão a capital fluminense para assistir ao show".

A concessionária RIOfaleão, que administra o aeroporto, contabilizou 170 voos extras entre 1º a 6 de maio — todos da Azul. A empresa fala em um "grande impacto" cau-

sado pelo anúncio do show.

Segundo a RIOfaleão, o hub temporário da Azul deve trazer cerca de 15 mil passageiros adicionais entre embarques e desembarques no período.

"Para dar ideia do impacto gerado apenas pelos voos extras da Azul, esse movimento é o mesmo registrado na final da Libertadores entre Fluminense e Boca Juniors em novembro passado, que, na época, envolveu várias companhias aéreas e muitos voos fretados", diz a concessionária.

A Gol, por sua vez, diz que está "acompanhando de perto" a evolução da demanda e que "irá tomar ações para o aumento de oferta pontualmente onde for necessário". Já a Latam diz que, no momento, não planeja voos adicionais para o Rio em maio.

Na segunda, a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), vinculada ao governo federal, projetou que o desembarque de visitantes estrangeiros também será impulsionado pelo megaevento.

A chegada de turistas internacionais ao Rio deve crescer 27,3% na semana do show de Madonna. A comparação é com o igual período de 2023.

Outro possível reflexo envolve o transporte rodoviário de passageiros. O HotéisRio diz que, segundo a rodovia da cidade, a sexta-feira que antecede o show deve registrar aumento de 20% ante uma sexta-feira normal.

Brasil é o 7º país no ranking da Forbes, com 69 bilionários

Tamara Nassif

SÃO PAULO Do 2.781 bilionários no mundo, número recorde de divulgação na segunda (1º) no ranking anual da revista Forbes, 69 são brasileiros. A cifra põe o Brasil como o sétimo país que mais abriga bilionários no mundo, que somam US\$ 231 bilhões em patrimônio líquido.

O brasileiro mais rico em 2024 é Eduardo Saverin, do no de uma fortuna de US\$ 28 bilhões (R\$ 140 bilhões, na atual cotação). Ele é mais conhecido por ser um dos cinco fundadores do Facebook, ao lado de Mark Zuckerberg, e por investir em empresas de tecnologia ao redor do mundo. No ranking global, é o 22º.

Em sequência vem Vicky Safra, viúva de Joseph Safra, fundador do banco que leva o sobrenome da família, com US\$ 20,6 bilhões (R\$ 103 bilhões). O desenrolar da divisão da herança bilionária, que se arrasta desde a morte do banqueiro, em 2022, tem sido acompanhado de sete chaves. Em novembro passado, conforme informou a Folha, a família contratou um rabino para tentar costurar um acordo entre a viúva e os filhos de Joseph Alberto, Jacob, David e Esther.

Com exceção da nova liderança de Saverin, que desbancou a família Safra, a lista da Forbes mostra poucas alterações em relação à de 2023. O terceiro lugar é de Jorge Paulo Lemann, de patrimônio líquido estimado em US\$ 16,4 bilhões (R\$ 82 bilhões), seguido por Marcel Herrmann Telles, com US\$ 10,9 bilhões (R\$ 54,5 bilhões), e Carlos Alberto Sicupira, com US\$ 8,9 bilhões (R\$ 44,5 bilhões). Os três são os fundadores do 3G Capital, grupo de investidores por trás de empresas como Americanas e Ambev.

Em sexto e sétimo lugar, vêm os dois herdeiros da família Moreira Salles, controladora do Itaú Unibanco: os irmãos Fernando Roberto, com US\$ 7,6 bilhões (R\$ 38,3 bilhões), e Pedro com US\$ 7,1 bilhões (R\$ 35,8 bilhões).

O oitavo lugar é de André Esteves, fundador do BTG Pactual, dono de uma fortuna de US\$ 6,6 bilhões (R\$ 33,4 bilhões). Ele é seguido por Alexandre Behring, com US\$ 6,3 bilhões (R\$ 31,9 bilhões), que também fundou o grupo 3G

O ranking da Forbes 2024

OS MAIS RICOS DO MUNDO



1º Bernard Arnault (LVMH)
US\$ 233 bi



2º Elon Musk (Tesla, SpaceX)
US\$ 195 bi



3º Jeff Bezos (Amazon)
US\$ 194 bi



4º Mark Zuckerberg (Meta)
US\$ 177 bi



5º Larry Ellison (Oracle)
US\$ 141 bi



6º Warren Buffett (Berkshire Hathaway)
US\$ 133 bi



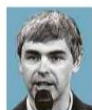
7º Bill Gates (Microsoft)
US\$ 128 bi



8º Steve Ballmer (Microsoft)
US\$ 121 bi



9º Mukesh Ambani (Reliance Industries)
US\$ 116 bi



10º Larry Page (Google)
US\$ 114 bi

OS MAIS RICOS DO BRASIL

O número entre parênteses indica a posição no ranking mundial



1º (60º) Eduardo Saverin (Meta)
US\$ 28 bi



2º (94º) Vicky Safra e família
US\$ 20,6 bi



3º (113º) Jorge Paulo Lemann e família (AB InBev e 3G)
US\$ 16,4 bi



4º (195º) Marcel Herrmann Telles e família (AB InBev e 3G)
US\$ 10,9 bi



5º (278º) Carlos Alberto Sicupira
US\$ 8,9 bi



6º (344º) Fernando Roberto Moreira Salles (Itaú Unibanco)
US\$ 7,6 bi



7º (385º) Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco)
US\$ 7,1 bi



8º (417º) André Esteves (BTG)
US\$ 6,6 bi



9º (453º) Alexandre Behring (3G)
US\$ 6,3 bi



10º (522º) Miguel Krigsner (Boticário)
US\$ 5,7 bi

Capital. Fecha a lista Miguel Krigsner, fundador do Boticário, com US\$ 5,7 bilhões (R\$ 28,7 bilhões).

A fortuna somada dos 2.781 bilionários do mundo é de US\$ 14,2 trilhões. São 141 pessoas a mais que em 2023 e 26 a mais do que em 2021, quando o recorde foi estabelecido.

O montante, na mesma base de comparação, subiu US\$ 2 trilhões desde 2023, e US\$ 11 trilhões desde o recorde de 2021.

O empresário Bernard Arnault, CEO e presidente do conglomerado de luxo LVMH, se consagrou como o mais rico do mundo pelo segundo ano consecutivo. Dono de grifes

como Louis Vuitton, Christian Dior, Tiffany & Co e Sephora, o francês de 74 anos tem um patrimônio líquido estimado em US\$ 233 bilhões.

Ele é seguido por Elon Musk, dono da Tesla, SpaceX e X, ex-Twitter, com US\$ 195 bilhões, e Jeff Bezos, fundador da Amazon, com uma fortu-

na de US\$ 194 bilhões.

O ranking foi montado a partir do preço das ações das empresas e das taxas de câmbio no dia 8 de março de 2024 — curiosamente no Dia Internacional da Mulher, ainda que nenhuma tenha integrado a lista das dez pessoas mais ricas do mundo.

Bilionária mais jovem do mundo é brasileira



Livia Voigt, 19, é uma das novas caras do ranking global da Forbes. A estudante de psicologia é a bilionária mais jovem do mundo, com patrimônio de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 5,5 bilhões) — é brasileira. Ela é a irmã mais velha, Dora Voigt, só netas de Werner Ricardo Voigt, falecido bilionário cofundador da Weg, fabricante catarinense de motores, transformadores, geradores de energia e equipamentos elétricos. Cada uma detém 3,1% das ações da empresa. Dora, 26, também aparece na lista da Forbes com o mesmo valor de patrimônio.

Como as variáveis que compõem o patrimônio dos super-ricos flutuam dia a dia, o ranking também muda em frações de segundo. A briga pela vice-liderança, de acordo com a Forbes, não foi simples: Bezos e Musk alternaram entre 2º e 3ª posição ao longo de março ao menos uma dúzia de vezes.

Mas a surpresa do ranking foi Mark Zuckerberg, quarto lugar da lista. A riqueza líquida do fundador do Facebook foi de US\$ 64,4 bilhões em 2023 para US\$ 177 bilhões neste ano, graças a valorização das ações da Meta, empresa-mãe da rede social. Ele também é o mais jovem entre os dez maiores bilionários, aos 39 anos.

Em quinto lugar, vem os US\$ 141 bilhões de Larry Ellison, presidente e cofundador da gigante de tecnologia Oracle, sistema de software que gerencia bancos de dados. Warren Buffett, o "Oráculo de Omaha" e fundador do conglomerado de investimentos Berkshire Hathaway, vem em sexto lugar, com US\$ 133 bilhões.*